

CLEVERSON ALEXSANDER REOLON

**A AGLOMERAÇÃO URBANA DA SOJA: CASCAVEL
E TOLEDO NO CONTEXTO DA METROPOLIZAÇÃO
NA MESORREGIÃO OESTE PARANAENSE**

TOLEDO
2007

CLEVERSON ALEXSANDER REOLON

**A AGLOMERAÇÃO URBANA DA SOJA: CASCAVEL
E TOLEDO NO CONTEXTO DA METROPOLIZAÇÃO
NA MESORREGIÃO OESTE PARANAENSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre, sob a orientação do Prof. Dr. Edson Belo Clemente de Souza.

TOLEDO
2007

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária
UNIOESTE/*Campus* de Toledo
Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel – CRB – 9/924

R424a Reolon, Cleverson Alexsander
A aglomeração urbana da soja: Cascavel e Toledo no
contexto da metropolização na mesorregião oeste paranaense
/ Cleverson Alexsander Reolon – Toledo, PR: [s. n.], 2007.
244 f.

Orientador: Dr. Edson Belo Clemente de Souza
Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e
Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
Campus de Toledo. Centro de Ciências Sociais Aplicadas

1. Geografia regional 2. Geografia urbana 3. Política urbana
– Paraná – Mesorregião Oeste 4. Desenvolvimento regional 5.
Áreas metropolitanas 6. Aglomeração urbana 7. Planejamento
territorial urbano 8. Metropolização 9. Cidades médias 10.
Aglomeração urbana da soja I.T

CDD 20. ed. 918.162
711.4098162
307.763

CLEVERSON ALEXSANDER REOLON

**A AGLOMERAÇÃO URBANA DA SOJA: CASCAVEL E TOLEDO NO CONTEXTO
DA METROPOLIZAÇÃO NA MESORREGIÃO OESTE PARANAENSE**

Dissertação aprovada, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre no Curso de Desenvolvimento Regional e Agronegócio, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), *campus* de Toledo, pela seguinte banca examinadora:

(Orientador) Prof. Dr. Edson Belo Clemente de Souza
UNIOESTE, *campus* de Toledo

Prof^a. Dr^a. Maria Encarnação Beltrão Sposito
Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, *campus* de
Presidente Prudente

Prof. Dr. Jefferson Andronio Ramundo Staduto
UNIOESTE, *campus* de Toledo

Toledo, 07 de março de 2007

*Aos meus pais, Lucila e Nadir, e à minha namorada, Marcia, que,
com apoio, incentivo, carinho e compreensão me inspiraram e
contribuíram para a realização deste projeto.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela plena capacidade física e mental para a realização deste projeto.

Ao professor Dr. Edson Belo Clemente de Souza, pela atenção, apoio e incentivo durante o processo de orientação.

Aos meus familiares, em especial, meus pais, Nadir Egidio Reolon e Lucila Brustolin Reolon, não apenas pelo apoio moral, como também financeiro.

À minha namorada, Marcia Cristina Hickmann – com quem pude compartilhar muitas angústias –, pela paciência em relação aos atrasos em compromissos e também pela revisão prévia dos textos.

Aos meus colegas, pela amizade e contribuição aos debates e definição dos compromissos com o programa de mestrado.

Enfim, a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram e tornaram possível a realização desta pesquisa. Dentre estas pessoas, gostaria de citar algumas: Rosa Moura, do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), pelo incentivo e auxílio no início e decorrer da pesquisa; Olga Lúcia Castreghini de Freitas Firkowski, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), pelas sugestões de pesquisa; Sérgio Bonatto Cardoso e Newton Merlin, em nome do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER/PR); Vanessa Alberge, do DER/PR, pela paciência que teve em atender várias solicitações; Júlio A. Bozza, pela consideração e boa vontade com que nos recebeu e auxiliou nos momentos de dúvida, em nome da Princesa dos Campos; Assis Gurgacz e demais funcionários da Empresa União Cascavel de Transporte e Turismo (EUCATUR) e também da

Empresa de Transportes Coletivos Toledo (TRANSTOL); Marley Vanice Deschamps, em nome do Iparde; Luis Carlos Garcia e demais servidores da agência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de Toledo; Luís Alceu Paganotto e Yara Araújo Siqueira Ceccatto, da agência do IBGE de Curitiba, pela presteza; Maria Elisa Battisti, assessora do deputado estadual Elton Welter, pela solicitude; Flaviana Gasparotti Nunes, professora adjunta da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); João Edmílson Fabrini, professor efetivo da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), *campus* de Marechal Cândido Rondon; Gerte Cecília Filipetto, Luiz Renato Zeni da Rocha, Expedito Piranha e Enio Brustolin, da Prefeitura de Toledo; Nilceu Jacob Deitos, professor titular da Unioeste; Clarice, secretária da coordenadoria do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Unioeste, *campus* de Toledo; Marilene de Fátima, em nome de todos os servidores da biblioteca da Unioeste, *campus* de Toledo.

*Mohammed Ashraf não vai à escola.
Desde que o sol sai até que a lua apareça, ele corta, recorta,
perfura, arma e costura bolas de futebol, que saem rodando da
aldeia paquistanesa de Umar Kot para os estádios do mundo.
Mohammed tem onze anos. Faz isso desde os cinco.
Se soubesse ler, e ler em inglês, poderia entender a inscrição
que ele prega em cada uma de suas obras: **Esta bola não foi
fabricada por crianças.***

Eduardo Galeano, em *De pernas
pro ar: a escola do mundo ao avesso*, de 1999

REOLON, Cleverson Alexsander. **A aglomeração urbana da soja: Cascavel e Toledo no contexto da metropolização na Mesorregião Oeste Paranaense.** 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), *campus* de Toledo.

RESUMO

O objetivo desta dissertação é analisar a relação entre o processo de metropolização e a criação de unidades regionais no Brasil. Os elementos que motivaram a pesquisa foram os resultados do estudo Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil, que determinou a existência e a espacialidade de uma aglomeração urbana composta, basicamente, por Cascavel, Toledo e Santa Tereza do Oeste, na Mesorregião Oeste Paranaense, e a apresentação, à Assembléia Legislativa do Paraná, dos projetos de lei complementar n. 110 de 2003 e 235 de 2003, que visavam a instituição de unidades regionais polarizadas, respectivamente, por Cascavel e Toledo, duas cidades médias contíguas. Em virtude da generalização de Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil, decidiu-se aprofundar tal pesquisa, utilizando-se novos elementos para caracterizar a existência e mapear a espacialidade de aglomerações urbanas, como dados e informações referentes ao transporte coletivo intermunicipal e dados do Censo Demográfico de 2000, mensurando-se os movimentos pendulares exercidos pela população. Dessa forma, apontou-se a existência de pelo menos uma aglomeração urbana na Mesorregião Oeste Paranaense, a aglomeração urbana da soja, composta por dois núcleos, ou seja, bipolarizada por Cascavel e Toledo, agregando, ainda, em se tratando dos distritos, Corbélia, Ouro Verde do Oeste, Santa Tereza do Oeste e Sede Alvorada, com áreas de expansão configuradas por Cafelândia, Ibema, Marechal Cândido Rondon, Quatro Pontes, Rio do Salto, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguçu e Vera Cruz do Oeste. Tendo em vista as características da reestruturação socioespacial no Brasil, pode-se dizer que as problemáticas metropolitanas da aglomeração urbana da soja tendem a se aprofundar, ampliando-se, assim, os níveis de complementaridade entre os distritos que a compõem e, em corolário, a complexidade da rede urbana regional. Portanto, existe um processo de metropolização entre Cascavel, Toledo e cidades adjacentes. Como resultado, pode-se assegurar que o processo de metropolização se encontra bastante afastado da arena parlamentar. Paralelamente, também se pode afirmar que a institucionalização de unidades regionais está repleta de interesses corporativos e político-partidários.

Palavras-chave: metropolização; instituição de unidades regionais; aglomeração urbana; aglomeração urbana da soja; cidades médias metropolitanas.

REOLON, Cleverson Alexsander. **The urban agglomeration of soy bean: Cascavel and Toledo in the context of the metropolization in the West Region of Paraná.** 2007. Dissertation (Master's degree in Regional Development and Agribusiness) – State University of the West of Paraná (UNIOESTE), campus of Toledo.

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to analyze the relationship between the metropolization process and the institution of metropolitan areas in Brazil. The elements that motivated the research were the results of *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil* study, that determinated the existence and the spatiality of an urban agglomeration formed, basically, by Cascavel, Toledo and Santa Tereza do Oeste, situated in the West Region of Paraná State, and the presentation to the Legislative Assembly of Paraná of the complementary law projects n. 110 of 2003 and 235 of 2003, that aimed to institute the metropolitan regions of Cascavel and Toledo, respectively. It's important to say that Cascavel and Toledo are two contiguous intermediate-sized cities. Because of the generalization of *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil* study we decided to turn the researches deeper using new elements to mark the existence and the spatiality of the urban agglomerations, like statistics and information that refers to the inter-districtal public transportation service and the Census of 2000, to measure the commuting. This way, we indicated the existence at least of one urban agglomeration in the West Region of Paraná, the urban agglomeration of soy bean, which has two central cities, Cascavel and Toledo, and it is also consisting by Corbélia, Ouro Verde do Oeste, Santa Tereza do Oeste and Sede Alvorada, with expansion areas configuring by Cafelândia, Ibema, Marechal Cândido Rondon, Quatro Pontes, Rio do Salto, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguaçu and Vera Cruz do Oeste municipal districts. Bearing in mind the characteristics of the social and spatial restructuring in Brazil, we can say that the metropolitan problems of the urban agglomeration of soy bean tend to get deeper, enlarging the integration levels of social and economic aspects among its districts and, consequently, the complexity of the regional urban network. Therefore, exists a metropolization process among Cascavel, Toledo and the adjacent cities. As a conclusion, we can assure that the metropolization process is quite away from the political scene. In parallel, we also can say that the institution of metropolitan areas is full of corporatism and political-party interests.

Key-words: metropolization; the institution of metropolitan areas; urban agglomeration; urban agglomeration of soy bean; metropolitan intermediate-sized cities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Localização da área de estudo	23
Figura 2	Unidades regionais instituídas no Brasil, conforme o ano de criação (2006)	53
Figura 3	Aglomeração urbana de Cascavel, na Mesorregião Oeste Paranaense, segundo Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil (2001)	60
Figura 4	Regiões metropolitanas de Cascavel e Toledo, na Mesorregião Oeste Paranaense, conforme os projetos de lei complementar n. 110 e 235 de 2003	61
Figura 5	Região Metropolitana de Cascavel, na Mesorregião Oeste Paranaense, conforme o projeto de lei complementar n. 03 de 2007	66
Figura 6	Região Integrada de Desenvolvimento do Extremo Oeste do Paraná, na Mesorregião Oeste Paranaense, conforme a emenda substitutiva geral apresentada ao projeto de lei complementar n. 03 de 2007	70
Figura 7	Urbanização dos municípios da Mesorregião Oeste Paranaense (1960-2000)	101
Figura 8	Composição do Valor Adicionado Fiscal (VAF) dos municípios da Mesorregião Oeste Paranaense (2002)	106
Figura 9	Rendimento mensal médio e mediano dos municípios da Mesorregião Oeste Paranaense (2000)	117

Figura 10	Taxas geométricas de crescimento da população urbana e total dos municípios da Mesorregião Oeste Paranaense (1991-2000) ...	125
Figura 11	Densidade demográfica dos distritos da Mesorregião Oeste Paranaense (2000)	128
Figura 12	Áreas perimetrais, representando anéis constituídos a cada 15 quilômetros em torno das áreas urbanas de Cascavel e Toledo (2000).....	130
Figura 13	Anéis de densidade populacional configurados pelos distritos e municípios da Mesorregião Oeste Paranaense (2000)	132
Figura 14	População Economicamente Ativa (PEA) urbana dos distritos da Mesorregião Oeste Paranaense (2000)	134
Figura 15	Fragmento do questionário do Censo Demográfico de 2000, equacionado pelo IBGE	136
Figura 16	Deslocamento para trabalho e/ou estudo, segundo a origem dos fluxos, conforme os municípios da Mesorregião Oeste Paranaense (2000)	140
Figura 17	Deslocamento para trabalho e/ou estudo, segundo a origem e destino dos fluxos, conforme os municípios da Mesorregião Oeste Paranaense (2000)	141
Figura 18	Itinerário dos ônibus intermunicipais na Mesorregião Oeste Paranaense (2006)	145
Figura 19	Origem das pessoas que utilizam o transporte coletivo intermunicipal, conforme a média diária, segundo os distritos da Mesorregião Oeste Paranaense (2006)	148

Figura 20	Destino das pessoas que utilizam o transporte coletivo intermunicipal, conforme a média diária, segundo os distritos da Mesorregião Oeste Paranaense (2006) 149
Figura 21	Origem das pessoas que utilizam o transporte coletivo intermunicipal, segundo os distritos da Mesorregião Oeste Paranaense, considerando-se a relação entre a média diária dos dias úteis (DU) e dos finais de semana e feriados (FSF) (2006) 151
Figura 22	Destino das pessoas que utilizam o transporte coletivo intermunicipal, segundo os distritos da Mesorregião Oeste Paranaense, considerando-se a relação entre a média diária dos dias úteis (DU) e dos finais de semana e feriados (FSF) (2006) 152
Figura 23	Pares de distritos da Mesorregião Oeste Paranaense com fluxo diário de pessoas, no âmbito do transporte coletivo intermunicipal, acima da média registrada em todos os dias analisados (51) e também nos dias úteis (53) (2006) 154
Figura 24	Maiores fluxos de pessoas entre distritos da Mesorregião Oeste Paranaense, no âmbito do transporte coletivo intermunicipal, conforme a média diária dos dias úteis (DU) e finais de semana e feriados (FSF) (2006)..... 155
Figura 25	A aglomeração urbana da soja e áreas de expansão, conforme os distritos e municípios da Mesorregião Oeste Paranaense (2006)..... 164
Figura 26	Estabelecimentos da indústria de transformação – participação municipal sobre o total do Paraná (1995 e 2004) e diferença percentual de participação entre 1995 e 2004 178

Figura 27	Estabelecimentos de sedes de empresas e unidades administrativas locais mais as <i>holdings</i> – participação municipal sobre o total do Paraná (1995 e 2004) e diferença porcentual de participação entre 1995 e 2004.....	181
Figura 28	Aspectos da infra-estrutura de transporte da aglomeração urbana da soja, com destaque à BR-467 e áreas projetadas à implantação do aeroporto regional.....	192

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1** Fluxo médio de pessoas que utilizam o transporte coletivo intermunicipal nos dias úteis, entre os distritos da Mesorregião Oeste Paranaense selecionados, conforme a origem e destino dos fluxos e horários de saída dos ônibus (2006)..... 157
- Gráfico 2** Fluxo médio de pessoas que utilizam o transporte coletivo intermunicipal nos dias úteis, entre os distritos da Mesorregião Oeste Paranaense selecionados, conforme a origem e destino dos fluxos e horários de saída dos ônibus (2006)..... 159
- Gráfico 3** Fluxo médio de pessoas que utilizam o transporte coletivo intermunicipal nos dias úteis, entre os distritos da Mesorregião Oeste Paranaense selecionados, conforme a origem e destino dos fluxos e horários de saída dos ônibus (2006)..... 160

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Aspectos socioeconômicos, demográficos e territoriais da aglomeração urbana da soja e de sua área de expansão em relação a outros níveis territoriais (2000) 166
Tabela 2	Aspectos econômicos da aglomeração urbana da soja e de sua área de expansão em relação a outros níveis territoriais (2002) 167

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A	Municípios da Mesorregião Oeste Paranaense (2000)	211
Apêndice B	Distritos da Mesorregião Oeste Paranaense (2001)	212
Apêndice C	Principais pólos mesorregionais do Paraná (2007).....	213

LISTA DE ANEXOS

Anexo A	Projeto de Lei Complementar n. 110 de 2003.....	215
Anexo B	Projeto de Lei Complementar n. 235 de 2003.....	219
Anexo C	Projeto de Lei Complementar n. 231 de 2003.....	223
Anexo D	Proposição de Veto ao Projeto de Lei Complementar n. 110 de 2003.....	227
Anexo E	Mensagem n. 002 de 2007	233
Anexo F	Projeto de Lei Complementar n. 03 de 2007.....	236
Anexo G	Substitutivo geral ao Projeto de Lei Complementar n. 03 de 2007 .	239

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMOP	Associação dos Municípios do Oeste do Paraná
APL	Arranjo Produtivo Local
BNH	Banco Nacional de Habitação
CCJ	Comissão de Constituição e Justiça
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPU	Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana
CONCLA	Comissão Nacional de Classificação
CT&I	Ciência, tecnologia e inovação
DER	Departamento de Estradas de Rodagem
DER/PR	Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná
DU	Dias úteis
FERROESTE	Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A.
FSF	Finais de semana e feriados
FUNDEMARC	Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Marechal Cândido Rondon
FUNDETEC	Parque Tecnológico Industrial do Oeste e a Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico
FUNTEC	Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Toledo
GAM	Grupo de Áreas Metropolitanas
GEGRAM	Grupo Executivo da Grande São Paulo
GERM	Grupo Executivo da Região Metropolitana de Porto Alegre

IAPAR	Instituto Agrônômico do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
Km²	Quilômetros quadrados
MARIPÁ	Madeira Colonizadora Rio Paraná
MASTRO	Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MST	Movimento dos Sem Terra
PCPM	Programa para as Cidades de Porte Médio
PCPM/BIRD	Programa para as Cidades de Porte Médio Mundial
PDU	Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PRDE	Plano Regional de Desenvolvimento Estratégico
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
REGIC	Região de Influência das Cidades
SEFHAU	Sistema Federal de Habitação
SIG	Sistema de Informações Geográficas
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
URBE-2	Macrozona de Urbanização Específica
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
VAF	Valor Adicionado Fiscal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
1. AGLOMERAÇÕES URBANAS E UNIDADES REGIONAIS: TEORIA E PRÁTICA METROPOLITANA.....	32
1.1 METROPOLIZAÇÃO E AGLOMERAÇÕES URBANAS: DEFININDO CONCEITOS	35
1.2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE UNIDADES REGIONAIS NO BRASIL.....	45
1.2.1 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE UNIDADES REGIONAIS NA MESORREGIÃO OESTE PARANAENSE.....	57
2. MESORREGIÃO OESTE PARANAENSE: DO “SERTÃO PARANAENSE” À INTEGRAÇÃO REGIONAL E NACIONAL ATRAVÉS DO SISTEMA DE CIDADES	73
2.1 A “MARCHA PARA O OESTE” E O PAPEL DAS COMPANHIAS COLONIZADORAS NA OCUPAÇÃO DA MESORREGIÃO OESTE PARANAENSE.....	74
2.2 O MEIO RURAL E O DESENVOLVIMENTO URBANO: INTEGRAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO ESPACIAL DA MESORREGIÃO OESTE PARANAENSE (1960-2000).....	85
3. A AGLOMERAÇÃO URBANA DA SOJA: LIMIARES E LIMITES.....	119
3.1 CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E DE ESTRUTURA OCUPACIONAL DOS MUNICÍPIOS E/OU DISTRITOS DA MESORREGIÃO OESTE PARANAENSE	123
3.1.1 A TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL.....	124
3.1.2 A DENSIDADE DEMOGRÁFICA.....	127
3.1.3 A POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA URBANA	133
3.2 CARACTERÍSTICAS DE INTEGRAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E DISTRITOS DA MESORREGIÃO OESTE PARANAENSE	134

3.2.1 O DESLOCAMENTO PARA TRABALHO E/OU ESTUDO, SEGUNDO OS DADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO DE 2000	139
3.2.2 AS INFORMAÇÕES E ESTATÍSTICAS INERENTES AO TRANSPORTE COLETIVO INTERMUNICIPAL	144
3.3 O FENÔMENO METROPOLITANO NA MESORREGIÃO OESTE PARANAENSE	162
4. A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E SEUS REFLEXOS SOBRE A METROPOLIZAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ.....	169
4.1 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA	170
4.2 A DINÂMICA DAS ESTRATÉGIAS ESPACIAIS DE AÇÃO IMPLEMENTADAS NO PARANÁ.....	177
4.3 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E O ARRANJO TERRITORIAL PARANAENSE.....	183
CONSIDERAÇÕES FINAIS	188
REFERÊNCIAS.....	194
APÊNDICES	210
ANEXOS	214

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar a relação entre o processo de metropolização e a criação de unidades regionais no Brasil, especialmente no caso da Mesorregião Oeste Paranaense, partindo-se do pressuposto de que a instituição de uma unidade regional deveria ser motivada pelo processo de metropolização¹.

Os agentes políticos, ora legislando em causa própria, ora tomando decisões sem conhecimento de causa, nem sempre sugerem as melhores soluções às problemáticas urbano-regionais da sociedade. E isso tem sido particularmente verdadeiro para o Brasil, onde os estudos sobre os processos de urbanização e metropolização têm privilegiado os grandes centros populacionais, pouco abordando as aglomerações de porte médio, especialmente aquelas localizadas no interior do país. A possível solução do conjunto de problemas mencionado só pode advir com o conhecimento e entendimento dos fatores peculiares que os engendram.

Nesse sentido, a série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil se tornou obra de leitura obrigatória para os planejadores e para aqueles que estudam os fenômenos urbano-regionais. Nela estão bem definidos os sistemas de cidades, dispostos de acordo com a hierarquia dos centros. Também foram determinadas as espacialidades das aglomerações urbanas do país, mostrando-se serem presididas, via de regra, por centros que compõem os nós da rede urbana nacional. Porém, trata-se de um estudo bastante geral, que pouco se atém a aspectos particulares de cada região – como normalmente ocorre em tais casos.

¹ O termo unidade regional em questão faz referência às regiões administrativas cujas instituições estão previstas na Constituição Federal de 1988 e que possuem como objetivo o equacionamento das funções públicas de interesse comum; seriam elas: as regiões integradas de desenvolvimento, as regiões metropolitanas, as aglomerações urbanas e as microrregiões.

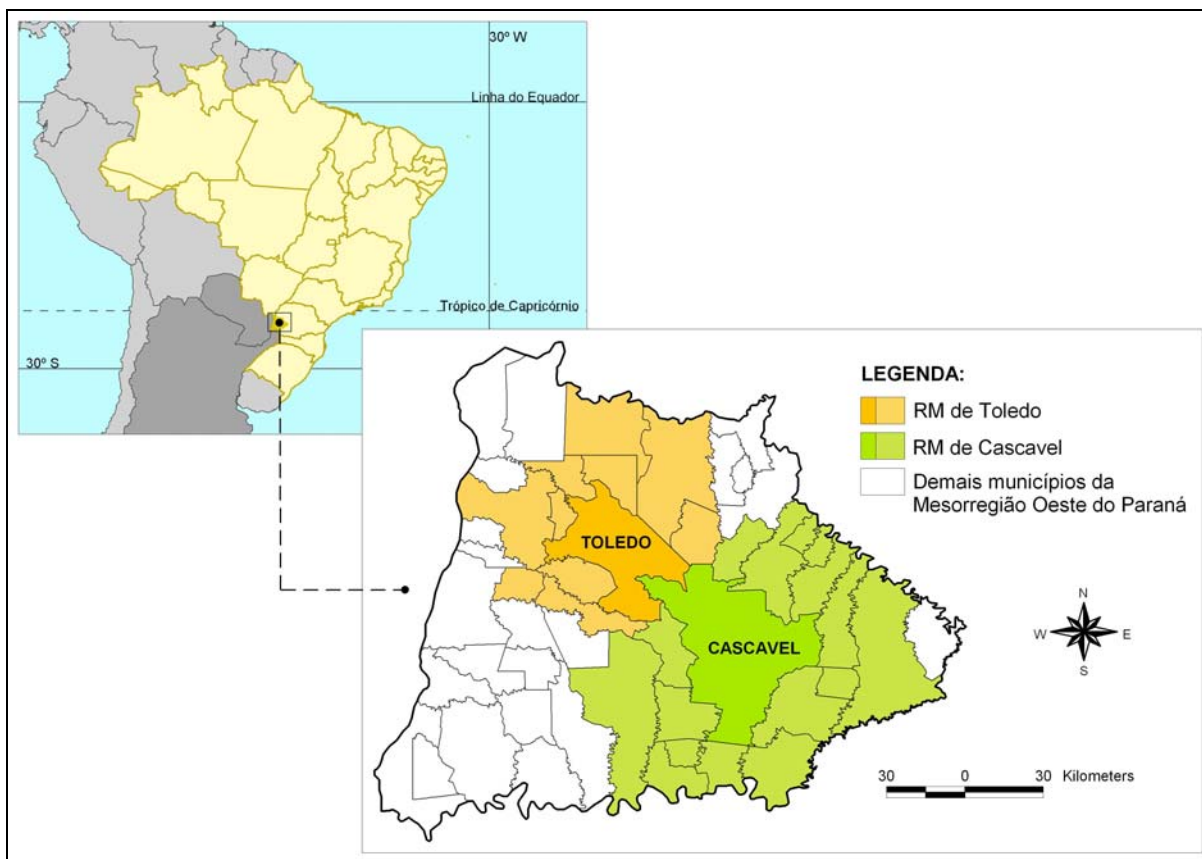
A equipe técnica responsável pela revisão do estudo Região de Influência das Cidades (REGIC) – que corresponde à fundamentação básica ao equacionamento de Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil – já alertava que a nova pesquisa atualizaria os dados de 1987, apontando as “novas relações e hierarquia dos centros urbanos brasileiros e suas áreas de influência”, todavia, para se entender a complexa realidade dos sistemas urbanos, também informava a necessidade de realização de pesquisas complementares de aprofundamento a serem desenvolvidas em menores escalas geográficas (IBGE, 1993, p. 179).

Além da generalização, Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil também está baseado em dados da contagem da população, realizada em 1996, cujos valores apresentam indícios de distorção em diversos casos. Dessa maneira, o referido estudo aguarda as contribuições cabíveis, mas, mesmo assim, merece muitos méritos, dentre eles o fato de suscitar diversas questões aos planejadores e pesquisadores de diversos ramos da ciência.

Foi justamente Caracterização (2001), levando-se em consideração a existência dos projetos de lei complementar n. 110 e 235 de 2003, que motivou a realização desta pesquisa.

Os respectivos projetos versam sobre a instituição das regiões metropolitanas de Cascavel e Toledo, dois municípios de porte médio quanto ao tamanho populacional, com, respectivamente, 284.083 e 107.033 habitantes, segundo as estimativas do IBGE (2006e). Cascavel e Toledo estão situados na Mesorregião Oeste Paranaense, cuja área representa a parte que cabe ao território brasileiro na tríplice fronteira: Brasil – Argentina – Paraguai (Figura 1).

Figura 1 – Localização da área de estudo



BASE CARTOGRÁFICA: IBGE (2003a); **ELABORAÇÃO:** REOLON, Cleverson A.

Caracterização (2001) aponta o município de Cascavel como um pólo regional de desenvolvimento, com centralidade de nível forte, e Toledo como centro regional secundário, com nível de centralidade médio. Estes municípios, em contigüidade com Santa Tereza do Oeste, são identificados como uma aglomeração urbana. O estudo também aponta anéis de intenso crescimento populacional configurados por Cafelândia, Corbélia e Ibema, além de vetores de expansão definidos na direção de Marechal Cândido Rondon. Portanto, haveria um processo de desenvolvimento convergente entre os municípios citados.

Suscita, dessa forma, a seguinte questão: por que instituir as regiões metropolitanas de Cascavel e Toledo se as relações intermunicipais, estabelecidas

entre ambos, parecem, a cada dia, assumir maiores níveis de articulação e, em corolário, complexidade?

Estudos preliminares, baseados em Reolon (2004), revelaram que, no mês de agosto de 2004, 20.357 passageiros com origem em Cascavel e destino a Toledo utilizaram o serviço de transporte coletivo intermunicipal², ao passo que, no trajeto contrário, ou seja, com origem em Toledo e destino a Cascavel, foram 20.763 pessoas. Douglas de Oliveira Selis³, em entrevista concedida a Reolon (2004), afirmou que tanto o consumo de bens ou serviços prestados quanto a prática de lazer ou, ainda, o exercício de trabalho ou estudo aparenta configurar as causas dos movimentos pendulares existentes entre tais municípios, sugerindo que não apenas os fatores de ordem socioeconômica contribuem para a dinamização do fluxo regional de passageiros, mas também os fatores de ordem cultural. Sendo assim, o entendimento da dinâmica populacional da Mesorregião Oeste Paranaense demanda sua contextualização histórica.

Convém ressaltar, conforme o Ipardes (2003a, p. 107), que a duplicação da rodovia BR-467, que liga Cascavel a Toledo, “representará um fator reestruturante nas relações intermunicipais e na economia regional”. O término total das obras, previsto para o final de 2007, certamente irá favorecer a fluidez entre Cascavel e Toledo, elevando os níveis de complementaridade em seus

² Transporte coletivo intermunicipal é a expressão utilizada neste trabalho para designar o que o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) chama de transporte metropolitano. De acordo com Vercezi (2001), o DER cunhou a expressão transporte metropolitano para diferenciar esta modalidade de serviço do transporte regional de passageiros, portanto, a princípio, nada tem em haver com uma representação político-social. Não obstante, a necessidade de se substituir a denominação transporte metropolitano por transporte coletivo intermunicipal advém da confusão teórica e até mesmo prática que o primeiro termo poderia causar, já que, como se verá mais adiante, aglomeração urbana – conceito-chave deste estudo – e área metropolitana são tidos como sinônimos; o fato é que a espacialidade de uma área metropolitana possivelmente existente na Mesorregião Oeste Paranaense, composta por Cascavel, Toledo e outros municípios, dificilmente coincidirá com os limites de abrangência do serviço de transporte coletivo intermunicipal.

³ Na ocasião, cobrador de ônibus da Princesa dos Campos – empresa que detém a concessão de realização do serviço de transporte coletivo intermunicipal entre Cascavel e Toledo.

desenvolvimentos⁴. E isso é ilustrado pelas expectativas da empresa que detém a concessão de realização do transporte coletivo entre tais municípios, já que avalia a possibilidade de substituir os veículos atualmente em uso por ônibus articulados.

Respaldando-se em Santos (2004a, p. 86), ao se considerar esta rodovia como um objeto geográfico⁵, pode-se dizer que “objetos não agem, mas, sobretudo no período histórico atual, podem nascer predestinados há um certo tipo de ações, a cuja plena eficácia se tornam indispensáveis”. Mas além rodovia BR-467, no âmbito de sua duplicação, esta assertiva também se aplica aos projetos de lei complementar anteriormente citados.

Nesse contexto, é importante ressaltar o fato de que divergências políticas ocorridas entre representantes de Cascavel e Toledo durante a década de 1950, relativas à construção do aeroporto regional (SPERANÇA, 1992), parecem resistir ao tempo, dificultando a formalização de um ato que se destine a uma maior integração entre os mesmos.

Baseando-se em Moura e Kleinke (2000), Firkowiski e Moura (2001), ao tecerem comentários sobre a fragmentação legal da aglomeração urbana de Londrina, asseveram que a incoerência entre a institucionalidade e a espacialidade do fenômeno metropolitano oficializa uma ruptura da possibilidade de integração entre municípios, podendo dificultar a solução de problemas comuns de âmbito

⁴ A pista que acompanha o leito antigo da rodovia BR-467, no trecho que liga as sedes municipais de Cascavel e Toledo, foi inaugurada no início de fevereiro de 2006. Para que a duplicação esteja totalmente concluída, restam o recapeamento e sinalização da pista antiga, a reestruturação do trecho situado no perímetro urbano de Cascavel e a construção dos oito viadutos previstos (MANFRIN, 2007).

⁵ Santos (2004a, p. 72) afirma que “os objetos que servem à Geografia não são apenas objetos móveis, mas também imóveis, tal uma cidade, uma barragem, uma estrada de rodagem, um porto, uma floresta, uma plantação, um lago, uma montanha. [...] Para os geógrafos, os objetos são tudo o que existe na superfície da Terra, toda herança da história natural e do resultado da ação humana que se objetivou. Os objetos são esse extenso, essa objetividade, isso que se cria fora do homem e se torna instrumento material de sua vida, em ambos os casos uma exterioridade”.

regional, mencionando também que fatos desta natureza podem resultar na elevação dos padrões de competitividade regional, prejudicando a inserção dos municípios envolvidos nos ramos modernos da atividade econômica, representando, em certos casos, o desperdício de um potencial existente.

Não seria um exagero considerar que o mesmo pode ocorrer na Mesorregião Oeste Paranaense. No ano de 2003, Cascavel e Toledo estavam entre os dez municípios do estado que apresentavam maior Valor Adicionado Fiscal (VAF) pela agroindústria, cujos montantes condiziam com, respectivamente, 2,8 e 5,3% do total paranaense (IPARDES, 2003b). Outro segmento que dinamiza a economia e vida social destes municípios é o de educação superior, tendo em vista o grande número de universidades aí instaladas e cursos ofertados à população.

Em 2005, Cascavel contava com sete instituições de ensino superior e Toledo abrigava outras quatro (PARANÁ, 2006), com um *campus* da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) – antigo Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET) – em implantação (JORNAL DO OESTE, 2005b). Sem contar a UTFPR, somam-se cerca de quarenta cursos disponíveis, variando entre diversas áreas do conhecimento. Os mais ofertados são Administração, Pedagogia, Direito e Ciências Contábeis, comuns também às instituições de ensino localizadas em outros municípios da Mesorregião Oeste Paranaense. Mas existem cursos como os de Ciências Sociais, Engenharia Agrícola, Engenharia de Pesca, Engenharia de Produção Agroindustrial, Engenharia Elétrica, Engenharia Química, Farmácia, Filosofia, Informática, Medicina, Moda, Nutrição, Odontologia, Processamento de Dados, Psicologia, Química, Secretariado Executivo, Turismo e Turismo e Hotelaria, dentre outros, que, pela exclusividade (ou quase exclusividade) quanto à oferta, podem gerar uma demanda de nível regional, ou além.

Dados de 2002 indicam que Cascavel e Toledo atendiam cerca de 61,03% dos estudantes matriculados nas instituições de ensino superior presentes na Mesorregião Oeste (IPARDES, 2004a). Considerando-se a concentração de tais instituições nestes municípios, pode-se dizer que existe aí um campo oportuno para o desenvolvimento de atividades ligadas à pesquisa e inovação tecnológica, caso esse potencial seja convenientemente explorado.

Portanto, Cascavel e Toledo parecem conformar um espaço de desenvolvimento contíguo, efetivamente, onde as inter-relações sociais e econômicas possuem uma dinâmica intensa para os padrões regionais, sendo motivadas pelo segmento agroindustrial e pelas universidades ou faculdades que aí se localizam, além do comércio e prestação de serviços diversos.

Sendo assim, mesmo ponderando-se os pormenores do estudo Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil ou levando-se em consideração o fato de as contribuições até aqui levantadas serem insuficientes para se colocar em cheque a legitimidade, do ponto de vista espacial, dos projetos de lei complementar n. 110 e 235 de 2003, levanta-se a seguinte hipótese: a proposta de instituição de unidades regionais distintas para Cascavel e Toledo é equivocada, haja vista a existência de um processo de metropolização entre estes municípios.

No intuito de se testar tal hipótese, fizeram-se necessárias leituras minuciosas das Constituições Federal e Estadual do Paraná, de projetos de lei complementar que tratam da institucionalização de unidades regionais, especialmente aqueles que tratam da criação das regiões metropolitanas de Cascavel e Toledo, e revisão bibliográfica de obras de diversos autores que versam, especificamente, sobre os temas metropolização, aglomeração urbana e instituição de unidades regionais.

Ainda se incluiu como objetivo específico desta pesquisa a avaliação da espacialidade das unidades regionais propostas para Cascavel e Toledo. Dessa maneira, realizaram-se atividades de coleta e avaliação de informações e dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que evidenciam as características demográficas e socioeconômicas dos municípios da Mesorregião Oeste Paranaense, como: princípios da ocupação territorial, quantidade de população total, urbana e rural; densidade demográfica; taxa geométrica de crescimento populacional nos períodos de 1970/80, 1980/91 e 1991/2000; quantidade de População Economicamente Ativa (PEA) total, urbana e rural; contribuição total ao VAF e Produto Interno Bruto (PIB), etc. Também foram coletados dados e informações referentes às empresas e demais instituições instaladas na Mesorregião Oeste Paranaense.

Procedeu-se, também, à coleta de dados e informações que evidenciam as características de integração dos municípios da Mesorregião Oeste Paranaense, como número de pessoas que se deslocam para trabalhar e/ou estudar, de acordo com o município de residência e local de trabalho e/ou estudo, conforme informações do Censo Demográfico de 2000, e número de pessoas que utilizaram o transporte coletivo intermunicipal nos meses de março e abril de 2006, conforme os horários e pontos de origem e destino dos fluxos. Esses dados e informações subsidiaram a realização de estimativas referentes aos movimentos pendulares⁶ exercidos pela população, procurando-se revelar tanto o número de pessoas que os promovem quanto as causas desses deslocamentos.

⁶ Na literatura brasileira, o termo movimento pendular tem sido freqüentemente relacionado ao que, nos Estados Unidos e outros países de língua inglesa, chama-se *commute*. Para Horner (2004), assim como define o dicionário da língua inglesa Oxford (2005), *commuting* corresponderia ao ato de se deslocar diariamente, de ônibus, trem, automóvel particular, etc., entre o local de residência e o local de trabalho, exclusivamente. Todavia, para efeitos desta pesquisa, movimento pendular

Portanto, o IBGE, o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), o Ministério do Trabalho, o Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER/PR), dentre outros órgãos e secretarias dos governos federal, estadual e municipal, empresas privadas e bibliotecas de diversas instituições de ensino superior do país, deram suporte a esta pesquisa, composta por quatro capítulos.

No Capítulo 1 são revistos conceitos como metropolização, área metropolitana, região metropolitana, aglomeração urbana e questões metropolitanas, todos correspondentes, na realidade, a um universo acadêmico, ou seja, à teoria metropolitana. Depois de revistos, estes conceitos são contrapostos à prática metropolitana, relacionando-os, dessa forma, ao universo político. Procura-se, assim, revelar os meandros que permeiam a institucionalização de unidades regionais no Brasil, utilizando-se desde exemplos clássicos, como a criação das regiões metropolitanas federais, aos particulares, como os processos de instituição de unidades regionais na Mesorregião Oeste Paranaense.

Em seguida, no Capítulo 2, visando-se caracterizar e assimilar algumas características da área de estudo, são abordados os processos de ocupação e urbanização da Mesorregião Oeste Paranaense, atentando-se às peculiaridades da constituição da infra-estrutura regional e seus reflexos sobre a dinâmica populacional dos municípios aí presentes. Particularmente, procura-se manter o foco sobre o processo de integração regional e nacional dos municípios da Mesorregião Oeste aos sistemas regional e nacional de cidades.

refere-se a um fenômeno que diz respeito ao ato de ir e vir diário das pessoas, deslocando-se entre o local de residência e um ponto qualquer do território, seja qual for o propósito do deslocamento: trabalhar, estudar, fazer compras, procurar por atendimento médico-hospitalar ou odontológico, recrear, etc.

Baseando-se em grande número de dados demográficos e territoriais, entre outros referentes à dinâmica socioeconômica dos municípios e distritos da Mesorregião Oeste Paranaense, procura-se, no Capítulo 3, rever a espacialidade da aglomeração urbana de Cascavel, identificada por Caracterização (2001). Os resultados desta revisão são utilizados para se avaliar a espacialidade das unidades regionais propostas com localização na Mesorregião Oeste Paranaense, dirigindo-se especial atenção à espacialidade das regiões metropolitanas de Cascavel e Toledo, indicadas nos projetos de lei complementar n. 110 e 235 de 2003. Também se faz um esforço no sentido de revelar as causas de integração das unidades político-administrativas pesquisadas.

No Capítulo 4, tendo em vista as profundas transformações da configuração da distribuição territorial das empresas e sua implicação sobre a organização do espaço geográfico, notadamente potencializando o surgimento ou manutenção de espaços de concentração e espaços de esvaziamento populacional, realiza-se um ensaio sobre o processo de reestruturação produtiva que vem ocorrendo no estado do Paraná.

É oportuno mencionar que os projetos de lei complementar n. 110 e 235 de 2003 estavam arquivados na Assembléia Legislativa do Paraná, apesar de lideranças locais, ocasionalmente, continuarem se referindo à instituição destas regiões metropolitanas, especialmente se tratando da Região Metropolitana de Cascavel. Não obstante, tendo em vista as eleições de outubro de 2006 para os cargos de presidente da República Federativa do Brasil, governadores estaduais, senadores e deputados estaduais e federais, o *lobby* regional em prol da criação das referidas unidades regionais foi tão grande que levou o então candidato ao cargo de governador do Paraná – Roberto Requião – a prometer a implantação de pelo

menos uma unidade regional na Mesorregião Oeste. Requião venceu as eleições e deu o primeiro passo ao cumprimento de sua promessa de campanha enviando à Assembléia Legislativa do estado, no dia 11 de janeiro de 2007, uma proposta de criação de uma unidade regional intitulada Região Metropolitana de Cascavel, cuja espacialidade difere daquela apresentada no projeto de lei complementar n. 110 de 2003. Contudo, o projeto para a criação desta região metropolitana, relacionado na pauta de votações da Assembléia do dia 16 de janeiro de 2007, gerou grande polêmica entre os parlamentares, resultando no surgimento de várias propostas de emendas substitutivas ao projeto do governador nos dias subseqüentes.

O que se pretende demonstrar, com esta prévia e breve explanação, é a dinâmica sob a qual esteve sujeita esta pesquisa, notadamente acelerada em seu processo de finalização. Por isso, a proposta inicial do trabalho, que é analisar a relação entre o processo de metropolização e a criação de unidades regionais, tendo em vista os projetos de lei complementar n. 110 e 235 de 2003, acabou ganhando novos e inesperados contornos, o que, de certa forma, mais contribuiu do que prejudicou a pesquisa, a despeito do exíguo tempo que se teve para refletir e analisar certos acontecimentos e proposições, todas forjadas na esfera política.

1 AGLOMERAÇÕES URBANAS E UNIDADES REGIONAIS: TEORIA E PRÁTICA METROPOLITANA

Contrapor a teoria à prática metropolitana equivale, sob certos aspectos, à comparação entre a realidade e o fetiche, o fato e a crença. A metropolização é um fenômeno que impulsionou a concentração espacial tanto da riqueza quanto da pobreza, ou ainda, da ordem e do conflito, em seus limites. Pelo fato de as unidades regionais estarem, de certa forma, relacionadas a este processo, já que representam um mecanismo para se fazer frente às questões metropolitanas⁷, elas próprias passaram a ser fetichizadas à medida que as regiões metropolitanas institucionalizadas foram “associadas ao peso simbólico que as relaciona ao progresso e à modernidade”, ao *status*, portanto (FIRKOWSKI & MOURA, 2001). Não obstante, no âmbito da gestão das unidades regionais, as questões metropolitanas ainda representam um grande desafio, denotando as dificuldades de equacionamento dos problemas que extrapolam os limites municipais e se acumulam em escala regional⁸.

Eis, então, que se chocam questões científicas, imanentes ao estudo da realidade, às vontades políticas, que dizem respeito ao ato de instituir regiões administrativas. De um lado, têm-se conceitos (metropolização, área metropolitana, região metropolitana, aglomeração urbana, questões metropolitanas) e, de outro, apenas termos constitucionais (unidade regional, região metropolitana, aglomeração

⁷ Para Silva (2005, p. 400), “do ponto de vista da vida metropolitana, que envolve o cotidiano da vida coletiva, a questão metropolitana abrange problemas de saneamento, violência, habitação, educação, saúde e transporte [...]”

⁸ Embora a gestão das unidades regionais eventualmente se torne alvo de comentários, sua abordagem específica foge ao objetivo principal do trabalho, que, em suma, seria questionar a interpretação e aplicação das leis que regem a instituição de unidades regionais, que, ignorando o processo de metropolização, fornecem fortes indícios de se alinhar a interesses políticos, sejam eleitores, propriamente ditos, ou corporativos.

urbana, microrregião, região integrada de desenvolvimento, funções públicas de interesse comum). É por isso que Lencioni (2006, p. 55-56) afirma:

[...] perguntar se tal ou qual região metropolitana instituída apresenta as características de espaços metropolitanos é não compreender a diferença entre o processo de metropolização – que desconhece vontades políticas – e a institucionalização de regiões metropolitanas como expediente para o planejamento territorial.

Entretanto, como mencionado, é necessário se admitir que o processo de metropolização é, em essência, o elemento motivador da instituição de unidades regionais (FIRKOWSKI & MOURA, 2001); visão compartilhada por Silva (2006), ao afirmar que as questões metropolitanas somente podem ser resolvidas diante de uma gestão metropolitana. É claro que o equacionamento de problemas metropolitanos não depende, exclusivamente, da criação de uma unidade regional, veja-se o caso das experiências embrionárias de administrações metropolitanas implementadas antes da existência de uma base jurídica para a criação das regiões metropolitanas federais, como o Grupo Executivo da Grande São Paulo (GEGRAM) ou o Grupo Executivo da Região Metropolitana de Porto Alegre (GERM), dentre outros (GUIMARÃES, 2004; ROLNIK & SOMEKH, 2004), mas este é um artifício legal que, atualmente, os estados federados dispõe para tanto. Pretende-se chamar atenção ao fato de que, dessa forma, seria sim pertinente questionar se os limites de uma unidade regional são ou não condizentes com a espacialidade da metropolização.

Ainda que a criação de unidades regionais tivesse como objetivo o planejamento territorial, os processos de integração regional pretendidos pela lei, ou mesmo de fragmentação legal de espaços em metropolização, não devem ser negligenciados, a exemplo de casos em que os limites da área metropolitana não condizem com os limites da região administrativa instituída. Neste caso específico,

as questões sociais metropolitanas são, claramente, preteridas em relação aos interesses corporativos ou políticos, seja por propósito ou equívoco. Outra questão que deriva da instituição de unidades administrativas para atender interesses alheios ao equacionamento dos serviços comuns é a possibilidade de criação de uma superestrutura política-administrativa – diga-se de passagem, especificamente destinada a suprir as demandas metropolitanas – inadequada para tratar do planejamento territorial.

A criação indiscriminada de unidades regionais, não obedecendo aos seus princípios, seria mais um agravante em meio à uniformidade no trato do tema metropolitano por parte das constituições dos vários estados brasileiros, apontada por Moura *et al.* (2003).

Conforme Azevedo e Guia (2004) e Davidovich (2004), a instituição de regiões metropolitanas não está prevista nas constituições do Acre, Roraima, Tocantins, Rio Grande do Norte, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Dos estados restantes, Azevedo e Guia (2004) asseveram que apenas em quatro se estabelecem critérios para instituí-las, correspondendo ao Amazonas, Goiás, São Paulo e Santa Catarina. No que diz respeito às aglomerações urbanas, Braga (2005) certifica que a situação é semelhante: seis estados não mencionam a possibilidade de sua instituição (Acre, Amapá, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Roraima e Tocantins) e apenas dois definem critérios para sua delimitação (São Paulo e Espírito Santo). O resultado dessa falta de critérios são mosaicos regionais legais que pouco se ajustam à realidade urbano-regional do país.

No entanto, à teoria também cabe uma parcela de desencontros. Um fato que parece polêmico é o reconhecimento da metropolização enquanto fenômeno contemporâneo também ao interior do território nacional. Sob esta

perspectiva, questões metropolitanas não seriam mais exclusivas das aglomerações urbanas milionárias⁹, situadas sobretudo na faixa litorânea, cuja economia está assentada, predominantemente, na produção industrial.

Vários estudos têm contribuído para reforçar esta tese, dentre eles, Caracterização (2001), fazendo, aos poucos, com que se reflita sobre a necessidade de se resgatar velhos conceitos forjados a partir do estudo do fenômeno metropolitano, em especial com relação à metropolização e área metropolitana, que ganharam novos e marcantes contornos a partir da instituição do primeiro conjunto de unidades regionais do Brasil, na década de 1970: as regiões metropolitanas federais.

Esta interferência legislativa sobre o pensamento acadêmico garante a premissa de que desnudar a trajetória das unidades regionais também significa, no Brasil, desvendar os conceitos atualmente utilizados pelas ciências que tratam do fenômeno metropolitano.

1.1 METROPOLIZAÇÃO E AGLOMERAÇÕES URBANAS: DEFININDO CONCEITOS

Tal como afirmam Lencioni (2006) e Teles e Amora (2006), o conceito de metropolização é polissêmico. Basicamente, podem ser interpretadas duas vertentes conceituais em sua abordagem: uma delas guarda uma dimensão socioespacial do processo de metropolização, à outra é conferida a dimensão territorial. Esta parece ser a razão pela qual este conceito possui certa dificuldade de delimitação. Contudo, não há meios de se optar em tratar a metropolização, exclusivamente, sob uma ou outra perspectiva, à medida que elas são

⁹ Se refere ao número de habitantes.

complementares; o que parece ocorrer é a variação dos conceitos conforme os objetivos de cada autor, assumindo, de forma mais marcante, uma ou outra característica.

Algo comum parece ser o fato de o processo de metropolização ser assumido como um fenômeno que transcende a urbanização, ou seja, é mais complexo (LENCIONI, 2006; FIRKOWSKI & MOURA, 2001). Pergunta-se, então, até que ponto a metropolização é um fenômeno que pode ser mensurado a partir do processo de urbanização? Nesse sentido, qual é a relação entre a metropolização e a metrópole?

A resposta não é simples. Lencioni (2006) lança um questionamento semelhante ao se indagar se a metropolização representaria uma fase do desenvolvimento urbano; para ela, é e não é. É porque a metropolização não deixa de ser continuidade da urbanização, e não é porque tem uma natureza diferente. Mais adiante, Lencioni (2006, p. 48) explica:

Não se trata mais de criar cidades, de desenvolver a rede urbana ou a urbanização em sentido restrito; trata-se de desenvolver condições metropolitanas que são imprescindíveis para a reprodução do capital, subvertendo toda a lógica urbana herdada e negando a cidade.

A metropolização é um fenômeno que se situa, portanto, na esteira da urbanização e da reestruturação socioespacial¹⁰. Sob esta perspectiva a autora prossegue em sua abordagem:

O processo de metropolização dos espaços implica, portanto, um território no qual os fluxos de pessoas, de mercadorias ou de informações são múltiplos, intensos e permanentes. Aí é comum a presença de cidades conurbadas bem como a concentração das

¹⁰ Lencioni (1999) definiu como reestruturação socioespacial as transformações industriais e urbanas por que se vem passando nos últimos anos, o que, pode-se dizer, implica a reorganização do espaço num sentido amplo, abrangendo os objetos geográficos em geral, a população e os fluxos de toda ordem.

condições gerais necessárias às particulares condições da reprodução do capital nos dias atuais (LENCIONI, 2006, p. 48).

Lencioni (2006) sintetiza suas proposições ao afirmar que a metropolização é um processo socioespacial. Complementarmente, Limonad (2004, p. 57) dispõe a possibilidade de apreensão da dinâmica de tal processo, ao citar:

No presente, a produção do espaço social e concomitante estruturação e ordenamento territorial **teria por base a urbanização do território** (LEFEBVRE, 1991; SANTOS, 1996) e a **distribuição espacial das atividades produtivas**, em que interviriam diversos agentes em múltiplas escalas articuladas e que teria por corolário a conformação de novas territorialidades, novas regiões e novas formas de regionalização (SANTOS, 1996; SANTOS & SILVEIRA, 2001) (Grifo nosso).

É por esta razão que Firkowski e Moura (2001) argumentam que a metropolização se situa além da morfologia da cidade, referindo-se também à cultura urbana, isto é, aos modos de vida e de produção da sociedade.

Carlos (2003, p. 83) possui uma percepção bastante original a respeito do processo de metropolização, definindo-o como sendo a "hierarquização do espaço a partir da dominação de centros que exerce sua função administrativa, jurídica, fiscal, policial e de gestão". Dessa maneira, pode-se dizer que, dependendo da maturidade e intensidade deste processo, a metropolização poderia se manifestar em escala regional, nacional ou global. Com efeito, a metropolização se constituiria em um fenômeno cuja dinâmica é proporcional à complexidade socioeconômica do núcleo urbano que o anima, sendo a escala regional a primeira a se manifestar, denotando sua gênese.

O processo de metropolização emerge, portanto, das relações entre a cidade e a região, encerrando-se em fluxos cotidianos de pessoas, mercadorias e

informações, tornando a dinâmica socioeconômica regional progressivamente mais densa e complexa.

Analisando-se os trabalhos que se referem ao tema metropolitano, percebe-se, conforme indica Abreu (1994), que um dos primeiros a tratar do processo de metropolização, no Brasil, foi a tese Nova Iguaçu, Absorção de Uma Célula Urbana pelo Grande Rio de Janeiro, de Maria Therezinha de Segadas Soares, publicada em 1962. Neste trabalho clássico da geografia urbana brasileira, apesar de o termo metropolização não ser mencionado, fica claro que este processo diz respeito à formação de um espaço regional, representado pelos municípios do Rio de Janeiro e Nova Iguaçu, dentre outros, dotado de intensas relações econômicas e sociais, caracterizando a chamada área metropolitana do Rio de Janeiro. Este espaço, parafraseando-se Soares (1962), era fundamentalmente marcado pelos movimentos alternantes, ou movimentos pendulares, no sentido subúrbio-centro, evidenciando, dentre as múltiplas funções assumidas por Nova Iguaçu no contexto da área metropolitana a que pertencia (e ainda pertence), sua função de subúrbio-dormitório.

Abreu (1994) destaca que foi também de Maria Therezinha de Segadas Soares o primeiro trabalho a tratar, explicitamente, da questão das áreas metropolitanas no Brasil e, a propósito do que se possa entender por este conceito, a autora enumera que a noção de área metropolitana resultou da necessidade de reconhecimento dos limites das aglomerações de certo vulto, dotadas de um núcleo urbano principal, que “projetam sua população e suas atividades sobre as áreas vizinhas, com as quais passam a formar um todo integrado econômica e socialmente” (SOARES, 1968, p. 92).

Paralelamente, Rybczynski (1996 *apud* TELES & AMORA, 2006, p. 427) também sustenta que “o termo área metropolitana foi adotado formalmente pelo Departamento do Censo dos Estados Unidos em 1949 para reconhecer a urbanização que ultrapassava os limites tradicionais da cidade”.

Em definição mais recente, o *United States Census Bureau* declara que área metropolitana se refere a um espaço composto por um ou mais núcleos populacionais com mais 50.000 habitantes e que possuem um alto nível de integração econômica e social com as localidades adjacentes¹¹.

Em síntese, nota-se que a noção de área metropolitana deriva do processo de metropolização, ou seja, do ato de metropolizar, ou de intensificar-se as relações espaciais entre cidades. Tem-se, portanto, o fato metropolitano, algo que, conforme Lopes (1995 *apud* LOPES, 2006, p. 139), se expressa

pele derramamento da espacialidade dos elementos do meio ecológico, das infra-estruturas, dos sistemas urbanos e dos próprios sujeitos sociais para além das fronteiras municipais, em um contexto geográfico de progressiva conurbação [...] e interdependência sistêmica de funcionamento do conjunto.

Assegurando a adequação da expressão "área metropolitana" à realidade brasileira, Soares (1968) argumenta sobre a possibilidade de sua aplicação a qualquer cidade do país, independente do gigantismo da mesma, levando-se em consideração os laços que a prendem às áreas circundantes. A palavra metropolitana, segundo a autora, teria assim, o seu significado original – cidade-mãe –, correspondendo àquilo que está filiado, que depende ou que está estreitamente relacionado com a cidade-mãe.

¹¹ Informação disponível em: <http://www.census.gov/geo/www/cob/ma_metadata.html>. Acesso em: 08 fev. 2007.

Portanto, segundo o conceito de área metropolitana incorporado à literatura brasileira por Soares (1968) e conforme as proposições da própria autora, não existe correlação entre tais espaços regionais e as metrópoles, ao contrário do que sustentam Galvão *et al.* (1969, p. 55) num estudo desenvolvido pelo Grupo de Áreas Metropolitanas (GAM) do IBGE:

[...] uma área metropolitana seria um conjunto de municípios integrados econômica e socialmente a uma metrópole, principalmente por dividirem com ela uma estrutura ocupacional e uma forma de organização do espaço característica e por representarem, no desenvolvimento do processo, a sua área de expansão próxima ou remota.

Em relação ao processo-gênese de uma área metropolitana, a metropolização, Galvão *et al.* (1969) também asseveram que esteja vinculado à existência de uma metrópole.

Porém, segundo Lencioni (2006, p. 47), quando a referência é a metropolização, está-se falando “tanto de um processo que transforma as cidades em metrópoles como de um processo socioespacial que impregna o espaço de características metropolitanas”. Em primeiro lugar, torna-se importante chamar atenção à distinção implícita entre a metrópole e aquilo que a autora denomina de espaço com características metropolitanas. Em segundo lugar, cabe ressaltar que apesar do fato de a metropolização resultar na formação de uma metrópole, isto não quer dizer que exista uma correlação positiva entre estes termos. É esta, também, a interpretação que se deve fazer da afirmação de Carlos (2003), quando atesta que a metropolização desvela a constituição da metrópole. Porém, mais complexa é a proposição de Firkowski e Moura (2001), pois assinalam que a metropolização resulta da metrópole ao mesmo tempo em que a pressupõe. Isto é, além de alegarem que a metropolização se constitui como um processo de formação da

metrópole, as autoras também defendem que a metrópole engendra um processo de metropolização; ainda assim, é possível sustentar a tese de que a metropolização prescindir da metrópole para se realizar. Em outras palavras, a metropolização não é um processo condicionado apenas a espaços regionais presididos por uma metrópole.

Alusões a teses contrárias a esta, como a de Galvão *et al.* (1969), não se caracterizam como fruto da complexidade literária. Os próprios autores admitem a parcialidade política que permeia seu estudo:

Todo o processo de metropolização até aqui descrito nada mais é do que o próprio processo de urbanização que, a partir de certo ponto, atinge um estágio de maior complexidade, gerando graves problemas de integração entre o núcleo central da área e os municípios vizinhos. Pesquisas de campo indicam que em torno de cidades não-metrópoles tais problemas também existem, porém em escala menor. É o caso das demais capitais estaduais, e mesmo outras cidades brasileiras não-capitais, que apresentam o fenômeno de integração com municípios vizinhos, gerando os mesmos problemas de transporte, habitação, favelização, etc.

Todavia, como no estabelecimento do anteprojeto de projeto de lei complementar [para a definição do estatuto legal das regiões metropolitanas a serem criadas] um dos critérios se refere à importância macro-regional do núcleo central, nesta primeira etapa o GAM restringiu suas pesquisas as 9 metrópoles consideradas no Plano Estratégico do Governo, além de Brasília, deixando para uma fase posterior o estudo das aglomerações urbanas em torno de cidades não-metrópoles, aglomerações estas que poderão ser denominadas de *A Grande Vitória*, etc. e não área metropolitana propriamente dita (Grifo dos autores) (p. 59).

Com efeito, conforme alerta Souza (2006), é muito difícil colocar na berlinda autores que atuaram e, conseqüentemente, se expuseram durante o regime militar brasileiro, ainda mais ao se considerar que atuavam para o IBGE, que se constituía “em eixo importante de sustentação do sistema brasileiro de planejamento territorial”, conforme indica Abreu (1994, p. 40).

Não obstante, levando-se em consideração os trabalhos de cunho estritamente científico¹², o conceito de área metropolitana se identificaria com o que, atualmente, se compreende por aglomeração urbana, indiferentemente aos seus desdobramentos: aglomeração urbana de caráter metropolitano (quando é polarizada por uma metrópole, constituindo-se, assim, como sinônimo de região metropolitana) e aglomeração urbana de caráter não-metropolitano (quando é polarizada por um centro qualquer que não caracterize uma metrópole).

A propósito do conceito de aglomeração urbana, no entendimento de Souza (2005), corresponderia a uma espacialidade composta por uma ou mais cidades cujos vínculos passaram a ser muito fortes, engendrando fluxos de diversas naturezas, sendo, o mais significativo, o de trabalhadores assalariados que, por residirem em uma cidade e exercerem sua profissão em outra, acabam promovendo o que se denomina de movimentos pendulares.

Para Moura e Ultramari (1994, p. 125), uma aglomeração urbana “representa o espaço de comutação diária entre cidades, isto é, o desenvolvimento de relações interdependentes entre duas ou mais áreas urbanas, compondo um fenômeno único”.

Dessa maneira, se torna ainda mais eloqüente o apontamento de Cunha (2005, p. 191), quando defende que “a integração metropolitana se dá como uma via de mão dupla”. Devido a isso, o autor também alerta para a necessidade de não se confundir área metropolizada – que, segundo Firkowski (1999), seria uma

¹² Não se está, aqui, assumindo a tese da imparcialidade científica, até porque se considera que ela seja utópica. O fato é que, em certos momentos, a despeito de sua qualidade, o trabalho de Galvão *et al.* (1969) esteve totalmente desprovido de rigor científico para assumir uma posição explicitamente conveniente aos interesses políticos-governamentais dos militares, ao contrário dos demais trabalhos analisados.

área dinamizada pelo processo de metropolização –, com área de influência de uma cidade – o que também pode ser interpretado como área polarizada.

Porém, Moura e Ultramari (1994) sustentam que há relação entre a espacialidade de uma aglomeração urbana e a área polarizada pelo núcleo desta aglomeração. Comentando os resultados do estudo Região de Influência das Cidades (REGIC), eles asseveram que o espaço polarizado por um núcleo pode ser muito grande, no entanto, relatam que a definição dos limites de uma aglomeração urbana “não deve refletir apenas o alcance de uma extensa polarização, mas, antes, a forma complexa que tal polarização configura” (MOURA & ULTRAMARI, 1994, p. 126).

Posto dessa forma, percebe-se que há uma grande semelhança entre o que se entende por metropolização e por polarização complexa. Ponderando-se as afirmações de Cunha (2005) e Moura e Ultramari (1994), pode-se concluir que a área metropolitana, cuja espacialidade reflete a área metropolizada, por via de regra, se sobreporia à área polarizada, contudo, os limites da área metropolizada se definiriam aquém dos limites da área polarizada, restringindo-se ao espaço polarizado em extrema complexidade. Dedutivamente, jamais se constataria um fato contrário, isto é, a área metropolizada de forma alguma seria maior do que a área polarizada.

Há quem assegure que uma aglomeração urbana reflita apenas um fenômeno físico-territorial, expresso pela continuidade de manchas urbanas, ou seja, pela conurbação (MOURA & ULTRAMARI, 1994). Tanto Moura e Ultramari (1994) quanto Souza (2005) e Soares (1968) concordam que não é necessário que haja conurbação para se estar diante de uma aglomeração urbana.

Realizados tais apontamentos, pode-se inferir que o processo de metropolização diga respeito a um fenômeno vinculado à dinâmica das relações econômicas e sociais estabelecidas entre municípios, ou cidades, geralmente caracterizando uma relação hierárquica. Esta concepção, porém, pode ser pouco esclarecedora tendo em vista os objetivos de seu uso, de modo que se torna mais interessante considerar que o processo de metropolização se refira à formação de uma aglomeração urbana, presidida por um ou mais núcleos dinâmicos, sejam metrópoles ou não, que projetam sua população e atividades sobre sua hinterlândia.

Por aglomeração urbana, portanto, entende-se tratar de um espaço regional dotado de intensas e recíprocas relações sociais e econômicas entre as unidades político-administrativas que a compõem. Considera-se, como elemento concreto que caracteriza uma aglomeração urbana, os movimentos pendulares, pois sua natureza contempla o transbordamento ou projeção da população, especialmente, e atividades de uma cidade ou município sobre outros.

Todavia, se as aglomerações urbanas comportam um conjunto de problemas de interesse comum aos municípios que a compõem, mormente relacionados à infra-estrutura econômica e social, no Brasil, o equacionamento destas questões não tem sido priorizado no ato de instituição de unidades regionais. Segundo Firkowski & Moura (2001), as divergências entre a teoria e a prática metropolitana refletem quatro situações características: 1) onde a espacialidade da metropolização supera os limites da unidade regional; 2) onde a espacialidade da metropolização é inferior aos limites da unidade regional; 3) onde unidade regional foi estabelecida na ausência do processo de metropolização; 4) onde o processo de metropolização carece da criação de uma unidade regional.

1.2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE UNIDADES REGIONAIS NO BRASIL

Conforme expõe Guimarães (2004), a primeira constituição do Brasil a tratar da instituição de unidades regionais foi a de 1967. Em seu art. 157, parágrafo 10º, esta constituição previa:

A União, mediante lei complementar, poderá estabelecer regiões metropolitanas, constituídas por municípios que, independentemente de sua vinculação administrativa, integrem a mesma comunidade sócio-econômica, visando à realização de serviços de interesse comum (BRASIL, 1967)

No art. 164 da emenda constitucional n. 1 de 1969, Guimarães (2004) comenta que a questão metropolitana manteve-se praticamente inalterada:

A União, mediante lei complementar, poderá, para realização de serviços comuns, estabelecer regiões metropolitanas constituídas por municípios que, independentemente de sua vinculação administrativa, façam parte de uma mesma comunidade sócio-econômica (BRASIL, 1969).

Na década de 1970 a União fez uso de suas atribuições e instituiu o primeiro conjunto de unidades regionais. Por intermédio da lei complementar n. 14 de 1973 foram criadas oito regiões metropolitanas, cujos respectivos pólos eram: São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. A Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi instituída através da lei complementar federal n. 20 de 1974. Este foi o único conjunto de regiões metropolitanas criadas pelo governo federal.

Com efeito, Moura *et al.* (2003) asseguram que, embora definidas mediante critérios técnicos, foram verificados sinais de fragilidade na seleção das áreas metropolitanas, ou aglomerações urbanas, do país. Corroborando esta tese, Guimarães (2004) argumenta que existiam outras áreas metropolitanas, como as

regiões de Campinas-Valinhos, Goiânia, Santos, Londrina e até mesmo Maringá, mas elas foram ignoradas pelo governo militar.

Por esta razão, o preterimento das questões metropolitanas, quando da criação das regiões metropolitanas federais, é sugerido por vários autores, como Guimarães (2004), ao enfatizar que a criação dessas nove regiões metropolitanas brasileiras foi orientada sobretudo pelo objetivo de se desenvolver um sistema urbano no país, conforme as necessidades da estratégia de desenvolvimento econômico assumido. Simultaneamente, Francisconi e Souza (1976 *apud* FIRKOWSKI & MOURA, 2001, p. 29) salientam:

[...] deu-se maior importância às funções político-regionais do que aos aspectos qualitativos intrametropolitanos, do que também resultou que, por coincidirem com as capitais estaduais, as regiões metropolitanas brasileiras prejudicaram as regiões metropolitanas de fato [áreas metropolitanas], que reúnem cidades que não têm tais funções [...].

Sob uma ótica diferenciada, Cunha (2005, p. 19) sustenta que a criação das unidades regionais federais deriva da representação, ou seja, o autor afirma que a pretensão era associar a imagem do Brasil à de um “país grande” e que se desenvolvia rapidamente na direção dos países ditos “desenvolvidos”, onde o fenômeno metropolitano se apresentava desde o início do século XIX. Portanto, também neste caso as questões metropolitanas não se colocavam como tema principal na agenda da criação das unidades regionais.

É necessário se observar, entretanto, que a criação das regiões metropolitanas federais foi alvo concomitante de dois planos de governo, conforme assinala Guimarães (2004): um dos planos era articular os centros urbanos de um mesmo espaço socioeconômico, isto é, a intenção era mitigar os problemas iminentes a extrema concentração populacional; o outro plano tinha os próprios

núcleos urbanos como unidades básicas de planejamento – é por isso que Firkowski e Moura (2001) e Moura *et al.* (2003, p. 35) sustentam que a instituição das regiões metropolitanas federais esteve “relacionada à expansão da produção industrial e à consolidação das metrópoles como *locus* desse processo”.

De fato, Galvão *et al.* (1969, p. 56) apontavam que as metrópoles e as áreas metropolitanas precisavam ser observadas, do ponto de vista de suas relações sociais, econômicas e funcionais com as demais unidades territoriais, sob dois ângulos distintos, explicando-os:

1 – O das relações da cidade com a sua vida nacional ou regional, basicamente do ponto de vista funcional e econômico. São as relações externas da comunidade. Este processo é dinâmico, reflete a capacidade de crescimento da metrópole e envolve a compreensão do sistema de forças que nela opera, identificando seus fatores de crescimento e de sua projeção através do tempo e no espaço.

2 – O das relações internas dentro do quadro metropolitano, da organização de seu espaço interno e de sua estrutura institucional e ocupacional. Em termos espaciais esta análise precisa refletir os problemas dos locais onde é obtida a renda e onde é realizada a despesa de uma apreciável massa de habitantes, assim considerados metropolitanos.

O que parece ser contraditório – inversão de recursos públicos destinados às metrópoles tanto para fazê-las crescer em termos econômicos e demográficos quanto para equacionar os problemas sociais imanentes a estes crescimentos – não passa de um fruto da teoria da modernização capitalista, posta em prática pelos “urbanófilos” do Regime de 64 (SOUZA, 1994).

Conforme Berry (1978 *apud* SOUZA, 1994, p. 262), os adeptos desta teoria acreditam que as “deficiências sociais” do “Terceiro Mundo” seriam superadas mediante incrementos do índice de urbanização, perseguidos através do fomento ao crescimento econômico das grandes cidades:

[...] [os modernistas] alegam que é necessária a concentração contínua do crescimento econômico nas grandes cidades para obter economias de escala e aumentar externalidades sob forma de custos indiretos e infra-estrutura social e econômica porque estes, por sua vez, são os pré-requisitos do crescimento subsequente necessário para proporcionar os recursos exigidos para superar as deficiências sociais.

Destarte, Souza (1994, p. 263) comenta que, para os modernistas, aquilo que Haesbaert (2004) define como exclusão social não se trata de algo inevitável e essencial ao modo de produção capitalista, mas corresponde ao que os neoclássicos chamam de “imperfeições de mercado”, perfeitamente passíveis de correção mediante a implementação de um instrumental político genericamente denominado planejamento: urbano, regional, econômico, ambiental, familiar, etc.

Sob esta perspectiva, os militares pensaram num plano de urbanização para o Brasil, que acabou se fundamentando na teoria dos pólos de desenvolvimento (LOPES, 2006).

De fato, comenta Bernardes (1968) que, para fins de regionalização do plano do governo, o Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada do Ministério do Planejamento solicitou ao Conselho Nacional de Geografia um estudo geral das características do sistema urbano do Brasil, exortando a classificação dos centros de polarização que comandavam a sua vida de relações¹³. Os objetivos do estudo, conforme a autora, consistiam basicamente: 1) em uma análise do potencial de polarização de cada centro urbano, de acordo com as funções exercidas por eles; 2) na classificação da hierarquia dos centros de polarização; 3) na delimitação da zona de influência de cada centro que exercesse uma atuação regional expressiva.

¹³ A metodologia de classificação dos centros urbanos do país, conforme comenta Bernardes (1968), esteve, apesar de sucessivas adaptações, fundamentalmente baseada no método aplicado por J. Hautreux e M. Rochefort na França. Foi considerado, portanto, o equipamento terciário disponível em cada cidade como o melhor elemento para a classificação hierárquica das mesmas.

Conforme Silva e Ferreira (2005), os pólos urbanos foram classificados em três níveis: pólos de desenvolvimento de interesse nacional, compreendendo as grandes metrópoles; pólos de desenvolvimento micro-regional, abrangendo centros que possuíam entre 100 e 500 mil habitantes; e pólos de equilíbrio, dizendo respeito a outras cidades de interesse prioritário dentro de cada estado federado.

Assim se consolidou a primeira política urbana do país (LOEB, 1975 *apud* SILVA & FERREIRA, 2005), tendo como objetivo “fazer o bolo crescer” rapidamente (MONTE-MÓR, 2004) por intermédio do fortalecimento das metrópoles regionais e das cidades de porte médio, baseando-se, para tanto, nas principais diretrizes do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) (1975-1979): “estruturação do sistema urbano e ocupação do espaço interior” (AMORIM FILHO, 1984, p. 13)¹⁴.

Dessa maneira, segundo Guimarães (2004), embora o primeiro conjunto de regiões metropolitanas federais tenha sido criado em 1973, seu financiamento foi regulamentado apenas um ano depois, através do decreto federal n. 73.600 de 1974¹⁵, e a implementação das mesmas, segundo Souza (1994), aconteceu somente com o advento do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), quando foram submetidas à coordenação da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPUR).

¹⁴ Conforme Gomes, Silva e Silva (2003) e Lopes (2006), o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Sistema Federal de Habitação (SEFHAU), criados em 1964, constituíram dois dos principais programas do governo destinados à execução da política urbana em desenvolvimento. A princípio privilegiavam o atendimento das médias e grandes cidades brasileiras, mas a partir do início da década de 1970 eles foram especialmente alinhados ao atendimento das demandas das regiões metropolitanas.

¹⁵ Em seu art. 4º, este decreto determinava às unidades da federação a destinação de, no mínimo, 5% dos recursos do Fundo de Participação dos Estados à execução do planejamento integrado e dos serviços comuns das suas respectivas regiões metropolitanas (GUIMARÃES, 2004).

Convém salientar que a participação de cada município nas regiões metropolitanas instituídas pelo governo federal era compulsória e, quanto aos serviços comuns, não eram levadas em consideração as peculiaridades regionais. Deste modo, citam Azevedo e Guia (2004, p. 99), "estabelecidos de maneira unívoca, serviços importantes em várias regiões deixam de ser considerados, enquanto é incluído, por exemplo, o gás canalizado, existente apenas no Rio de Janeiro e em São Paulo"¹⁶.

O equacionamento dos serviços comuns de interesse metropolitano estava submetido aos conselhos deliberativos de cada região metropolitana. A propósito, para cada unidade regional instituída, o governo federal determinou a criação de um conselho deliberativo e de um conselho consultivo, que deveriam ser mantidos às expensas próprias de cada estado. Cabia a cada conselho deliberativo promover a elaboração do plano de desenvolvimento integrado, bem como coordenar a execução de programas e projetos de interesse de sua respectiva região metropolitana. Aos conselhos consultivos competiam opinar, por solicitação dos conselhos deliberativos, sobre questões de interesse da região metropolitana e também sugerir aos conselhos deliberativos a elaboração de planos regionais e a adoção de providências relativas à execução dos serviços comuns (BRASIL, 1973).

Rolnik e Somekh (2004) comentam que estas estruturas de gestão eram muito hierárquicas, criticando o fato de todo o poder decisório ser delegado aos conselhos deliberativos, cujos membros eram nomeados pelos Executivos

¹⁶ Embora apenas por uma questão de esclarecimento, considera-se importante destacar o rol de serviços comuns de interesse metropolitano estabelecidos no bojo da lei complementar federal n. 14 de 1973: I) planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social; II) saneamento básico, notadamente abastecimento de água e rede de esgotos e serviços de limpeza pública; III) uso do solo metropolitano; IV) transportes e sistema viário; V) produção e distribuição do gás combustível canalizado; VI) aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental, na forma do que dispusesse a lei federal; VII) outros serviços incluídos na área de competência do conselho deliberativo por lei federal.

estaduais. Contrapõem-se também ao fato de que, aos municípios membros de cada região metropolitana, cabia apenas a representação nos conselhos consultivos.

As questões levantadas por Rolnik e Somekh (2004) ilustram bem a centralização promovida por um estado ditatorial e extremamente autoritário, como foi o brasileiro durante o regime militar.

Um passo importante rumo à descentralização política, quanto ao aspecto metropolitano, foi dado com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Nela, a possibilidade de criação de unidades regionais, com exceção das regiões integradas de desenvolvimento¹⁷, foi facultada às unidades da federação. O tema foi abordado no parágrafo 3º do art. 25, onde se previa que, mediante lei complementar, os estados poderiam "instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum" (BRASIL, 1988).

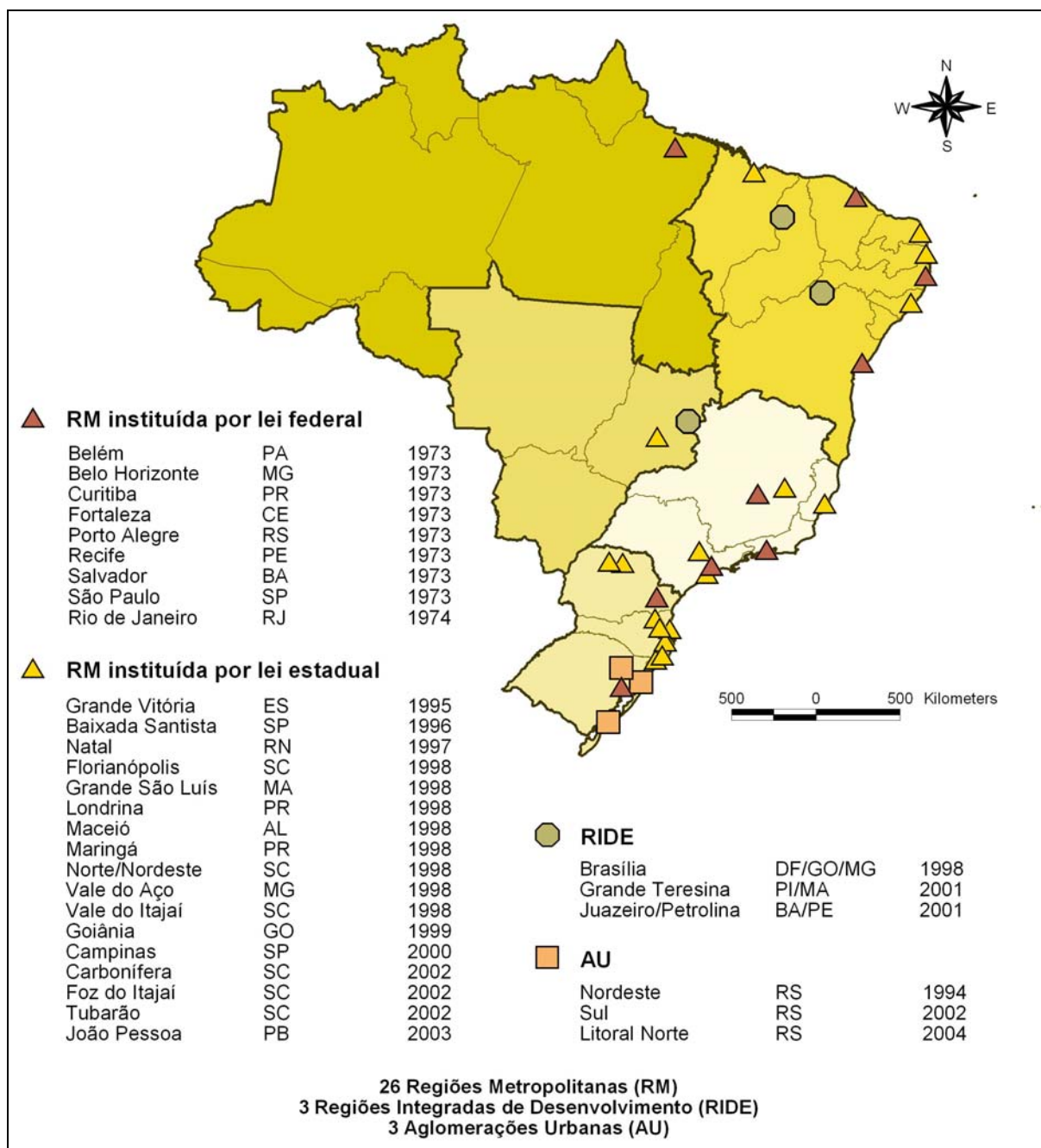
Nota-se que as figuras regionais foram ampliadas. Moura e Ultramari (1994) enumeram este fato e asseveram que, da forma como foram dispostas na Constituição, as três categorias de unidades regionais citadas sugerem, além da interdependência, um certo grau de hierarquia: com o que não parecem discordar. Entretanto, eles objetam quanto à utilização do termo aglomeração urbana para representação de uma região administrativa, tendo em vista se tratar de um conceito.

¹⁷ As regiões integradas de desenvolvimento são unidades regionais cuja institucionalização compete à União pelo fato de sua espacialidade abranger municípios de mais de uma unidade federativa. Sua criação está prevista "nos artigos 21 (inciso IX), 43 e 48 (inciso IV) da Constituição Federal" (MOURA *et al.*, 2003, p. 36).

Moura e Ultramari (1994) sustentam que a oficialização do termo aglomeração urbana à representação de uma unidade regional fragiliza a sua aplicabilidade, explicando que os termos região metropolitana e microrregião bastariam: o primeiro poderia ser empregado para qualificar as aglomerações urbanas presididas por metrópoles; enquanto o segundo deveria representar as aglomerações urbanas não polarizadas por metrópoles.

Seja como for, desde 1988, além de três regiões integradas de desenvolvimento, foram criadas apenas três aglomerações urbanas e outras dezessete regiões metropolitanas, que agora totalizam vinte e seis. Até o momento, nenhuma microrregião foi instituída no país (Figura 2).

Figura 2 – Unidades regionais instituídas no Brasil, conforme o ano de criação (2006)



FONTE: IBGE (2006b), Legislações específicas; BASE CARTOGRÁFICA: IBGE (2006b); ELABORAÇÃO: REOLON, Cleverson A.

Por intermédio da Figura 2, pode-se facilmente constatar que a maior parte das instituições de unidades regionais efetuadas no período pós-1988 ocorreu na região Sul do Brasil, que passou a concentrar quase a metade do total de unidades regionais do país. Santa Catarina se sobressai entre os demais estados, já

que, entre 1998 e 2002, seus legisladores criaram seis unidades regionais, todas regiões metropolitanas.

Entretanto, parafraseando-se Firkowski e Moura (2001), é necessário se ponderar que várias unidades regionais às quais os legisladores estaduais outorgaram o termo região metropolitana não passam de aglomerações urbanas – conceitualmente se falando – polarizadas por centros de porte médio. As autoras comentam que apenas no Rio Grande do Sul se vem mantendo maior acuidade em relação à hierarquia implícita nas diversas categorias de unidades regionais sugeridas na Constituição Federal de 1988, respeitando-se Porto Alegre como a única metrópole regional presente no estado.

Resulta que a diversidade das regiões metropolitanas institucionalizadas é enorme, conforme salienta Ribeiro (2004, p. 9): de um lado, por exemplo, estão São Paulo e Rio de Janeiro, “com densidades demográficas de 2.220 e 1.899 habitantes por quilômetro quadrado, respectivamente, e, de outro, Tubarão e Carbonífera, em Santa Catarina, com apenas 19,54 e 87,7 habitantes por quilômetro quadrado”.

Em parte, a responsabilidade por essa diversidade é do governo federal, pois ao delegar autonomia aos estados federados, no que respeita à institucionalização de unidades regionais, não definiu os critérios ou normas específicas que traduzissem conceitualmente os termos das novas categorias espaciais (MOURA *et al.*, 2003)¹⁸.

¹⁸ Está em tramitação, no Congresso Nacional, um projeto de lei que prevê a criação do Estatuto da Metrópole, procurando-se providenciar uma normatização nacional das políticas, diretrizes e instrumentos aplicáveis à gestão das unidades regionais. No documento, portanto, são definidos os conceitos e critérios utilizados para a criação das unidades regionais, estendendo-se sua aplicação a todo o Brasil. Segundo Lopes (2006, p. 153), este projeto de lei representa um marco “da tentativa de retomada do papel articulador da União sobre assuntos e territórios estratégicos do país”.

Algumas constituições estaduais nem tratam das questões metropolitanas, outras (a maioria) a abordam superficialmente, seja não definindo critérios para criação de novas unidades regionais, não estabelecendo diretrizes para a definição das funções públicas de interesse comum, não propondo a gestão integrada dos espaços metropolitanos – envolvendo o estado e prefeituras –, ou não prevendo destinação de recursos para a gestão das unidades regionais instituídas (AZEVEDO & GUIA, 2004).

Também é diversa a organização institucional do sistema de gestão das unidades regionais. Prevendo orientações mínimas nesse sentido, em pelo menos dois estados federados se procede à identificação de áreas de expansão da aglomeração urbana: Santa Catarina, onde são denominadas “área de expansão metropolitana”; e Minas Gerais, onde são chamadas de “colar metropolitano” (MOURA *et al.*, 2003, p.36).

No caso do Paraná, não são identificadas as áreas de expansão para auxiliar a gestão regional. Salienta-se ainda que, apesar de a destinação de recursos estaduais e municipais estar prevista na Carta Constitucional¹⁹ e regulamentada às regiões metropolitanas (Curitiba, Londrina e Maringá) mediante a recente promulgação do projeto de lei complementar n. 111 de 2005, não existem critérios para a definição das unidades regionais, cujas instituições estão previstas no art. 21 do Capítulo III da Constituição estadual:

O estado instituirá, mediante lei complementar, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, assegurando-se a participação dos municípios

¹⁹ O art. 24 do capítulo III da Constituição do Paraná determina: “para a organização, planejamento e execução das funções públicas de interesse comum, no âmbito das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, serão destinados recursos financeiros do estado e dos municípios integrantes, previstos nos respectivos orçamentos anuais” (PARANÁ, 2002).

envolvidos e da sociedade civil organizada na gestão regional (PARANÁ, 2002).

A falta de critérios na definição das unidades regionais representa um problema à medida que facilita manobras políticas, muitas vezes de caráter eleitoreiro, ou relacionadas muito mais aos interesses corporativos do que aos dos cidadãos metropolitanos, isto é, conforme Negreiros (2001), aqueles indivíduos que se deslocam diariamente entre um município e outro da aglomeração urbana para trabalhar ou na busca de satisfazer suas demandas por consumo de bens e serviços, nem sempre disponíveis onde residem.

No Paraná, um caso típico de priorização de interesses políticos, que se coaduna a esta perspectiva, diz respeito ao pleito para a criação da Região Metropolitana de Apucarana, no norte do estado (CUNHA, 2005; FIRKOWSKI & MOURA, 2001). Segundo o projeto de lei complementar n. 303 de 1998, esta unidade regional seria bipolar, ou seja, polarizada por dois núcleos, quais sejam, Apucarana e Arapongas, contando ainda com a participação de outros dez municípios: Bom sucesso, Cambira, Califórnia, Jandaia do Sul, Mauá da Serra, Marilândia do Sul, Marumbi, Novo Itacolomi, Rio Bom e Sabáudia.

De acordo com Firkowski e Moura (2001), Apucarana e Arapongas estão integrados à dinâmica da Região Metropolitana de Londrina – apesar de não a comporem em termos legais –, não se justificando, portanto, a criação de uma nova unidade regional polarizada por tais municípios. Cunha (2005, p. 187), baseando-se no Parecer à criação da Região Metropolitana de Apucarana, estende esta recomendação ao município de Sabáudia, tendo em vista a expansão da Região Metropolitana de Londrina “por força dos vetores populacionais, de infra-estrutura e economia”.

Sendo assim, embora integrar uma unidade regional represente a possibilidade de se auferir verbas e subsídios institucionais estaduais ou, segundo Davidovich (2004, p. 208), “vantagens de escala para a captação privilegiada de recursos da União, como os pertinentes ao seguro-desemprego e à habitação”, algo que realmente parece prevalecer, conforme sustentam Firkowski e Moura (2001), é o desejo de *status* – relacionado ao progresso e à modernidade –, principalmente associado às regiões metropolitanas. Isso ocorre porque as metrópoles e as regiões metropolitanas não são interpretadas pelos legisladores como processos imanentes aos fenômenos urbano e metropolitano, mas como formas que simplesmente se pré-definem a partir da constituição.

Sob esta perspectiva, tem-se continuado a deflagrar propostas de criação de unidades regionais, especialmente de regiões metropolitanas, no estado do Paraná. Os processos de institucionalização de unidades regionais situadas na Mesorregião Oeste Paranaense, em especial referência às regiões metropolitanas de Cascavel e Toledo, parecem ser exemplos que se encaixam neste contexto.

1.2.1 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE UNIDADES REGIONAIS NA MESORREGIÃO OESTE

PARANAENSE

No ano de 2003, respaldados pelo art. 21 da Constituição do Paraná, os deputados Nereu Moura e Duílio Genari enviaram para votação, na Assembléia Legislativa estadual, os projetos de lei complementar n. 110 de 2003 e 235 de 2003, que dispõem, respectivamente, sobre a instituição das regiões metropolitanas de Cascavel e Toledo (Anexos A e B).

Naquele ano, tais projetos não foram os únicos apresentados com o intuito de se instituir unidades regionais na Mesorregião Oeste Paranaense, tendo em vista que os deputados estaduais Reni Pereira, Dobrandino da Silva e Francisco Guimarães também encaminharam à votação o projeto de lei complementar n. 231 de 2003, que trata da criação da Região Metropolitana de Foz do Iguaçu (Anexo C).

As funções públicas de interesse comum apontadas nos art. 5º dos três projetos de lei complementar são muito parecidas: I) planejamento integrado do desenvolvimento social, econômico e cultural; II) saneamento básico, abastecimento de água, rede de esgoto e serviços de limpeza pública; III) uso do solo metropolitano; IV) transporte e sistema viário; V) aproveitamento dos recursos hídricos e controle ambiental; VI) outros aprovados no plano de desenvolvimento integrado de cada região metropolitana.

Como já mencionado, até o momento não existe nenhuma lei que discorra sobre os critérios para a criação de unidades regionais no estado do Paraná, delineando-se, inclusive, as funções públicas de interesse comum. Neste caso, pode-se dizer que as propostas para criação das regiões metropolitanas de Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu, pelo menos no que diz respeito ao equacionamento dos serviços comuns, não apresentam paradoxo algum em relação à Constituição.

As justificativas para a criação das referidas unidades regionais, assim como as funções públicas de interesse comum mencionadas, também guardam grande semelhança entre si: todos os parlamentares se reportaram a fatores como identidade social, cultural e econômica dos municípios que integram as regiões metropolitanas propostas. Não obstante, este fato denota a ausência de estudos técnicos capazes de dar suporte aos projetos de lei complementar n. 110,

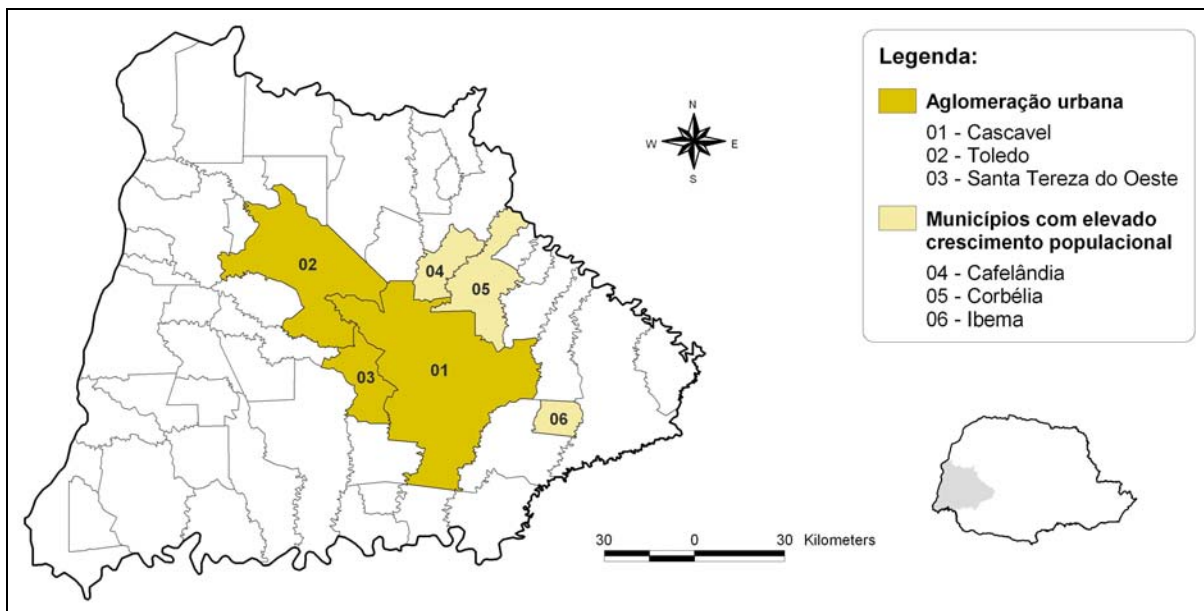
231 e 235 de 2003, fundamentando a instituição das regiões metropolitanas em questão.

Debruçando-se sobre as justificativas aos projetos de lei complementar n. 110 e 235 de 2003, nota-se que elas são muito confusas e, embora se coadunem com a realidade, são vagas demais: afirmar que os municípios que integram a região metropolitana proposta para Toledo possuem identidade quanto ao desenvolvimento econômico, social e cultural, principalmente pela existência de diversas universidades nos mesmos, ou ainda, certificar que os municípios que compõem a região metropolitana proposta para Cascavel têm uma vida econômica e social interligada por diversos fatores, não significa dizer que existe, efetivamente, um processo de metropolização entre tais centros. O que deveria ser observado é o transbordamento da população de um ou mais municípios sobre outros – fato evidenciado pelos movimentos pendulares exercidos pelos trabalhadores, estudantes, consumidores, etc. que vivem uma realidade espacial maior do que lhes impõe os limites político-administrativos de onde residem.

Além disso, se fosse o caso de salientar a presença de instituições de ensino superior, indústrias, atividades de prestação de serviço ou comércio para se identificar um espaço regional passível de ser legalizado, como se faz nos projetos de lei complementar n. 110 e 235 de 2003, a hipótese mais elementar incluiria agregar Cascavel e Toledo numa mesma unidade regional.

Em Caracterização (2001), Cascavel, Toledo e Santa Tereza do Oeste são apontados como uma aglomeração urbana, com Cafelândia, Corbélia e Ibema configurando anéis de intenso crescimento populacional em seu entorno (Figura 3). Vetores de expansão desta aglomeração urbana também são definidos, estendendo-se na direção a Marechal Cândido Rondon.

Figura 3 – Aglomeração urbana de Cascavel, na Mesorregião Oeste Paranaense, segundo Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil (2001)



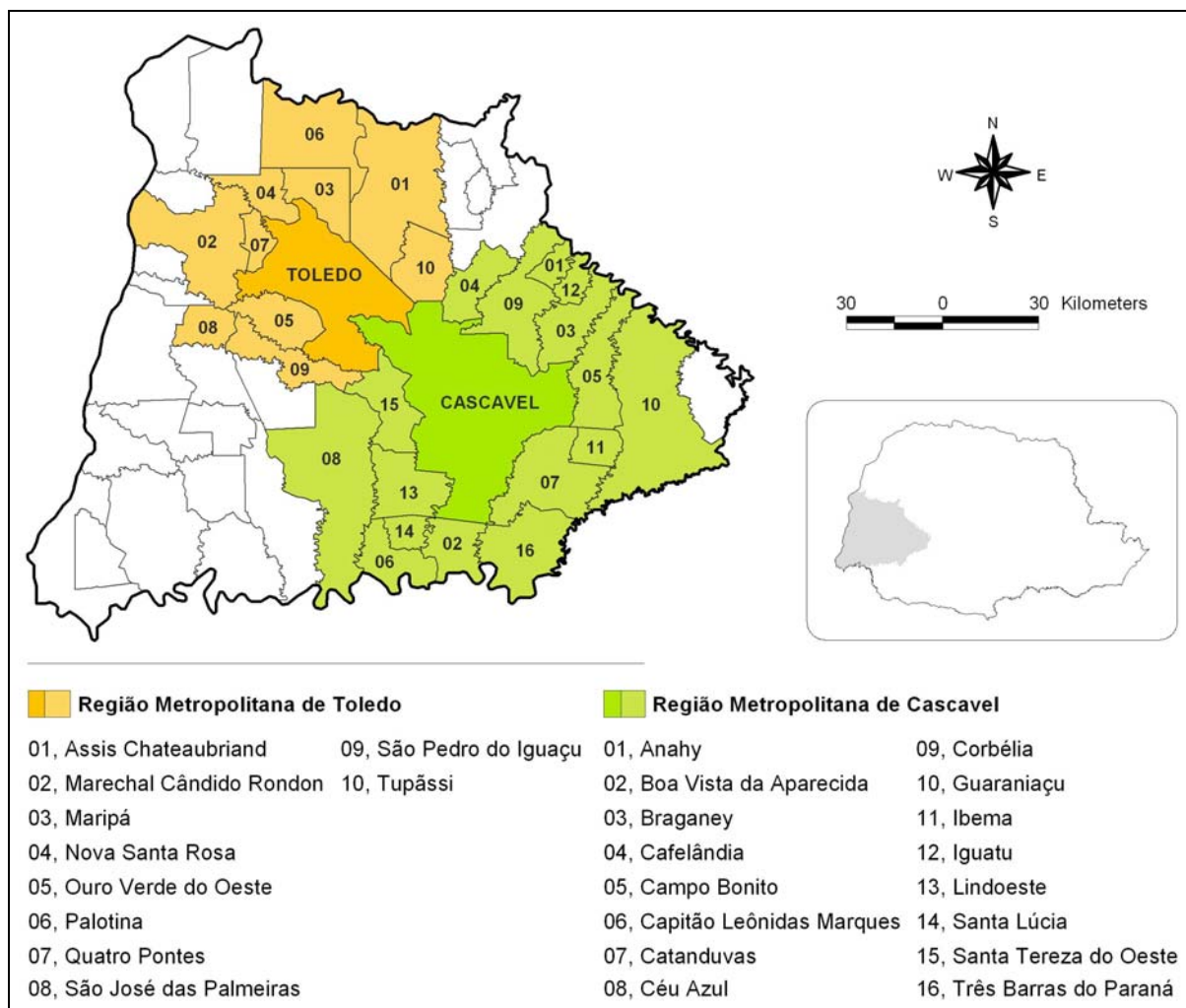
BASE CARTOGRÁFICA: IBGE (2006b); **ELABORAÇÃO:** REOLON, Cleverson A.

As espacialidades propostas às regiões metropolitanas de Cascavel e Toledo, portanto, não demonstram coerência alguma com a realidade urbana regional, mesmo considerando-se as ressalvas, já apontadas no início deste trabalho, ao estudo Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil.

De acordo com o projeto de lei complementar n. 110 de 2003, dezessete municípios integrariam a região metropolitana proposta para Cascavel, sendo: Anahy, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Catanduvas, Cascavel (o núcleo), Céu Azul, Corbélia, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Lindoeste, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste e Três Barras do Paraná. Quanto à região metropolitana proposta para Toledo, o projeto n. 235 de 2003 cita a inclusão de onze municípios: Assis Chateaubriand, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Quatro

Pontes, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguaçu, Toledo (o núcleo) e Tupãssi (Figura 4).

Figura 4 – Regiões metropolitanas de Cascavel e Toledo, na Mesorregião Oeste Paranaense, conforme os projetos de lei complementar n. 110 e 235 de 2003



BASE CARTOGRÁFICA: IBGE (2006b); **ELABORAÇÃO:** REOLON, Cleverson A.

Portanto, caso os anseios dos deputados estaduais que propuseram os projetos de lei complementar n. 110 e 235 de 2003 fossem satisfeitos, Cascavel e Toledo figurariam em unidades regionais distintas. A pergunta que se faz é: o que induz parlamentares, mesmo contrariados por estudos urbano-regionais de grande respaldo científico, a procederem de tal forma?

Reolon (2004), ao entrevistar representantes de Nereu Moura, deputado estadual autor do projeto n. 110 de 2003, e de Edgar Bueno, enquanto prefeito de Cascavel, questionou-os sobre o fato de Toledo não integrar a Região Metropolitana de Cascavel: todos foram taxativos em suas respostas, alegando decorrências de ordem política.

Neste caso, pode-se especular que, se por um lado, a proposta de criação da Região Metropolitana de Foz do Iguaçu foi motivada pela aprovação do projeto de lei complementar n. 110 de 2003, como afirma o deputado Reni Pereira²⁰, por outro, a tentativa de instituição da Região Metropolitana de Toledo surgiu à revelia da criação da Região Metropolitana de Cascavel.

Historicamente, tanto em termos econômicos quanto de representação política, Cascavel e Toledo têm disputado o prestígio regional, embora a hierarquia da rede regional de cidades esteja bem definida no momento, destacando-se, de acordo com o Ipardes (2002), Cascavel como principal pólo regional, seguido por Foz do Iguaçu.

A propósito, talvez seja pela posição que Cascavel ocupa na hierarquia da rede urbana nacional que a proposta de instituição da Região Metropolitana de Cascavel tenha sido aprovada na Assembléia Legislativa do Paraná, enquanto que a tentativa de criação das regiões metropolitanas de Foz do Iguaçu e Toledo receberam pareceres contrários.

Todavia, depois de aprovado, o projeto de lei complementar n. 110 de 2003 foi vetado pelo então governador Roberto Requião, baseado no pronunciamento da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral,

²⁰ Informação disponível em: <<http://www.tapejara.net/article/view/117/1/90>>. Acesso em: 22 maio 2004.

para quem a Região Metropolitana de Cascavel não poderia ser implantada por três razões: a) existência, naquele momento, de uma política urbana bem definida para a região, representada pelo plano de desenvolvimento integrado da região de Cascavel – Toledo – Foz do Iguaçu, elaborado no âmbito da Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná (PDU), vigente no período de 2003 a 2006; b) impossibilidade do estado em promover uma maior descentralização orçamentária; c) e também pelo fato de a referida região administrativa proposta não configurar uma aglomeração urbana de caráter metropolitano, já que a pretensão era enquadrá-la na categoria de região metropolitana²¹ (Anexo D).

Diante deste fato, ocorreram alguns protestos por parte de setores da sociedade cascavelense, além de uns poucos representantes regionais também terem se manifestado. Contudo, as declarações apenas ressaltaram a total falta de sincronia existente entre os interesses da população, vista de um modo geral, e os interesses de classe da sociedade. Percebe-se, aliás, que a população é mantida à parte da questão, ao passo que deveria estar sendo informada e consultada. Nem mesmo a Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP)²² foi consultada para auxiliar a elaboração do projeto de lei complementar n. 110 de 2003; ou o que é bem mais grave, os representantes desta instituição nem sequer tomaram conhecimento da intenção de criação da Região Metropolitana de Cascavel até que o referido projeto fosse encaminhado à votação na Assembléia Legislativa do Paraná (SUZUKE, 2004).

²¹ A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral alega que seus argumentos estão baseados no estudo Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil, em edição publicada em 2002.

²² Na ocasião, o presidente da AMOP era Luiz Yoshio Suzuke, também prefeito do município de Medianeira.

Enquanto prefeitos de alguns municípios contemplados pelo projeto de lei complementar n. 110 de 2003, como o de Anahy, posicionaram-se favoráveis à instituição da Região Metropolitana de Cascavel (HACHMANN, 2004), o então prefeito de Santa Tereza do Oeste, Francisco Menin, contrariou a medida, da mesma forma como, em 2006, continuava a contrariar, afirmando que, até aquele momento, nada havia sido discutido em relação à criação da referida região metropolitana (JORNAL HOJE, 2006).

Em votação ocorrida na Assembléia Legislativa do Paraná, em maio de 2005, o veto à instituição da Região Metropolitana de Cascavel foi apreciado e mantido pelos parlamentares, portanto, o projeto n. 110 de 2003 foi arquivado (PRAZERES, 2005). Porém, polemizando a questão, na quinzena precedente ao segundo turno das eleições para governador do Paraná, Roberto Requião anunciou que, caso fosse reeleito, implantaria a Região Metropolitana de Cascavel em 2007, assim como o faria em relação às regiões metropolitanas de Londrina e Maringá (JORNAL HOJE, 2006)²³.

Como resultado, o integrante de um partido de oposição a Requião, Edgar Bueno, que, em 1998, enquanto deputado estadual, havia tentado instituir a Região Metropolitana de Cascavel, criticou veementemente a postura do então candidato a governador, afirmando que não passou de uma “medida eleitoreira”, também a qualificando como “um ato inaceitável” (JORNAL HOJE, 2006, p. 3)²⁴.

²³ No caso das regiões metropolitanas de Londrina e Maringá, seus funcionamentos dependem apenas da execução da lei complementar n. 111 de 2005. Já a implantação da Região Metropolitana de Cascavel requer a elaboração de um novo projeto de lei complementar e uma nova apreciação, e aprovação, na Assembléia Legislativa do Paraná.

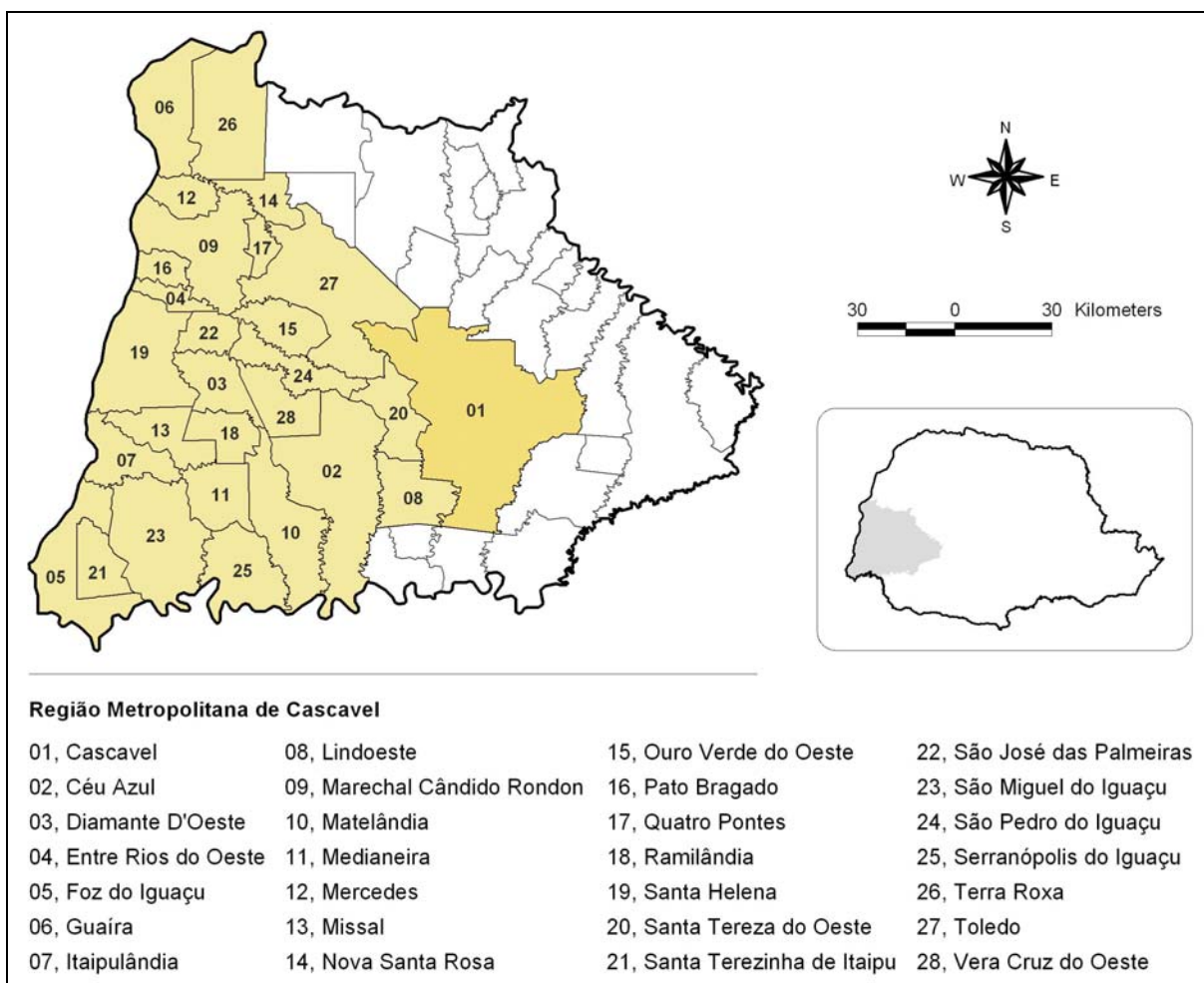
²⁴ Nesta ocasião, após ter expirado seu mandato de prefeito, Edgar Bueno havia se reeleito deputado estadual.

Com efeito, Roberto Requião foi reeleito governador com mandato a vigorar entre 2007 e 2010 e, dando o primeiro passo ao cumprimento de sua promessa de campanha, logo na primeira quinzena de 2007 encaminhou para a Assembléia Legislativa a mensagem n. 002 de 2007, que acabou resultando na elaboração do projeto de lei complementar n. 03 de 2007, que dispõe sobre a criação da Região Metropolitana de Cascavel (Anexos E e F)²⁵.

A nova Região Metropolitana de Cascavel, proposta pelo governador, inclui 28 municípios, quais sejam, Cascavel (o núcleo), Céu Azul, Diamante D'Oeste, Entre Rios do Oeste, Foz do Iguaçu, Guaíra, Itaipulândia, Lindoeste, Marechal Cândido Rondon, Matelândia, Medianeira, Mercedes, Missal, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Pato Bragado, Quatro Pontes, Ramilândia, Santa Helena, Santa Tereza do Oeste, Santa Terezinha do Itaipu, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, São Pedro do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo e Vera Cruz do Oeste (Figura 5).

²⁵ O Poder Executivo solicitou a votação da referida região metropolitana em convocação de caráter extraordinário.

Figura 5 – Região Metropolitana de Cascavel, na Mesorregião Oeste Paranaense, conforme o projeto de lei complementar n. 03 de 2007



BASE CARTOGRÁFICA: IBGE (2006b); **ELABORAÇÃO:** REOLON, Cleverson A.

A Região Metropolitana de Cascavel em questão, a exemplo da Região Metropolitana de Londrina, em implantação (CAVAZOTTI, 2007), seria composta por uma coordenadoria, formada por membros indicados pelo governador, e dois conselhos: deliberativo – responsável pela elaboração do plano de desenvolvimento integrado e pela coordenação dos programas e ações para a região metropolitana; e consultivo – com função de analisar as ações desenvolvidas e sugerir, por exemplo, a elaboração de planos regionais e outras prioridades (PARANÁ, 2007a).

O conselho deliberativo deveria ser composto por quatro membros a serem escolhidos pelo governador, sendo que, dentre estes, pelo menos um deveria ter seu nome citado numa tríplice indicação a ser realizada pelo núcleo da unidade regional; outro membro do referido conselho (o quinto, no caso) seria indicado pelos demais municípios da região metropolitana. O conselho consultivo deveria ser constituído por um representante de cada município integrante da região metropolitana e outros três representantes da sociedade civil (PARANÁ, 2007a).

A despeito da organização burocrática da referida unidade regional, a Figura 5 evidencia que o projeto de lei complementar n. 03 de 2007 não menciona a inclusão de alguns municípios contemplados pelos projetos n. 110 e 235 de 2003, ao passo que agrega muitos outros, inclusive todos aqueles citados no projeto n. 231 de 2003. Por esses e outros motivos, a proposta de criação desta Região Metropolitana de Cascavel, e sua posterior implantação, despertou reações adversas variadas entre a sociedade civil organizada e parlamentares estaduais. Em virtude disso, a votação do referido projeto teve de ser adiada algumas vezes.

Nesse ínterim, pelo menos quatro emendas ao projeto de lei complementar n. 03 de 2007 passaram a ser cogitadas entre os deputados. Uma das solicitações, propagada pelos parlamentares Jocelito Canto e Plauto Miró Guimarães Filho, previa, simultaneamente à criação da Região Metropolitana de Cascavel, a criação da Região Metropolitana de Ponta Grossa (DIÁRIO DA MANHÃ, 2007; FOLHA DE LONDRINA, 2007a). O deputado Ângelo Venhoni mencionou a pretensão de criar uma região metropolitana no litoral paranaense (FOLHA DE LONDRINA, 2007b; JORNAL DO ESTADO, 2007). Concomitantemente, os parlamentares Nereu Moura, Reni Pereira, Dobrandino da Silva e Francisco Guimarães solicitavam que o projeto governista contemplasse a criação de duas

regiões metropolitanas na Mesorregião Oeste Paranaense: a de Cascavel e de Foz do Iguaçu (PIMENTEL, 2007a). Já em Toledo, lideranças locais e parlamentares se reuniram para discutir uma possível mudança de nome da Região Metropolitana de Cascavel, sugerindo a denominação Região Metropolitana do Oeste do Paraná²⁶; o deputado estadual Duílio Genari, autor do projeto de lei complementar n. 235 de 2003, ainda ratificou, em tal ocasião, seu desejo de criar a Região Metropolitana de Toledo, alegando possuir uma emenda substitutiva elaborada (GAZETA DE TOLEDO, 2007a). Por fim, acabou-se agregando algumas propostas e apresentou-se uma única emenda substitutiva à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), da Assembléia Legislativa, a quem coube o mérito de avaliar a integridade do referido documento (DIÁRIO POPULAR, 2007a), assinado por Dobrandino da Silva, Reni Pereira, Nereu Moura, Elton Welter e Duílio Genari (PIMENTEL, 2007b)²⁷.

Conforme emenda substitutiva apresentada à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a Região Metropolitana de Cascavel, proposta pelo governo, teria seu nome modificado para Região Metropolitana do Oeste do Paraná, sendo ampliada em sete municípios (Assis Chateaubriand, Cafelândia, Corbélia, Iracema do Oeste, Jesuítas, Nova Aurora e Tupãssi), com possibilidade de inclusão

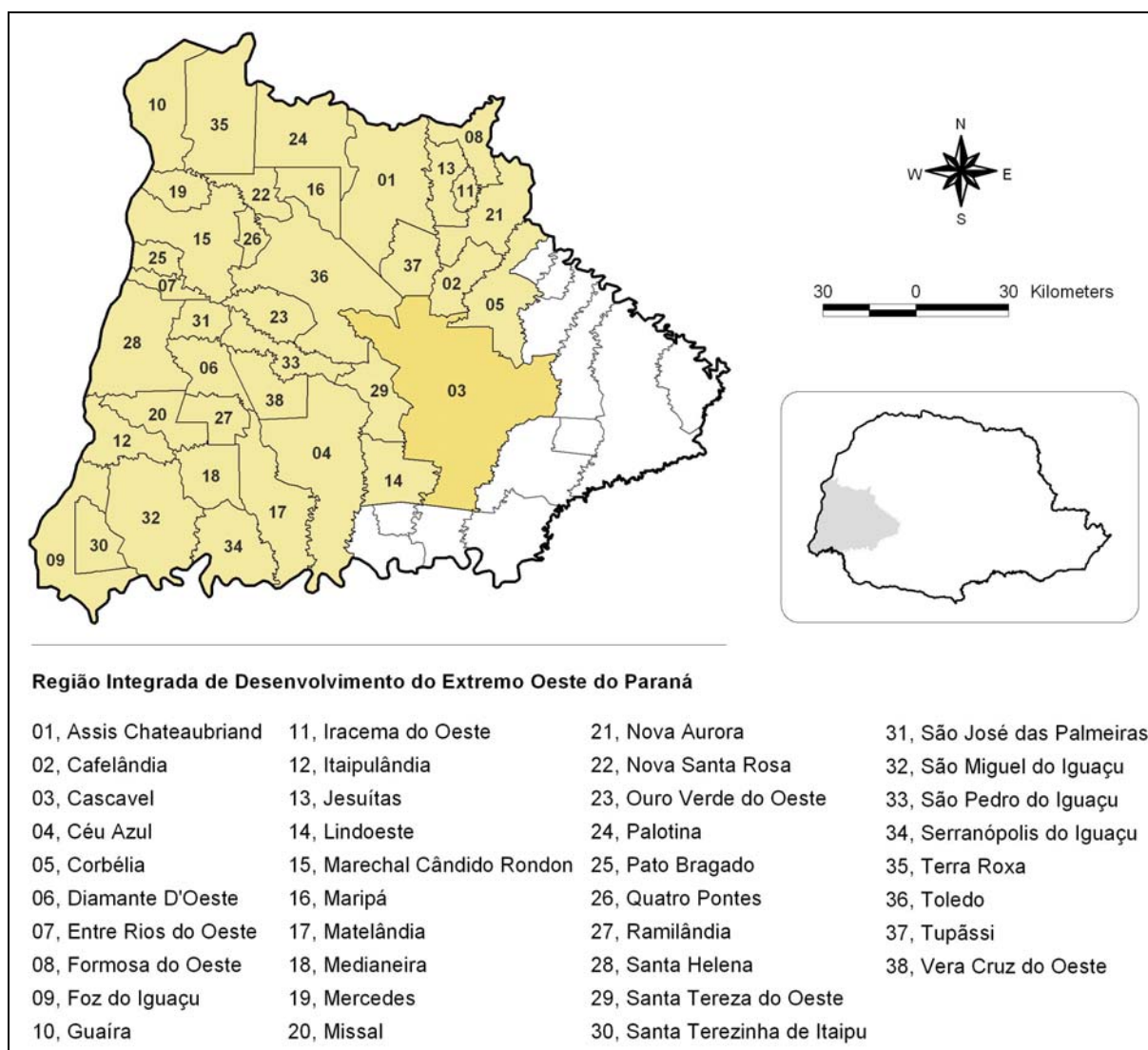
²⁶ A questão implícita na mudança de nome da Região Metropolitana de Cascavel para Região Metropolitana do Oeste do Paraná parece estar relacionada com duas questões-chave: a primeira de ordem burocrática, já que existe um mito de que os representantes do núcleo de cada unidade regional, invariavelmente, centralizam a sua gestão; a segunda de representação, pois a nomeação da unidade regional tendo em vista o seu núcleo promove a falsa impressão de efetiva hierarquia (embora a hierarquia seja, de fato, comum), na qual os demais municípios da unidade regional estariam subordinados à dinâmica do núcleo. Sendo assim, tendo em vista as disputas de Cascavel e Toledo por prestígio econômico e político, conforme mencionado anteriormente, as declarações de representantes de Toledo, na referida reunião, sugeriram uma atmosfera nada aprazível em relação à proposta do governador: "Toledo não depende de Cascavel para nada" (Rainer Zielasko, presidente da Associação Comercial e Industrial de Toledo); "Toledo detém números expressivos na economia paranaense e nacional e não pode ir de arrasto de ninguém" [...] "Toledo é pólo microrregional campeão de arrecadação dando show inclusive em municípios maiores que o nosso" (Lúcio de Marchi, vice-prefeito de Toledo) (GAZETA DE TOLEDO, 2007a). (Disponível em: <<http://www.gazetadetoledo.com.br/dezessete.html>>. Acesso em: 21 jan. 2007).

²⁷ Os deputados Jocelito Canto e Plauto Miró Guimarães Filho acabaram apresentado uma emenda aditiva ao projeto n. 03 de 2007, propondo a criação da Região Metropolitana de Ponta Grossa (PRAZERES, 2007).

de outros três (Anahy, Braganey e Iguatu) (PIMENTEL, 2007b). Uma das peculiaridades da proposta de institucionalização da Região Metropolitana do Oeste do Paraná foi o não apontamento de seu núcleo, cuja incumbência ficaria a cargo do Executivo estadual (O PARANÁ, 2007a).

Entretanto, por meio de uma nova emenda substitutiva geral, os membros da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) consideraram conveniente propor a instituição de uma nova unidade regional, cuja denominação passaria a ser Região Integrada de Desenvolvimento do Extremo Oeste do Paraná, envolvendo 38 municípios da Mesorregião Oeste Paranaense: Assis Chateaubriand, Cafelândia, Cascavel (o pólo), Céu Azul, Corbélia, Diamante D'Oeste, Entre Rios do Oeste, Formosa do Oeste, Foz do Iguaçu, Guaíra, Iracema do Oeste, Itaipulândia, Jesuítas, Lindoeste, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Matelândia, Medianeira, Mercedes, Missal, Nova Aurora, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Bragado, Quatro Pontes, Ramilândia, Santa Helena, Santa Tereza do Oeste, Santa Terezinha do Itaipu, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, São Pedro do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo, Tupãssi e Vera Cruz do Oeste (Figura 6; Anexo G).

Figura 6 – Região Integrada de Desenvolvimento do Extremo Oeste do Paraná, na Mesorregião Oeste Paranaense, conforme a emenda substitutiva geral apresentada ao projeto de lei complementar n. 03 de 2007



BASE CARTOGRÁFICA: IBGE (2006b); **ELABORAÇÃO:** REOLON, Cleverson A.

É importante salientar que a espacialidade da unidade regional proposta pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) foi definida tendo em vista os aspectos fisiográficos da Mesorregião Oeste Paranaense, mais especificamente, meramente se considerando a área confinada entre os três principais cursos d'água da região: os rios Paraná, ao oeste; Iguaçu, ao sul; e Piquiri, ao norte.

O mérito destas novas propostas de criação de unidades regionais, na Mesorregião Oeste Paranaense, foi sugerir a agregação de Cascavel e Toledo

em uma mesma região administrativa. Segundo Castello Branco, Cascavel e Toledo são cidades médias que compartilham uma mesma dinâmica socioeconômica, por isso compõem uma aglomeração urbana (informação verbal)²⁸ – fato pelo qual deveriam integrar uma única unidade regional. Não obstante, além de sustentarem a inadequada nomenclatura (região metropolitana, ou o que é pior, região integrada de desenvolvimento, cuja competência para criação é do governo federal, como já foi dito anteriormente), nenhum dos projetos cita o município de Ibema, responsável, entre outros, pela configuração do colar de intenso crescimento populacional situado no entorno da aglomeração urbana de Cascavel, determinada por Caracterização (2001) (Figura 3).

Todavia, após ter gerado muita polêmica e figurado na pauta de votações da Assembléia Legislativa em duas ocasiões – nos dias 16 e 23 de janeiro de 2007 – a proposta para criação de uma unidade regional na Mesorregião Oeste Paranaense foi temporariamente arquivada a pedido do governador. As discussões em torno da proposta de Requião, contudo, não cessaram após este fato, mesmo porque, conforme demonstraram Hermas Brandão, então presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, e o jornal o Diário Popular (2007b), acreditava-se que o governador apresentaria um novo projeto, uma vez que os cargos de dois assessores especiais e um coordenador da Região Metropolitana de Cascavel já haviam sido criados (CHAGAS, 2007).

A intenção de propor um novo projeto para instituição de uma unidade regional na Mesorregião Oeste Paranaense foi efetivamente declarada por Requião em fevereiro de 2007, quando participava do ato de inauguração de parte

²⁸ Informação fornecida por Maria Luisa Castello Branco no Simpósio Internacional Cidades Médias, em Presidente Prudente, em 07 de junho de 2005.

do trecho duplicado da rodovia BR-467, ao declarar que a criação da região metropolitana de Cascavel havia sido “bagunçada” na Assembléia Legislativa, por isso foi retirada de pauta, mas que ainda se pensava em instituí-la, “mais pra frente”, com “racionalidade e inteligência”, nas palavras do governador, em entrevista cedida ao jornal Gazeta de Toledo (2007b, p. 8).

Em março de 2007, entretanto, três novos projetos para criação de unidades regionais, com localização na Mesorregião Oeste Paranaense, já se acumulavam na Assembléia Legislativa estadual (JORNAL HOJE, 2007a). As intenções dos deputados autores dos referidos projetos eram instituir as regiões metropolitanas da fronteira, de Foz do Iguaçu e de Cascavel, esta última com uma nova espacialidade, divergente das anteriormente propostas (JORNAL HOJE, 2007a; 2007b; 2007c; 2007d).

Enfim, o que se percebe é que a institucionalização de uma unidade regional é algo polêmico por natureza, sobretudo porque afeta diretamente as ações de planejamento de cada município envolvido, embora as discussões tenham ocorrido mais na esfera parlamentar estadual do que no âmbito das associações de municípios. Não obstante, o que chama atenção em meio a esta aparente desordem, é o fato de a espacialidade das unidades regionais em questão terem estado sujeitas a uma enorme plasticidade, sem, contudo, citar-se um único documento técnico ou acadêmico que fundamentasse e orientasse seus processos de institucionalização, aprofundando-se, dessa forma, o abismo entre a teoria e a prática metropolitana.

2 MESORREGIÃO OESTE PARANAENSE: DO “SERTÃO PARANAENSE” À INTEGRAÇÃO REGIONAL E NACIONAL ATRAVÉS DO SISTEMA DE CIDADES

De acordo com Piaia (2004), a ocupação do espaço atualmente caracterizado como Mesorregião Oeste Paranaense atravessou quatro fases distintas. A primeira decorre da ocupação indígena, que se espalhava também por boa parte do território sul-americano. A segunda fase diz respeito ao período em que os jesuítas se instalaram nesta área com o intuito de promover as reduções. A terceira fase, iniciada a partir do fim do século XIX, decorreu da introdução do sistema *obragero*, cujo objetivo era a exploração da madeira e erva-mate regionais. Finalmente, a quarta fase se refere à ocupação implementada pelas companhias colonizadoras, impulsionadas pela ideologia da Marcha para o Oeste.

Neste capítulo, será analisada a dinâmica socioeconômica dos municípios da Mesorregião Oeste Paranaense a partir da última fase de sua ocupação até o final do século, ou seja, desde a década de 1940 a 2000, respaldando-se nas taxas geométricas de crescimento de suas populações total, urbana e rural, relacionando-se tais indicadores com as respectivas conjunturas econômicas e sociais apresentadas nos períodos correspondentes. Procura-se analisar, também, os fatores que condicionaram o arranjo espacial peculiar dos principais centros da Mesorregião Oeste e a forma como ocorreu a integração regional e nacional destes centros aos sistemas regional e nacional de cidades.

Deve-se ter em mente que a Mesorregião Oeste Paranaense só foi estabelecida em 1989, pelo IBGE, respondendo a interesses governamentais de ordem administrativa. Até então, este mesmo espaço era caracterizado como

Microrregião do Extremo Oeste Paranaense, definida em 1969 com o mesmo objetivo que norteou, posteriormente, a criação das mesorregiões (BRAGUETO & CARVALHO, 1991).

Em boa parte das bibliografias históricas regionais que tratam deste espaço as áreas de estudo são definidas como região oeste do Paraná. Isto não chega a representar vaguidade ao leitor, até porque, geralmente, existe cautela em se descrever ou ilustrar a área de estudo, embora este fato não possa ser generalizado. Contudo, percebem-se divergências em relação à abrangência geográfica das referidas áreas, cujos limites geralmente variam conforme os interesses de cada autor²⁹. A utilização de uma base regional desenvolvida pelo IBGE e amplamente empregada em estudos sobre diferentes temáticas em âmbito nacional contribui para dirimir este tipo de problema. O que se pretende, neste caso, é, além de circunscrever a análise, facilitando estudos paralelos e comparativos, tornar os limites da área estudada mais inteligíveis.

2.1 A MARCHA PARA O OESTE E O PAPEL DAS COMPANHIAS COLONIZADORAS NA OCUPAÇÃO DA MESORREGIÃO OESTE PARANAENSE

Desde que se têm registros estatísticos da população, aos quais se possa atribuir algum crédito de confiabilidade, nota-se que, entre os anos de 1872 até meados da década de 1910, a população imigrante representou parcelas expressivas do incremento demográfico do Brasil, estando, o ápice deste processo,

²⁹ Vejam-se os casos, por exemplo, de Wachowicz (1982) e Souto Maior (1996). No primeiro, o autor define a região oeste conforme os limites da Mesorregião Oeste Paranaense, criada pelo IBGE em 1989. Já no segundo caso, a referida região parece conformar, além da Mesorregião Oeste Paranaense, a Mesorregião Sudoeste Paranaense, já que faz referência a Francisco Beltrão.

compreendido entre os anos de 1891 e 1900, quando as imigrações foram responsáveis por 23,37% do incremento populacional do país (IBGE, 1960).

A partir de meados da década de 1910 houve um arrefecimento das migrações para o Brasil e a taxa de imigrantes passou a diminuir gradativamente, a ponto de representar apenas 1% do incremento populacional durante a década de 1940. Não obstante, a redução da dinâmica do movimento migratório de estrangeiros foi contrabalançada pelo processo migratório interno em direção às áreas interioranas do país. No bojo deste processo é que, de maneira mais acentuada, ocorre a ocupação da Mesorregião Oeste Paranaense, fomentada, sobretudo, pelo movimento iniciado durante o governo de Getúlio Vargas, denominado Marcha para o Oeste (GREGORY, 2002).

Conforme Wachowicz (1982), a Marcha para o Oeste foi, de um modo geral, um movimento implementado a partir da década de 1930, possuindo o intuito de tornar mais densa a ocupação do interior do território brasileiro, tanto em caráter humano quanto econômico. O autor ainda complementa que, desde sua concepção, este movimento esteve alicerçado na ideologia bandeirantista.

A Marcha para o Oeste contribuiu sobremaneira para a ocupação do espaço que, até então, era conhecido como “sertão paranaense”³⁰, cujo domínio era exercido pelos *obrageros*³¹, sobretudo argentinos, que exploravam ilegalmente a erva-mate e a madeira nativas deste espaço (WACHOWICZ, 1982).

³⁰ É interessante notar que a expressão “sertão paranaense” não figurou apenas no ditado popular, uma vez que, em 1940, data do primeiro esforço de regionalização do país com fins administrativos, o IBGE denominou Zona do Sertão do Rio Paraná a zona fisiográfica cuja área correspondia, na época, ao município de Foz do Iguaçu (BRAGUETO & CARVALHO, 1991).

³¹ O *obragero* era o proprietário da *obrage*, isto é, um empreendimento econômico baseado no latifúndio extrativista e em relações de trabalho de “servidão” (GREGORY, 2002, p. 89).

Tal violação da legalidade ambiental e territorial se dava em consonância aos abusos contra a força de trabalho (os *mensus*), de origem majoritariamente paraguaia. Os *mensus* trabalhavam num regime de, pode-se dizer, escravidão implícita, já que recebiam uma remuneração supostamente calculada sobre a contribuição que eram capazes de oferecer ao produto da *obrage*, entretanto, dificilmente conseguiam saldar as dívidas que possuíam no armazém do estabelecimento *obragero* (WACHOWICZ, 1988).

Nota-se, a partir daí, que o regime econômico das *obrages* estava assentado no capital argentino e na exploração tanto da mão-de-obra paraguaia quanto das reservas naturais brasileiras.

Embora as *obrages* fossem um empreendimento tipicamente argentino, seu desenvolvimento fora facilitado no Brasil porque, em meados do século XVIII, o governo imperial brasileiro assinou um acordo de navegabilidade com a Argentina e o Paraguai no intuito de garantir o acesso à província de Mato Grosso, já que a via fluvial era o único meio de se chegar até ela – entrando na foz do Rio da Prata e navegando a montante deste e do Rio Paraná (WACHOWICZ, 1988). Em contrapartida, a Argentina garantiu o direito de navegar o Rio Paraná, desde a foz do Rio Iguaçu até as Sete Quedas, facilitando o transporte ilegal da erva-mate e madeira, extraídos do Brasil, em direção à Argentina (WACHOWICZ, 1988).

A erva-mate era consumida em larga escala no território platino, enquanto a madeira, além de ser utilizada na Argentina, também era exportada para os Estados Unidos e Canadá (COLODEL, 2002).

Este contrabando, realizado desde fins do século XIX, foi, durante muito tempo, aparentemente ignorado pelas autoridades do Brasil, que destinavam

escassos recursos à alfândega sediada na Colônia Militar de Foz do Iguaçu³², tornando mais propensa a corrupção dos fiscais. Conforme Wachowicz (1982), os fiscais desta Colônia Militar eram tão mal remunerados que aqueles dispostos em atuar em tal atividade o faziam mais por favor do que pela própria necessidade de obter alguma renda.

Dessa forma, mais do que um contratempo ou intruso, os argentinos e seus vapores eram vistos como redentores do isolamento ao qual estava fadado o povo brasileiro que habitava a comarca de Foz do Iguaçu, pois, de acordo com Silveira Neto (1995 *apud* PIAIA, 2004), representavam o único meio de os habitantes dessa comarca adquirirem as mercadorias, necessárias ao consumo, que não eram produzidas no local. Porém, o fato é que os argentinos não se satisfaziam com a prosperidade da referida Colônia Militar, pois, logicamente, quanto maior fosse o domínio territorial exercido pelas autoridades brasileiras, mais difícil se tornaria a permanência das *obrages* na “Tríplice Fronteira”, por isso era comum que os vapores argentinos trouxessem, de seu país, o que de pior havia, em termos de mercadorias, cobrando os maiores preços possíveis (WACHOWICZ, 1988).

Todas essas dificuldades contribuíram para que, até meados da década de 1920, a Mesorregião Oeste Paranaense constituísse uma fronteira desnacionalizada, com idioma português falado apenas pelos servidores públicos de Foz do Iguaçu, onde a moeda circulante era peso argentino (WACHOWICZ, 1988).

A situação de miséria e abandono desta região foi, finalmente, revelada com a Revolução de 1924 (WESTPAALEN; MACHADO & BALHANA, 1988), quando os combatentes se embrenharam em árduos conflitos em seu interior

³² Conforme Bernardes (1953, p. 341), a Colônia Militar de Foz do Iguaçu foi criada em 1888, com o objetivo de “garantir a posse do território em face da questão de limites com a República Argentina”.

e redondezas. Mais tarde, alguns beligerantes desta refrega integraram o quadro de servidores do governo de Getúlio Vargas, propondo a indexação da fronteira ocidental paranaense ao conjunto de áreas a serem ocupadas sob a bandeira da Marcha para o Oeste (WACHOWICZ, 1982).

Considerando-se os objetivos, propriamente ditos, da Marcha para o Oeste – primeiramente a extração da madeira e, em seguida, a produção agrícola (GEIGER, 1994) –, pode-se dizer que a fronteira ocidental paranaense constituía um local apropriado para o desenvolvimento de tais atividades.

No intuito de ocupar e nacionalizar o oeste do Paraná, fora decretado, em 1930, que o quadro funcional das empresas instaladas nesta área deveriam ser compostos por, no mínimo, dois terços de brasileiros, dificultando o ingresso e permanência de estrangeiros na faixa de fronteira (GREGORY, 2002). Outras medidas adotadas foram o desenvolvimento do Programa Rodoviário Marcha para o Oeste, que resultou na construção da BR-035³³, inaugurada em 1944, e a criação do Território Federal do Iguaçu, em 1943³⁴ (SPERANÇA, 1992).

A criação do Território Federal do Iguaçu não era algo bem-visto pelo governo do Paraná, a despeito das conseqüências que tal ação poderia resultar, como a iminente interligação rodoviária entre a faixa litorânea e o oeste do estado – representada pela construção da BR-035 –, aspirada pelos paranaenses desde o segundo reinado (ESTANTE PARANISTA, 1976 *apud* PIAIA, 2004).

³³ A BR-035 possuiu o mesmo traçado da atual rodovia BR-277, ou seja, ligava Paranaguá e Foz do Iguaçu, passando por Cascavel (SPERANÇA, 1992).

³⁴ O Território Federal do Iguaçu abrangia as regiões oeste e sudoeste do Paraná e região oeste de Santa Catarina, tendo Foz do Iguaçu como sua primeira capital, transferida para Laranjeiras do Sul em 1944 (SPERANÇA, 1992).

Uma explicação plausível para não se concordar com a criação do Território Federal do Iguaçu talvez recaia sobre a privação da possibilidade de exploração das riquezas naturais da região oeste pelos capitalistas paranaenses, o que poderia impedir o estado de obter futuros ganhos de receita pública.

Independentemente dos anseios do governo do estado do Paraná, o Território do Iguaçu, como já explicitado, foi criado e, segundo Ribas (1938 *apud* SPERANÇA, 1992, p. 121), seria governado por um oficial do exército ou marinha, com “atribuição para regular a utilização das terras devolutas e promover o povoamento e localização de colonos, de modo a atender aos interesses nacionais”.

Todavia, conforme Wachowicz (1982), estes interesses nacionais pareciam estar muito mais vinculados à expansão do capital e da colonização gaúcha do que à satisfação da nação.

Mas mesmo que a verdadeira intenção da criação do Território Federal do Iguaçu não tenha sido de fato motivada por interesses escusos, a promoção da ocupação da Mesorregião Oeste Paranaense agradou, pelo menos, três esferas da população gaúcha: os capitalistas, os pequenos proprietários de terra ou camponeses, e os latifundiários. Aos capitalistas porque o processo planejado e sistemático de ocupação da faixa de fronteira ocidental paranaense seria promovido, especialmente, com o apoio das companhias colonizadoras de terras gaúchas (WACHOWICZ, 1982); aos camponeses gaúchos porque eles também seriam privilegiados caso as companhias colonizadoras fossem gaúchas de fato, e, tendo em vista que, desde o final do século XIX, eles vinham sofrendo com o esgotamento do solo (WAIBEL, 1979) e com a insuficiência de terras face ao aumento da população de agricultores (BERNARDES, 1953; WESTPAALEN, MACHADO & BALHANA, 1988), isto representava uma possibilidade de reproduzirem-se

socialmente (SANTOS, 1978); e, obviamente, agradava aos latifundiários à medida que se reduzia a pressão sobre a estrutura agrária do Rio Grande do Sul (COLODEL, 2002).

A despeito da efemeridade do Território Federal do Iguaçu, extinto em 1946, instalaram-se, na Mesorregião, inúmeras imobiliárias, cujo capital era, na maior parte das vezes, gaúcho, como previsto (WACHOWICZ, 1988). Da mesma forma, a procedência gaúcha dos imigrantes também foi privilegiada pelas colonizadoras, cujo fato pode ser, em parte, ilustrado pelos dados do Censo Demográfico de 1970: dos imigrantes que permaneciam na Mesorregião Oeste Paranaense na década de 1970, as maiores parcelas correspondiam à população proveniente do estado do Paraná (57,43%), seguido por Rio Grande do Sul (17,94%) e Santa Catarina (12,35%) (IBGE, 1970). Tais estatísticas também demonstram que, em Marechal Cândido Rondon e Medianeira, os imigrantes gaúchos superavam os paranaenses em número, representando, respectivamente, 52,91 e 47,02% das pessoas não naturais desses municípios (IBGE, 1970).

Segundo Gregory (2002), as principais colonizadoras que atuaram na região foram: a Madeireira Colonizadora Rio Paraná (MARIPÁ); a Pinho e Terras, com as seções Piquiri, Céu Azul, Porto Mendes e Lopeí; a Industrial Agrícola Bento Gonçalves; a Colonizadora Matelândia; e a Colonizadora Criciúma. Essas companhias foram criadas “para se dedicarem à exploração da madeira, à mercantilização de terras, ao comércio e à indústria” (GREGORY, 2002, p. 93).

Contudo, existiram outras empresas, como a Colonizadora Gaúcha, a Terras e Pinhais, a Companhia Alegretti, etc., fundadas com o mesmo objetivo (COLODEL, 1988; COLODEL, 2002). É difícil relacionar todas as companhias que atuaram nesta área, pois, como expõe Colodel (1988, p. 199), as manipulações com

as propriedades de terras eram uma constante no Oeste do Paraná, certificando que, “uma após outra, as companhias colonizadoras se revezaram na tutela das grandes áreas de terras na margem do Rio Paraná”. Isto se deve ao fato de algumas não estarem interessadas em colonizar a área de fato, mas sim explorar suas riquezas naturais. Além disso, muitas falências determinaram as sucessivas transações comerciais de alguns lotes agrários.

É necessário, no entanto, se fazer justiça à Colonizadora Norte do Paraná, que também parece ter obtido algum êxito ao promover a ocupação demográfica do vale do Rio Piquiri – situado ao norte da Mesorregião Oeste –, especialmente no que diz respeito a Assis Chateaubriand. É curioso o fato de, no início de sua ocupação, esta localidade ter sido denominada Campo dos Baianos, em clara referência à procedência nordestina da maior parte de seus habitantes (SOUTO MAIOR, 1996). Certamente, a preferência pelos nordestinos, ou talvez a maior atratividade sobre eles, se deva ao fato de a primeira empresa a tentar colonizar a área, na década de 1950, ter sido composta por capital cearense (SOUTO MAIOR, 1996).

Todavia, assim como Assis Chateaubriand, outros municípios situados, especialmente, na parte setentrional da Mesorregião Oeste também tiveram os nordestinos como seus imigrantes majoritários. É difícil, no entanto, ilustrar este fato por meio dos dados do Censo Demográfico de 1970, com base na unidade da federação de procedência do imigrante, pois, boa parte dos primeiros moradores destas áreas proveio da região norte do Paraná (SOUTO MAIOR, 1996; COLODEL, 2002). Contudo, Colodel (2002) certifica que os municípios de Guaíra, Palotina, Terra Roxa, Assis Chateaubriand, Formosa do Oeste, Nova Aurora, Vera

Cruz do Oeste, Ouro Verde do Oeste, Cafelândia, Tupãssi, Corbélia e Braganey se inserem neste cenário.

Havia, portanto, uma certa mixórdia cultural na Mesorregião. Mazza (1996 *apud* SOUTO MAIOR, 1996), observando este fato, declarou que o Oeste Paranaense era o local privilegiado para o encontro do “chapéu de couro” com a “bombacha”, referindo-se aos nordestinos e gaúchos.

Entretanto, os indivíduos de várias descendências nem sempre viviam na mesma comunidade. No município de Toledo, por exemplo, que foi colonizado pela companhia Maripá, foram fundadas, logo no início do processo de colonização, algumas vilas, como General Rondon³⁵, Novo Sarandi e Nova Concórdia, onde passaram a predominar grupos de indivíduos de uma única descendência, sendo germânica ou italiana, nestes casos (OBERG & JABINE, 1960).

A despeito disso, conforme Oberg e Jabine (1960), a Maripá não realizava nenhum esforço de segregação cultural: como e por que isso ocorria, então, é uma questão aberta. O que se sabe é que a Maripá se ressentia a grandes campanhas publicitárias sobre os lotes que possuía à venda (IBGE, 1959; OBERG & JABINE, 1960; NIEDERAUER, 2004), ao contrário da maior parte das demais companhias colonizadoras que atuaram na Mesorregião Oeste Paranaense. A propósito, a Maripá se diferenciava das demais companhias não apenas pelo modo que realizava sua publicidade, como também pela credibilidade.

De acordo com Westphaalen, Machado e Balhana (1988, p. 19),

³⁵ General Rondon ascendeu à categoria de município em 1960, ao desmembrar-se do município de Toledo. Atualmente é denominado Marechal Cândido Rondon.

a colonização, organizada pelas companhias, fundada na venda de pequenos lotes agrícolas aos interessados diretamente no cultivo da terra, supunha [...] uma engrenagem, um suporte jurídico-contábil, de segurança recíproca entre os que pagavam e recebiam terras e outros benefícios, e os colonizadores que recebiam pelas terras e pelos serviços complementares que prestavam.

Esta segurança, segundo as autoras, era legitimada mediante o contrato de compra e venda dos lotes. No entanto, como em outras áreas do estado, ocorreram muitos litígios por terra na Mesorregião Oeste, pois muitas áreas devolutas, ou mesmo com títulos de posse legalizados, foram ocupadas por grileiros – colonizadoras inclusive –, resultando em sérios conflitos entre as partes interessadas, como os ocorridos em Guaraniaçu e Guaíra, nos anos de 1955 e 1956 (WESTPHAALLEN, MACHADO & BALHANA, 1988). Os autores afirmam que a colonizadora Maripá foi a única, no oeste do Paraná, que ofereceu aos seus clientes as condições de segurança e tranquilidade em relação ao contrato de posse da terra. Niederauer (2004) explica que isto ocorreu porque a Maripá adquiriu, em 1946, a gleba da antiga Fazenda Britânia, cujo ex-proprietário, a Companhia de Maderas del Alto Paraná, havia efetuado a compra da área diretamente do governo do Paraná mediante autorização da Assembléia Legislativa do estado, estando (a compra), portanto, ratificada por lei.

Mesmo diante de todos os problemas de litígio de terras, o êxito das colonizadoras pode ser percebido se se levar em consideração o extraordinário aumento da população e da infra-estrutura regional, ocorrido pouco tempo após o início da ocupação implementada por elas. Especialmente quanto ao caso da Maripá, Oberg e Jabine (1960, p. 39) asseveram que é um erro considerá-la apenas uma companhia vendedora de terras e uma empresa industrial, já que ela “criou

quase todo o investimento social na forma de estradas, facilidades de transporte, hotéis e as primeiras casas residenciais” do município de Toledo.

Destarte, se, no início da década de 1940, Foz do Iguaçu e Guaíra eram os principais centros urbanos regionais (COLODEL, 1988), esta situação se alterou após a colonização e efetiva ocupação demográfica executada pelas companhias colonizadoras³⁶. A Mesorregião Oeste foi, assim, surpreendida por uma incrível mudança quanto aos modos de vida e produção social.

Para Swain (1988, p. 19),

o Paraná, que oferecia aos migrantes dos anos quarenta e cinquenta condições favoráveis para a aquisição de terras e uma eventual prosperidade econômica, com seus programas de colonização bem definidos e organizados, transformou-se a partir dos anos 60.

Em síntese, pode-se dizer que o conteúdo geográfico da Mesorregião Oeste Paranaense alterou-se sobremaneira a partir deste período, sobretudo em virtude das ações do governo, federal especialmente, resultando num rápido processo de crescimento e urbanização de alguns municípios.

É necessário ponderar, no entanto, que esta transformação não ocorreu apenas no Paraná, mas em todo o Brasil. Isto porque, de acordo com Almeida (2003, p. 389), o estado passou a investir na ampliação da infra-estrutura produtiva, permitindo a interligação das diferentes regiões do país, e isso proporcionou a intensificação do movimento para o interior do território, que passava

³⁶ Foz do Iguaçu teve muita importância regional, até o referido período, se não pelo fato de ter sido, no passado, colônia militar do país, conforme salienta Bernardes (1953), mas talvez por ter sido o primeiro município da Mesorregião Oeste Paranaense a ser fundado, fato ocorrido, de acordo com Pieruccini, Tschá e Iwake (2002), em 1914. No caso de Guaíra, o *status* adquirido se deve ao fato de ter sido sede social da multinacional Mate Laranjeira, cuja companhia colonizou Guaíra, “dando-lhe o impulso de que necessitava para o seu progresso e evolução” (IBGE, 1959, p. 226).

a integrar uma “nova divisão social e territorial do trabalho, acompanhada pela redistribuição das atividades econômicas e da população”.

Todavia, principalmente devido à atuação de colonizadoras como a Maripá, no que diz respeito à estruturação do espaço, a Mesorregião Oeste Paranaense possui tanto uma distribuição populacional quanto um arranjo espacial dos seus pólos regionais peculiares³⁷. Além disso, as políticas de ocupação do espaço agrário, propostas pelas companhias, geraram resultados ainda muito perceptíveis na economia e paisagem regional. A criação de suínos é um exemplo disso: viável para ser produzido em pequenas propriedades, representava na década de 1950, tanto como ainda representa, uma das principais atividades econômicas de Toledo (IBGE, 1959; IBGE, 2005b).

2.2 O MEIO RURAL E O DESENVOLVIMENTO URBANO: INTEGRAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO ESPACIAL DA MESORREGIÃO OESTE PARANAENSE (1960-2000)

As taxas de crescimento e urbanização da Mesorregião Oeste Paranaense evoluíram bastante entre 1960 e 2000, período em que a população total, de acordo com os respectivos Censos Demográficos, passou de 135.677 para 1.138.582 pessoas. A população que habitava este espaço no início da década de 1940 era, no entanto, muito inferior a 100 mil. Veja-se o caso de Toledo por exemplo, que, em setembro de 1956, teve sua população estimada em 9.945

³⁷ Embora se considere o fato de que nenhuma companhia colonizadora atuou, efetivamente, na promoção da ocupação de Cascavel, Sperança (1992) acentua que, indiretamente, a Maripá contribuiu para o seu crescimento e desenvolvimento.

peças (OBERG & JABINE, 1960, p.19)³⁸ e, no Censo Demográfico de 1960, já apresentava 24.959 habitantes, ou seja, mais que o dobro³⁹. Tanto Colodel (2002) quanto o IBGE (1959) concordam que todas as áreas medidas e demarcadas pela Maripá, a partir de 1946, já estavam vendidas ou compromissadas no ano de 1951, mas Oberg e Jabine (1960) objetam quanto a isso, certificando que, em 1956, haviam sido vendidas 9.618 colônias, restando, ainda, 3.544 para serem comercializadas. Apesar desta incoerência, tais informações sugerem que o exponencial crescimento populacional da Mesorregião Oeste Paranaense está muito atrelado à atuação das companhias colonizadoras de terras.

Mas o êxito dessas companhias representa apenas um dos fatores peculiares que marcam a ocupação do referido espaço. Dentre os demais, se incluem a construção da Ponte da Amizade, a reestruturação e pavimentação da BR-277 e, sobretudo, a construção da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional e, por conseguinte, o alagamento de seu reservatório. A modernização agrícola e, em corolário, a concentração da estrutura fundiária, que afetaram o interior do país de um modo geral, também conformam elementos importantes que atuaram fortemente sobre a reorganização tanto do campo quanto do espaço urbano da Mesorregião Oeste Paranaense.

A construção da Ponte da Amizade, entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, inaugurada em 1965, resultou da reaproximação política entre Brasil e Paraguai. Esses países, a partir da década de 1950, buscaram reatar as relações

³⁸ As estatísticas oficiais do IBGE (1959) dão conta de que, em 1959, existiam 8.800 habitantes em Toledo, porém, baseando-se nos dados demográficos de Censo de 1960, é provável que Oberg e Jabine (1960) tenham sido mais precisos em seus cálculos.

³⁹ É importante lembrar, que, em 1960, o município de Toledo compreendia sua área territorial atual – excedendo uma pequena faixa de sua extremidade sudeste –, somado a uma pequena porção de Assis Chateaubriand, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste e Santa Helena, além dos territórios integrais hoje representados pelos municípios de Entre Rios do Oeste, Marechal Cândido Rondon, Mercedes, Pato Bragado e Quatro Pontes (COLODEL, 2002).

interrompidas desde o início da Guerra do Paraguai, e uma forma de o governo brasileiro fazer isto era conceder ao Paraguai a possibilidade de ligação com o Oceano Atlântico (PERIS, 2002). A reestruturação e pavimentação da BR-277, inaugurada em 27 de março de 1969, contribuíram neste mesmo sentido, já que a referida rodovia passou a ligar Foz do Iguaçu, e, por conseguinte, Ciudad del Este, ao Porto de Paranaguá.

Em conseqüência, a economia da Mesorregião Oeste Paranaense – situada na fronteira com o Paraguai e também Argentina – foi dinamizada, tendo fomentado seu processo de urbanização, cuja taxa geométrica cresceu 16,77% ao ano entre 1960 e 1970, sendo, portanto, bastante superior à verificada para o estado do Paraná (6,73%) e para o Brasil (5,22%)⁴⁰. Todavia, o crescimento da população rural da Mesorregião Oeste (19,21% ao ano) foi ainda superior ao de sua população urbana, indicando que, neste período, ainda não haviam cessado as grandes frentes de migração rural que passaram a se dirigir a esta nova fronteira agrícola a partir de meados da década de 1940.

O município de Cascavel, no âmbito da Mesorregião Oeste, foi especialmente beneficiado com a reestruturação e pavimentação da BR-277, pois, geograficamente, passou a figurar numa localização estratégica, representada pelo entroncamento das vias que dão acesso tanto às fronteiras internacionais do país (CARACTERIZAÇÃO, 2001) quanto, partindo-se desta Mesorregião, à capital estadual.

Como resultado direto e praticamente imediato da reestruturação e pavimentação da BR-277, pode-se citar a diminuição da área influência de Ponta

⁴⁰ Todas as taxas geométricas de crescimento anual da população dos municípios da Mesorregião Oeste Paranaense, apresentadas neste trabalho, foram extraídas de Ipardes (2004b).

Grossa e ampliação da área de influência de Curitiba. De acordo com Duarte, (1977, p. 504):

com a pavimentação da Rodovia Curitiba [Paranaguá] – Foz do Iguaçu, passando por Cascavel, esta ficou mais facilmente ligada a Curitiba, fazendo com que Cascavel passasse a se utilizar de seus serviços, diminuindo seus vínculos com o centro regional.

Ponta Grossa era, até então, o principal centro regional acessível aos municípios da Mesorregião Oeste Paranaense, e exercia influência justamente pela escassez de vias de acesso a outras localidades centrais do estado, tendo em vista que, na época, as comunicações terrestres com Campo Mourão e Maringá eram muito precárias (DUARTE, 1977).

Duarte (1977) cita que o município de Cascavel, antes da referida obra, mantinha fortes relacionamentos com Ponta Grossa, tanto para a aquisição de bens e serviços produzidos externamente à região quanto para intermediar a exportação de sua produção agropecuária excedente, representada, principalmente, por suínos, inclusive vivos.

Porém, se Duarte (1977) se refere apenas a Cascavel, nota-se, num trabalho elaborado pelo IBGE (1959), que este fato não era diferente aos demais municípios da Mesorregião Oeste, sobretudo a Toledo, tal como expõem Oberg e Jabine (1960). Estes autores afirmam que os frigoríficos de Ponta Grossa eram grandes compradores dos suínos vivos criados no município. Eventualmente, através de Ponta Grossa, estes animais também eram exportados para São Paulo, Curitiba, Rio de Janeiro e Porto Alegre (IBGE, 1959; OBERG & JABINE, 1960).

Além dos núcleos do Oeste Paranaense comercializarem seus principais produtos agropecuários em Ponta Grossa, eles também adquiriam, naquela cidade, os implementos e máquinas agrícolas, fertilizantes e fungicidas

necessários à produção realizada no campo (IBGE, 1959; DUARTE, 1977). Por isso, a pavimentação da BR-277 representou, para os municípios da Mesorregião Oeste, maior autonomia em relação ao, até então, centro regional (Ponta Grossa).

Dessa forma, tomando o caso de Toledo como exemplo, e considerando-se a instalação de uma filial da Sadia⁴¹ no município, em meados da década de 1960, a pavimentação da BR-277 culminou no escoamento de grande parte de sua produção às cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, assim como para a Europa e Japão (Muller, 1986).

A propósito de Toledo, não se poderia deixar de comentar, ainda, as relações socioeconômicas mantidas pelos seus moradores com Porto Alegre, a capital gaúcha⁴². Isto ocorreu, principalmente, nos primeiros anos de sua colonização, devendo-se ao fato de boa parte dos munícipes de Toledo serem procedentes do Rio Grande do Sul, conforme comentam Oberg e Jabine (1960, p. 51), referindo-se aos colonos de ascendência germânica e italiana que migraram para o município:

Porto Alegre é, para eles, tão importante quanto Curitiba. Muitos usam trajos gaúchos, tomam chimarrão e encomendam suas compras do Rio Grande do Sul. Sempre que podem, também visitam seus parentes neste estado.

É importante salientar que a sede da companhia Maripá estava situada em Porto Alegre (COLODEL, 1988). Sendo assim, considerando-se a importante atuação desta companhia mediante a estruturação econômica e social do município de Toledo em seus primeiros anos de existência, pode-se argumentar que

⁴¹ Indústria frigorífica nacional de grande porte.

⁴² Gaúcho, neste caso, é utilizado como sinônimo de rio-grandense-do-sul, gentílico que designa as pessoas nascidas no estado do Rio Grande do Sul.

este fato também contribuía para que as relações mantidas com a capital gaúcha fossem notórias.

Contudo, conforme já foi mencionado, a facilitação dos relacionamentos entre o Oeste Paranaense e Curitiba, proporcionada pela reestruturação da BR-277, contribuiu para que, aos poucos, a capital paranaense passasse a exercer maior influência sobre os municípios dessa Mesorregião, suprimindo as relações socioeconômicas que mantinham também com o extremo sul do país.

Com efeito, posteriormente ao término das obras da rodovia BR-277, foi iniciada a construção da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional, em janeiro de 1975, contribuindo para o fortalecimento do eixo Cascavel – Foz do Iguaçu, uma vez que, segundo Peris (2002), o município de Cascavel tornou-se um grande fornecedor de bens e serviços auxiliares à construção da usina. Mas a principal consequência da construção da Itaipu foi a reorganização dos municípios pólo da Mesorregião Oeste. Para se ter uma idéia, a população de Foz do Iguaçu, conforme o Censo Demográfico de 1970, era de 33.966 habitantes, muito inferior, portanto, à população de Cascavel (89.921), Assis Chateaubriand (78.600), Toledo (68.885), ou, até mesmo, Marechal Cândido Rondon (43.776) e Palotina (43.005).

Todavia, argumenta-se que a população residente não seja um bom indicador para se determinar a importância regional de um centro qualquer, sobretudo em áreas de ocupação recente (DUARTE, 1977), como era o caso da Mesorregião Oeste Paranaense em 1970. Podem ocorrer casos de centros com equipamento funcional de alto nível e grande volume populacional, mas que apresentam baixas taxas de crescimento, e por isso acabam não se destacando mediante os demais núcleos da região. Em contrapartida, centros jovens e que

crecem rapidamente podem acabar atendendo uma grande população em sua área de influência mesmo sem um equipamento funcional adequado ao seu contingente populacional (DUARTE, 1977). Portanto, pode-se considerar que a taxa de crescimento populacional seja um bom indicador quando se deseja medir a importância regional de um centro qualquer.

Porém, há um grande problema para se comparar as taxas geométricas de crescimento populacional dos municípios da Mesorregião Oeste Paranaense anteriormente ao período intercensitário de 1970 a 1980, pois, oficialmente, tais estatísticas não foram divulgadas. Além disso, há dificuldades para se calcular tais taxas porque, em 1960, existiam apenas cinco municípios na Mesorregião, quais sejam, Cascavel, Foz do Iguaçu, Guaíra, Guaraniaçu e Toledo, já em 1970, a quantidade de municípios havia aumentado para dezenove em virtude de um rápido processo de emancipações. Não obstante, se se comparar a população de Foz do Iguaçu, anunciada no Censo Demográfico de 1960 (28.212), com a de 1970 (33.966), ver-se-á que o referido município apresentou um baixo crescimento demográfico em relação ao decênio posterior.

A taxa de crescimento da população total de Foz do Iguaçu, entre os Censos de 1970 e 1980, corresponde a 13,90% ao ano, mas a taxa geométrica de crescimento de sua população urbana é ainda mais extraordinária (16,59%). Os cidadãos de Foz do Iguaçu se elevaram de 20.064 para 101.538 em apenas uma década.

O estudo de Duarte (1977), que aborda o sistema urbano da região Sul do Brasil, a despeito da data de sua publicação, fora equacionado, em maior parte, com dados da década de 1960. O objetivo do autor era realizar a classificação hierárquica das localidades centrais da região Sul, além de determinar a

abrangência de suas respectivas áreas de influência (DUARTE, 1977). Como conclusão, Duarte (1977) sustenta que, pertencente ao subsetor da região urbana de Ponta Grossa, Cascavel era o centro sub-regional de categoria 3a, estando, a este núcleo, vinculados dois centros locais de categoria 4a, quais sejam, Toledo e Foz do Iguaçu, e, por intermédio de Toledo, um centro local de categoria 4b, referindo-se a Marechal Cândido Rondon. Guaíra também se destacava regionalmente enquanto centro local de categoria 4b⁴³.

De acordo com o diagnóstico econômico efetuado por Duarte (1977), Cascavel e Toledo possuíam uma economia diversificada, relativamente equilibrada entre a produção industrial e a comercialização de bens e prestação de serviços à população dos demais municípios da Mesorregião Oeste; se bem que a área de influência de Cascavel era maior do que a de Toledo, além do fato de Cascavel atuar mais intensamente na coleta e beneficiamento de produtos agrícolas. Foz do Iguaçu, contudo, era um centro turístico, especialmente dinamizado pelo porto fluvial existente em seu perímetro.

Baseando-se nas proposições de Duarte (1977), pode-se dizer que, apesar de Toledo e Foz do Iguaçu figurarem no mesmo nível e categoria urbana, Toledo, em termos econômico-regionais, aparentava ser mais importante do que Foz do Iguaçu. Poucas décadas depois esta situação havia se alterado.

Em estudos de Moura e Werneck (2001) e Ipardes (2005), cujas análises da hierarquia do sistema urbano foram elaboradas com base nos estudos intitulados Região de Influência das Cidades (REGIC) – realizados pelo IBGE em

⁴³ Conforme a classificação utilizada por Duarte (1977), existiam quatro níveis hierárquicos, todos divididos em duas categorias, a saber: 1º nível, categorias 1c (centro metropolitano regional) e 1d (grande centro regional metropolitano); 2º nível, categorias 2a e 2b (centros regionais); 3º nível, categorias 3a e 3b (centros sub-regionais); e 4º nível, categorias 4a e 4b (centros locais).

1978 e 1993 e publicados, respectivamente, em 1987 e 2000 –, em 1993, Foz do Iguaçu foi apontado como município com centralidade de nível forte para médio, enquanto Toledo foi identificado com nível médio de centralidade. Como os autores fornecem subsídios para se comparar as duas publicações do IBGE, nota-se que Toledo diminuiu seu nível de centralidade. Isto ocorreu porque Toledo e Cascavel, a partir da década de 1980, passaram a insinuar a formação de uma aglomeração urbana, e, neste caso, o caráter seletivo dos elementos que conferem centralidade aos núcleos urbanos favoreceu Cascavel, em detrimento de Toledo (MOURA & KLEINKE, 1999; MOURA & WERNECK, 2001; IPARDES, 2005).

Esta inversão da polarização entre Toledo e Foz do Iguaçu também parece ser resultado de uma maior especialização do segundo, fortemente condicionada pela construção da Usina de Itaipu. Assim, além de um centro turístico por vocação, em função da existência das Cataratas do Iguaçu, de fins de 1970 em diante, a referida usina também passou a se tornar um atrativo de Foz do Iguaçu, além de sua construção ter fomentado um célere processo de crescimento e urbanização que resultou no fortalecimento da economia urbana deste município.

Todavia, não somente a construção da Usina de Itaipu foi responsável pelo incremento populacional urbano de Foz do Iguaçu. O alagamento do reservatório da usina e o forte processo de mecanização e automação pelo qual passou o setor agrícola do Paraná, adquirindo maior ímpeto na década de 1970, também contribuíram para tanto, assim como o fizeram em relação à Mesorregião Oeste Paranaense como um todo.

As comportas da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional foram fechadas em 1982, condicionando a elevação do nível das águas do Rio Paraná e, conseqüentemente, o alagamento de extensas áreas habitadas e cultivadas no

Paraguai e Brasil. Considerando-se apenas o espelho d'água formado pelo reservatório, tem-se uma extensão de, aproximadamente, 1.350 Km², contudo, quando somado à faixa de proteção do lago, a área não habitável se amplia para 1.800 Km² (MAZZAROLLO, 2003).

Os municípios brasileiros situados nas margens do Rio Paraná atingidos pelo empreendimento foram, na época, Santa Helena, Marechal Cândido Rondon, Terra Roxa, Guaíra, Matelândia, Medianeira, São Miguel do Iguçu e Foz do Iguçu (COLODEL, 2002)⁴⁴. Mazzarollo (2003) destaca que o município de Santa Helena foi o que sofreu a maior perda territorial, tendo 31,73% de suas terras submersas, enquanto o município de Foz do Iguçu foi o que teve a maior perda de terras cultivadas: 33% de sua produção agrícola foi coberta pelas águas. Porém, estima-se que Guaíra tenha sido o município mais prejudicado: além de ter perdido um importante atrativo turístico – as Sete Quedas e parte do Parque Nacional –, ainda teve boa parte de sua infra-estrutura turística e urbana submersa.

Na verdade, é difícil precisar o quanto a formação do lago da Usina de Itaipu impactou sobre os índices de urbanização da Mesorregião Oeste Paranaense, porém, em virtude do número de pessoas atingidas – 42.444 habitantes no total, sendo 38.445 do meio rural e 3.999 do meio urbano (SOUZA, 2002) –, é plausível a hipótese de que este fato tenha repercutido sobre a estrutura da ocupação territorial da Mesorregião.

Na verdade, a desapropriação forçosa de muitas famílias de agricultores, em decorrência do represamento das águas da Usina de Itaipu, foi mais

⁴⁴ A Itaipu Binacional passou a indenizar os municípios atingidos pelo alagamento do seu reservatório através do pagamento de *royalties*. A princípio, apenas os municípios citados eram indenizados, porém, em virtude de diversas emancipações ocorridas no período, atualmente também recebem *royalties* os municípios de Diamante D'Oeste, Entre Rios do Oeste, Itaipulândia, Mercedes, Missal, Pato Bragado, São José das Palmeiras e Santa Terezinha de Itaipu, além de Mundo Novo, situado no estado do Mato Grosso do Sul (COLODEL, 2002).

um agravante da expropriação campesina que já vinha se procedendo em função da modernização agrícola.

Na Mesorregião Oeste Paranaense, a modernização agrícola foi um processo “marcado pela introdução maciça, no campo, de avançadas técnicas de cultivo, de substituição de culturas alimentares pela produção de *commodities* e de alterações radicais nas relações de trabalho” (IPARDES, 2003a, p. 24).

Em outras palavras, no que respeita a base técnica da produção, o que se viu foi a substituição do complexo rural pelo complexo agroindustrial. A propósito das relações trabalhistas, desencadeou-se uma ampliação do assalariamento, em detrimento das relações do tipo familiares e camponesas, assim como ocorreu em boa parte do território nacional (FABRINI, 2001).

O método de cultivo realizado pelos pequenos produtores agrícolas se tornou arcaico e pouco competitivo, sendo suplantado pelo emprego de tratores, colheitadeiras e insumos de toda natureza, restritamente acessíveis.

Sendo assim, na Mesorregião Oeste Paranaense, a especialização da produção, fundamentalmente assentada no cultivo da soja, mais o fortalecimento das indústrias de processamento de produtos agrícolas e pecuários, sejam privadas ou cooperativas, somadas, ainda, à concentração da estrutura fundiária e redução da mão-de-obra empregada no campo são, sem dúvida, a marca do processo de desenvolvimento tecnológico ocorrido no bojo da produção agropecuária (IPARDES, 2003a).

O esvaziamento do campo suscitou, pela primeira vez, assim como ocorreu no Brasil e Paraná de um modo geral, uma taxa de decréscimo da população rural da Mesorregião Oeste Paranaense, atingindo -2,33% ao ano entre

1970 e 1980. Por outro lado, as taxas de incremento anual da população urbana, que corresponderam a 12,48%, novamente superaram as do Brasil (4,44%) e do Paraná (5,97%). Merecem destaque os municípios de Foz do Iguaçu – lócus da construção da Usina de Itaipu –, Corbélia, São Miguel do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon e Cascavel, cujas populações urbanas cresceram a taxas mais elevadas do que as registradas para a Mesorregião Oeste, provavelmente incrementadas, como já mencionado, pelo acúmulo dos egressos do campo.

Nesse contexto, não tardaram as reivindicações regionais manifestadas pelos expropriados do meio rural. Concomitantemente ao movimento favorável à reforma agrária desencadeado pelos camponeses expropriados, devido a sua impossibilidade de arcar com os custos da modernização do setor agrícola, também ocorreu o movimento de luta pela terra promovido pelos agricultores atingidos pela barragem de Itaipu. No início da década de 1980 surgiu, dessa maneira, o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO), que acabou se revelando um dos embriões do Movimento dos Sem Terra (MST) (SOUZA, 2002; MAZZAROLLO, 2003).

Comparativamente aos dados do Censo Agropecuário de 1985, realizado pelo IBGE, os dados de 1996 denotam que houve um processo de concentração da estrutura fundiária na Mesorregião Oeste Paranaense. O tamanho médio de seus estabelecimentos se ampliou de 25,97 para 29,11 hectares no período, apesar de ter diminuído o percentual da área total ocupada pelos estabelecimentos de 1.000 ou mais hectares, que passou de 10,70 para 9,55%. O número de estabelecimentos, no entanto, diminuiu de 70.075 para 62.461, correspondendo a uma queda exclusivamente condicionada pela redução dos

estabelecimentos de menos de 100 hectares de área, já que os estabelecimentos de maior porte se ampliaram de 3,56 para 5,46% do total.

Conforme Kleinke, Deschamps e Moura (1999), a concentração da estrutura fundiária repercute não somente sobre o proprietário do imóvel, como também afeta o pessoal ocupado na atividade agropecuária, ocasionando a diminuição da força de trabalho efetivamente ocupada neste setor. Nesse sentido, a liberação da população rural da Mesorregião Oeste, em virtude, principalmente, da concentração da estrutura fundiária, provavelmente seja a maior causa dos fortes incrementos de população urbana experimentado pelos três maiores centros da Mesorregião – Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo – entre os anos de 1980 e 2000.

Entre 1980 e 1991, o IBGE não registrou município algum, situado na Mesorregião Oeste Paranaense, onde a taxa de crescimento anual da população rural tivesse sido positiva. Aliás, 72,22% dos 36 municípios existentes em 1991 conheceram taxas de crescimento anual negativas inclusive no que concerne à sua população total. Entre 1991 e 2000 esta situação pouco se alterou: apenas três municípios tiveram incremento da taxa geométrica de crescimento de sua população rural, ao passo que em 56% dos 50 municípios existentes em 2000 a taxa de crescimento da população total também foi negativa.

Isto induz à afirmação de que as taxas de crescimento positivas da população total da Mesorregião Oeste como um todo, da ordem de 0,51 e 1,28% ao ano, registradas, consecutivamente, entre 1980/1991 e 1991/2000, foram sustentadas pelo crescimento urbano de poucos centros, dentre eles aqueles citados acima. Para se ter uma idéia, o crescimento da população total dos municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo, entre 1980 e 2000, foi de 221.003 pessoas, enquanto a Mesorregião Oeste como um todo apresentou um incremento

de apenas 177.807 habitantes. Isto é, excetuando-se Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo, os demais municípios da Mesorregião Oeste Paranaense perceberam um decréscimo de 43.196 habitantes.

Constantes taxas de crescimento populacional acima da média mesorregional, especialmente no que respeita o crescimento urbano, promoveram Cascavel à categoria de principal pólo do Oeste Paranaense. A consolidação de sua economia urbana, aliada à condição de município ponta de trilhos⁴⁵ desde 1996 o condicionaram, conforme Caracterização (2001), à integração da rede nacional de cidades no âmbito da produção e distribuição de bens e serviços de consumo, tornando-se uma ponte para os municípios de seu entorno ao acesso aos bens produzidos externamente à Mesorregião. Além disso, o referido estudo destaca Cascavel pelo desempenho das funções de alta e média complexidade para o atendimento das demandas regionais, especialmente se tratando de serviços médico-hospitalares.

Entretanto, a ampliação dos trilhos da Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. (FERROESTE) até Foz do Iguaçu e Guaíra, de acordo com o planejamento inicial da empresa, deverá causar, pelo menos em parte, um arrefecimento da dinâmica econômica de Cascavel. Isto deverá ocorrer porque, atualmente, boa parte da produção agropecuária (incluindo seus derivados) realizada na área de influência da Ferroeste⁴⁶ é deslocada até Cascavel para, posteriormente, ser transportada ao Porto de Paranaguá. Em contrapartida, a extensão da Ferroeste deverá motivar e fortalecer a economia de Guaíra (AMOP,

⁴⁵ De acordo com Corrêa (2004 *apud* BESSA, 2005), ponta de trilhos designa aquelas cidades onde a ferrovia, ao ser construída, acabou estacionando por algum tempo.

⁴⁶ A área de influência da Ferroeste abrange o oeste e sudoeste do estado do Paraná, parte do Mato Grosso do Sul e regiões produtoras de grãos e cereais do Paraguai e noroeste da Argentina (AMOP, 2000; FERROESTE, 2006).

2000), fazendo deste município, no lugar de Cascavel, o centro de convergência de cereais produzidos, principalmente, no Mato Grosso do Sul e Paraguai (FERROESTE, 2006).

Situação diametralmente oposta, em relação a Cascavel, foi vivenciada pelo município de Assis Chateaubriand. Conforme mencionado, na década de 1970 este núcleo possuía uma população de 78.600 habitantes, correspondendo ao segundo maior contingente populacional da Mesorregião Oeste, mas apenas 14,30% das pessoas residiam no meio urbano. Uma forte geada, ocorrida em 1975, marcou a inflexão do ciclo cafeeiro do Paraná, inclusive de Assis Chateaubriand e redondezas (SOUTO MAIOR, 1996; DEMARCHI, 2003). Simultaneamente, a expropriação dos pequenos agricultores e a substituição dos empregados na lavoura pelos tratores e colheitadeiras, tendo em vista o cultivo da soja e trigo, selou o destino de muitos habitantes do município, que acabaram emigrando em direção ao Mato Grosso, São Paulo, Goiás, Brasília, Rondônia e Repúblicas do Paraguai e Bolívia (SOUTO MAIOR, 1996).

Entre 1970 e 2000, a taxa geométrica de crescimento anual da população rural chegou a atingir 11,08% negativo em Assis Chateaubriand, apesar de o crescimento da população urbana ter se mantido positivo até 1991. Como consequência, o Censo Demográfico de 2000 revelou que a população de Assis Chateaubriand estava reduzida a 33.317 habitantes, com 81,20% das pessoas residindo em área urbana.

Este fato é ilustrativo da extrema dependência mantida por alguns municípios em relação ao campo, cujo modo de colonização, baseado na pequena propriedade agrícola, lhes garantia um contingente populacional, de certa forma,

elevado para uma região recentemente ocupada, caracterizada como última fronteira agrícola do Paraná.

Em síntese, o que se pode dizer é que, dentre outros elementos, os investimentos em infra-estrutura e a introdução de novas técnicas de cultivo, incluindo todas as suas conseqüências que afetaram os pequenos agricultores familiares ou camponeses da Mesorregião Oeste Paranaense, fizeram com que, aos poucos, a taxa de população rural dessa área passasse a se equiparar à taxa de população rural do Brasil.

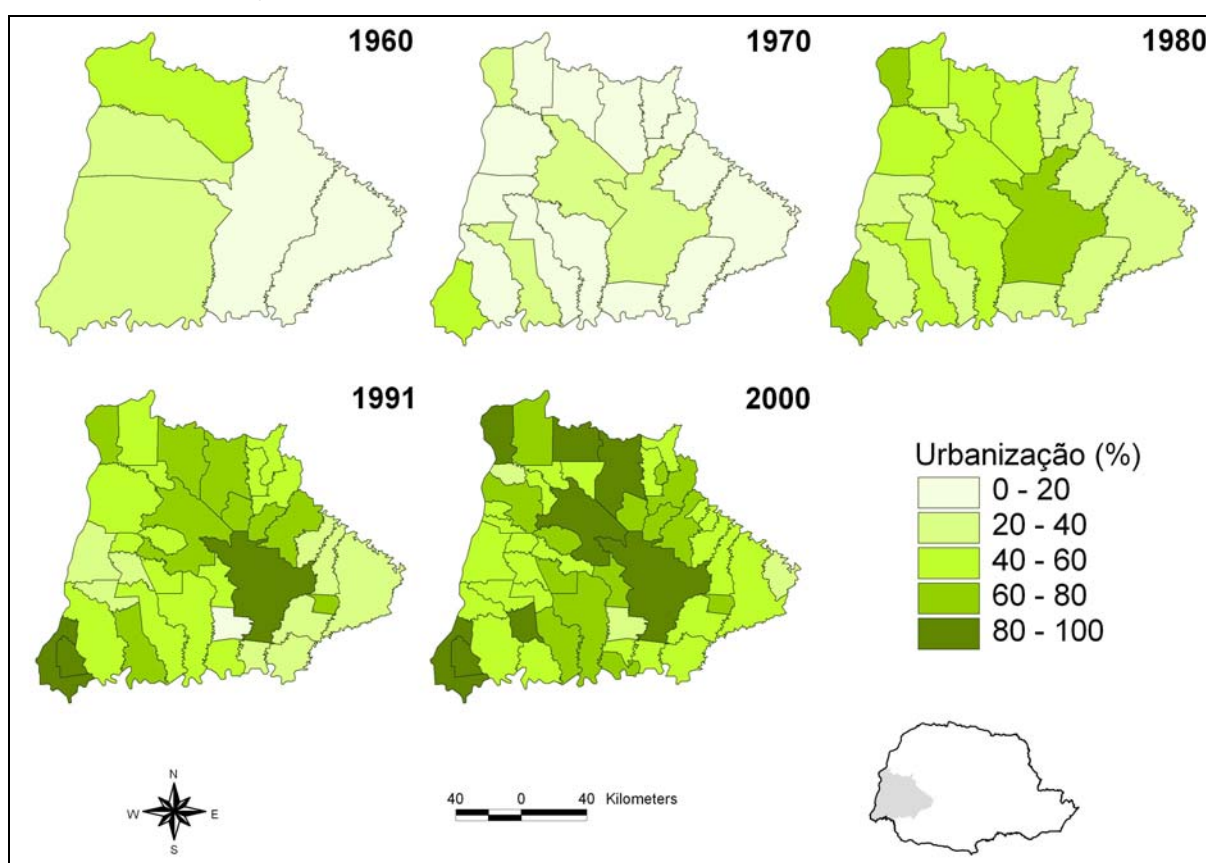
Em 1960, 76,84% dos habitantes do Oeste Paranaense residiam no meio rural, ao passo que, para o Brasil, este índice correspondia a 55,33%. Devido ao fluxo contínuo de imigrantes em busca de novas terras agricultáveis na referida Mesorregião, sua população rural aumentou consideravelmente entre 1960 e 1970, de modo que, ao final do período, 80,32% de seus habitantes viviam no campo, enquanto, para o Brasil, este foi o período que entrou para sua história demográfica devido à inversão dos índices de residência da população, considerando os locais de domicílio: em 1970, apenas 44,08% dos habitantes do país estavam residindo no meio rural. De 1970 em diante, as taxas de população rural, de modo geral, apenas decaíram, de forma que, em 2000, 18,77% dos habitantes do Brasil residiam no meio rural, enquanto, na Mesorregião Oeste, este índice correspondia a 18,40%.

Tomando-se o caso do estado do Paraná, percebe-se que as taxas relacionadas ao local de domicílio da população residente evoluíram em consonância às taxas apresentadas pelo Brasil: em 1960, 69,40% dos habitantes do Paraná viviam no meio rural, já em 2000, esta taxa correspondia a 18,59%.

É seguro afirmar que a Mesorregião Oeste Paranaense ainda está em franco processo de reestruturação da configuração de sua ocupação territorial,

mesmo após terem cessado os impactos provocados pelos grandes empreendimentos estatais. Isto quer dizer que os índices de urbanização, que se mostraram crescentes entre 1970 e 2000 (Figura 7; Apêndice A), tendem a se ampliar, até porque, conforme o Censo de 2000, muitos municípios ainda contam com uma população rural bastante superior à mediana intra-regional (42,34%), tais como Diamante do Sul (69,53%), Mercedes (67,53%), Lindoeste (61,73%), Serranópolis do Iguaçu (59,32%), Três Barras do Paraná (58,29%), Campo Bonito (55,93%), Braganey (55,10%) e Ramilândia (54,65%), principalmente.

Figura 7 – Urbanização dos municípios da Mesorregião Oeste Paranaense (1960-2000)



FONTE: IBGE, Censos Demográficos; **BASE CARTOGRÁFICA:** IBGE (2003a), modificado com base em Ipardes (2003c); **ELABORAÇÃO:** REOLON, Cleverson A.

Apesar da tendência à urbanização, é difícil imaginar que, algum dia, todos os municípios da Mesorregião Oeste irão atingir taxas de urbanização tão

elevadas quanto as apresentadas, atualmente, por Foz do Iguaçu (99,22%) ou até mesmo Cascavel (93,20%), embora, como afirmado, a tendência aponte para a continuidade do processo de concentração espacial da população nas cidades, seguindo, conforme sugere Souza (2005), o padrão demográfico-comportamental apresentado pelo país de um modo geral. Os indícios que sustentam a hipótese anterior encontram fundamento na análise da dinâmica econômica da Mesorregião.

A economia do Oeste Paranaense é dinamizada, basicamente, pelo setor agropecuário, como demonstraram Lima *et al.* (2005) ao analisarem os dados do Produto Interno Bruto (PIB) municipal, correspondentes aos anos de 1970, 1980 e 1996. Além do mais, os agricultores proprietários, especialmente, das pequenas, mas também, médias propriedades agrícolas ainda remanescentes na Mesorregião Oeste, encontraram, nas novas atividades e relações capitalistas voltadas à produção de alimentos, alternativas para se manter no campo. Um exemplo disso é a criação e/ou engorda de suínos e aves para o abate, realizada por cooperativas e empresas privadas mediante, geralmente, o cooperativismo ou contratos de integração firmados entre empresas e produtores. Todavia, ao visitante que observa a paisagem da Mesorregião Oeste Paranaense, especialmente no período de verão, o produto agropecuário que mais se destaca é, sem dúvida, a soja.

De acordo com o Ipardes (2003a), num trabalho elaborado com dados da Produção Agrícola Municipal de 2001, em 37 municípios da referida Mesorregião, a cultura predominante na pauta agrícola era a soja⁴⁷. Nos 13 municípios restantes se sobressaíam o milho, o algodão e a mandioca⁴⁸.

⁴⁷ Assis Chateaubriand, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Cascavel, Céu Azul, Corbélia, Entre Rios do Oeste, Formosa do Oeste, Foz do Iguaçu, Guaíra, Iracema do Oeste, Itaipulândia, Jesuítas, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Matelândia, Medianeira, Mercedes, Missal, Nova Aurora, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Quatro Pontes, Santa

De um modo geral, o Ipardes (2003a) assegura que o Oeste Paranaense se destacou, em 2001, entre as demais mesorregiões do estado no que respeita a produção de alguns dos principais produtos agropecuários do Paraná, quais sejam, aves, suínos, leite, milho e soja. Outros produtos que mereceram realce, em termos de quantidade produzida, foram o trigo, aveia, arroz, fumo, ovos, mel, abacaxi, manga e banana.

Dados da Produção Pecuária Municipal de 2003 e da Produção Agrícola Municipal de 2004, divulgados pelo IBGE (2005b), dão conta de que, entre os principais produtos agropecuários da Mesorregião Oeste Paranaense, elencados pelo Ipardes (2003a) e mencionados anteriormente, o rebanho de 52.455.573 aves⁴⁹, existente em 2003, e a produção de 33.610 toneladas de aveia e 592.055 toneladas de trigo, realizadas em 2004, merecem realce de âmbito nacional. As aves correspondiam a 5,75% do total de cabeças existentes no Brasil, ao passo que as produções de aveia e trigo representaram, respectivamente, 7,59 e 10,30% dos totais produzidos no país.

Ainda mantendo-se o foco sobre os, já citados, principais produtos agropecuários da Mesorregião Oeste Paranaense, procurou-se avaliar o desempenho individual de cada município da referida Mesorregião mediante os demais municípios produtores do país. Os resultados demonstraram que muitos municípios da Mesorregião Oeste se distinguiram, dentre os 5% maiores produtores do Brasil, no que respeita às produções nacionais de aves, leite de vaca, mandioca,

Helena, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, São Pedro do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo, Tupãssi e Vera Cruz do Oeste.

⁴⁸ Correspondendo, respectivamente, aos seguintes municípios: Pato Bragado, Lindoeste, Capitão Leônidas Marques, Diamante do Sul, Guaraniaçu, Ibema, Catanduvas e Três Barras do Paraná; São José das Palmeiras, Diamante D'Oeste e Ramilândia; Anahy e Iguatu.

⁴⁹ Galinhas, galos, frangas, frangos e pintos.

mel de abelha, milho, ovos de galinha, soja, suínos e trigo. Dentre os 2% maiores produtores do Brasil, destacaram-se, conforme o item agropecuário, a quantidade produzida e a posição no ranking nacional, os seguintes municípios:

- Aves (rebanho acima de 2.353.249 cabeças) – Toledo (2º), Cascavel (9º), Cafelândia (37º), Palotina (38º) e Nova Aurora (52º);
- Leite de vaca (produção acima de 32.997.900 litros) – Marechal Cândido Rondon (12º), Toledo (13º) e Santa Helena (52º);
- Mandioca (produção acima de 52.000 toneladas) – Guaíra (40º) e Marechal Cândido Rondon (48º);
- Milho (produção acima de 101.370 toneladas) – Assis Chateaubriand (32º) e Palotina (40º);
- Ovos de galinha (produção acima de 9.990.800 dúzias): Toledo (12º) e Cascavel (17º);
- Suínos (rebanho acima de 56.544 cabeças) – Toledo (1º) e Marechal Cândido Rondon (11º);
- Trigo (produção acima de 48.660 toneladas) – Assis Chateaubriand (3º) e Toledo (8º).

Embora não se tenha mencionado, a piscicultura de água doce também possui contornos importantes na Mesorregião Oeste Paranaense,

especialmente na Microrregião de Toledo⁵⁰, onde Scatolin *et al.* (2001) identificaram um Arranjo Produtivo Local (APL)⁵¹ em constituição.

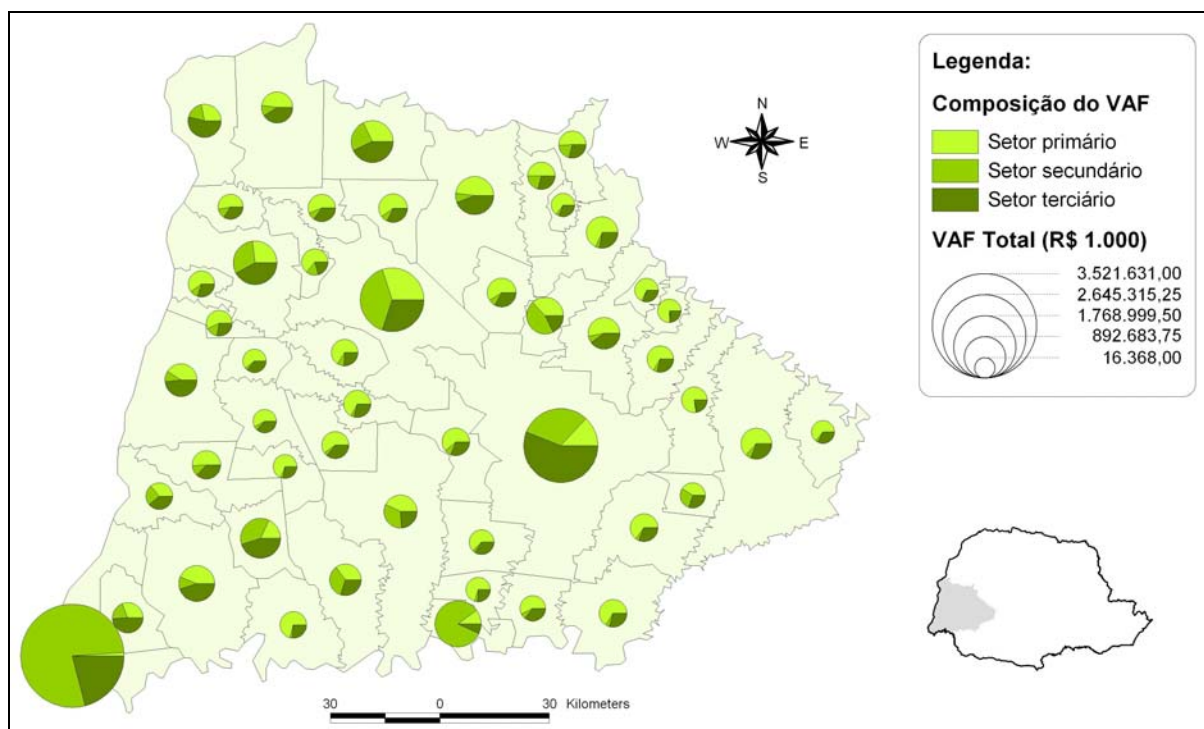
Todas as estatísticas e informações relatadas são ilustrativas da importância que o setor agropecuário possui na Mesorregião Oeste Paranaense. Mesmo em Toledo, onde a economia é diversificada entre os três setores básicos – primário, secundário e terciário (Figura 8) –, conjunturas desfavoráveis para a agropecuária possuem efeitos multiplicadores sobre a indústria, comércio e serviços, conforme sugere uma notícia publicada no jornal Gazeta do Povo (2006): em virtude da gripe aviária, febre aftosa e estiagem, “o movimento no comércio de cidades como Toledo (oeste), por exemplo, caiu e, com as demissões nos frigoríficos, todo dia formam-se longas filas de desempregados em busca de trabalho”⁵².

⁵⁰ A Microrregião de Toledo é constituída pelos municípios de Assis Chateaubriand, Diamante D'Oeste, Entre Rios do Oeste, Formosa do Oeste, Guaíra, Iracema do Oeste, Jesuítas, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Mercedes, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Bragado, Quatro Pontes, Santa Helena, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguçu, Terra Roxa, Toledo e Tupãssi (IBGE, 2003a).

⁵¹ Conforme Scatolin *et al.* (2001, p. 55), o conceito de APL “faz referência a um arranjo local de firmas posicionadas em diferentes âmbitos da cadeia produtiva – tanto concorrentes quanto complementares – e a instituições de apoio como universidades, institutos de pesquisa, associações de classe, etc. Tal arranjo está caracterizado pela maior densidade de suas articulações intra-setoriais, pela sua concentração geográfica e pelas sinergias que são geradas no seu interior em termos de progresso técnico, produtividade e competitividade.”

⁵² Disponível em: <<http://canais.ondarpc.com.br/noticias/controlado/impressao.phtml?id=545144>>. Acesso em: 25 jul. 2006.

Figura 8 – Composição do Valor Adicionado Fiscal (VAF) dos municípios da Mesorregião Oeste Paranaense (2002)



FONTE: IBGE (2005b); **BASE CARTOGRÁFICA:** IBGE (2003a); **ELABORAÇÃO:** REOLON, Cleverson A.

Embora, por via de regra, em função de se tratar de cadeias produtivas, não apenas os setores primário e secundário estejam concatenados, incluindo também o terciário, tornando-se difícil distingui-los, a análise da composição do Valor Adicionado Fiscal (VAF)⁵³ ainda é um recurso válido e amplamente utilizado para se dimensionar a participação de cada setor na geração da renda municipal.

O cartograma da Figura 8, equacionado com dados apresentados pelo IBGE (2005b), relativos ao ano de 2002, demonstra que o VAF no setor industrial está pouco disperso, concentrando-se, especialmente, nos municípios de

⁵³ Segundo Rodrigues (2005, p. 76), VAF trata-se de “um montante de impostos auferidos pelo fisco, cobrado de cada município, relacionado a um setor de atividade”. O IBGE (2005b) definiu o VAF como um valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo, sendo a contribuição ao PIB pelas diversas atividades econômicas, obtidas pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

Foz do Iguaçu, Cascavel, Toledo, Capitão Leônidas Marques, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Cafelândia, Palotina e Céu Azul, cuja contribuição ao VAF total da Mesorregião, considerando-se o referido setor, excede 1% em cada caso. Quanto à composição do VAF total de cada município, além dos já citados, salientam-se também Matelândia, Ibema e Itaipulândia, onde a atividade industrial contribui com mais de 25%.

Todavia, é importante salientar que o VAF gerado pelo setor industrial do município de Foz do Iguaçu é amplamente influenciado pela produção e distribuição da energia elétrica gerada pela Usina de Itaipu (FONSECA, 2002; IPARDES, 2003a). Muito provavelmente, este também seja o caso de Capitão Leônidas Marques, onde se localiza a Usina Hidrelétrica Governador José Richa (Salto Caxias) (COPEL, 2006).

Quanto aos demais municípios, indústrias do segmento de madeira e mobiliário possuem evidência em Cascavel e Medianeira, assim como o ramo têxtil destaca Cascavel, Toledo e Terra Roxa perante os demais municípios da Mesorregião Oeste, apesar de Terra Roxa, em termos gerais, não contar com um setor industrial muito dinâmico (IPARDES, 2003a). Em Ibema, o moderado desempenho do setor secundário está associado às indústrias do ramo de papel e celulose (FONSECA, 2002).

Outras modalidades de empresas, voltadas à produção de veículos de transporte coletivo e medicamentos, como a Mascarello e a Prati e Donaduzzi, instaladas, respectivamente, em Cascavel e Toledo, contribuem para diversificar, mesmo que modestamente, e dar impulso à economia regional (CASCAVEL, 2004a; TOLEDO, 2005). Ratifica-se, contudo, que a atividade agroindustrial é predominante na maior parte dos municípios cujo setor secundário apresenta algum dinamismo

(FONSECA, 2002). Isto é o que sustenta, também, o Ipardes (2003a; 2005), ao generalizar o fato de que a produção industrial da Mesorregião Oeste Paranaense é orientada, sobretudo, pelo agronegócio cooperativo, resultando investimentos em unidades processadoras e em novos produtos, com reflexos, também, sobre o segmento de equipamentos agrícolas e estruturas metálicas, como silos e galpões de armazenamento, embora, como se percebe, a inversão de investimentos em favor do setor industrial é uma realidade restrita a poucos centros.

Analisando-se a Figura 8, nota-se que, em 64% dos municípios da Mesorregião Oeste, o setor agropecuário é responsável por mais de 50% do VAF gerado, e isto se coaduna com a participação de menos de 25% no VAF gerado no setor secundário ou no terciário. Em outras palavras, este fato revela uma dependência de alguns municípios em relação a outros centros regionais que abrigam atividades situadas a montante ou à jusante da cadeia produtiva agropecuária. Há, ainda, casos extremos, como os de Campo Bonito, Iguatu ou Quatro Pontes, onde o VAF gerado tanto no setor secundário quanto no terciário não chegam a superar 25%, sugerindo que os insumos necessários à produção realizada no campo são adquiridos em outros centros regionais, assim como a produção agropecuária é enviada a outras localidades para que sejam processadas, onde os produtos também adquirem maior valor agregado.

Na Mesorregião Oeste Paranaense, agroindústrias cooperativas, bem como de caráter privado, estão instaladas, especialmente, nos municípios de Assis Chateaubriand, Cafelândia, Cascavel, Céu Azul, Itaipulândia, Marechal Cândido Rondon, Matelândia, Medianeira, Palotina e Toledo, responsabilizando-se por atividades variadas, como abate de suínos, bovinos e outras reses, abate e processamento de aves, preparação de carnes, produção de óleos e gorduras

vegetais, produção de bebidas, produção de conservas congeladas de legumes, batata palito, mandioca e seletas (diversos legumes), dentre outras atividades (FONSECA, 2002; IPARDES, 2003a; IPARDES, 2005; OCEPAR, 2006).

Esta produção é, em parte, amparada por instituições e fundações de pesquisa, incubadoras e parques tecnológicos instalados em alguns municípios da Mesorregião Oeste, como o Parque Tecnológico Industrial do Oeste e a Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico (FUNDETEC), ambos situados em Cascavel; o Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), com localização em Cascavel, Palotina e Medianeira; a Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Toledo (FUNTEC), situada em Toledo; a Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Marechal Cândido Rondon (FUNDEMARC), de Marechal Cândido Rondon; dentre outros (IPARDES, 2005). O Parque Tecnológico Industrial do Oeste possui laboratórios de diagnóstico animal e controle de alimentos e de controle e desenvolvimento de produtos, insumos e processos agroindustriais, além de uma incubadora tecnológica, oficinas de apoio e estruturas para promoção de cursos, capacitação, treinamento e divulgação e intercâmbio de tecnologias (IPARDES, 2003a; 2005). Não obstante, o desenvolvimento de pesquisa e tecnologia da Mesorregião Oeste encontra-se ancorado, sobretudo, nas instituições de ensino superior instaladas em seus municípios (IPARDES, 2003a).

Em 2005, eram vinte e nove *campus* e extensões de diversas instituições de ensino superior, entre universidades, faculdades, faculdades integradas e centros de educação tecnológica, concentrando-se, em sua maior parte, em Foz do Iguaçu (28%), Cascavel (24%) e Toledo (14%) (IPARDES, 2005; PARANÁ, 2006). Em 2001, as instituições até então instaladas na Mesorregião Oeste ofertavam quarenta e sete cursos de graduação, sendo, vários deles,

direcionados ao atendimento da demanda dos setores industrial e de serviços mobilizados pelas cadeias produtivas agropecuárias, como Agronomia, Engenharia Agrícola, Engenharia de Pesca, Engenharia da Produção Agroindustrial, Medicina Veterinária, Nutrição e Tecnologia de Alimentos (IPARDES, 2004b). Atualmente, em Cascavel, Toledo e Marechal Cândido Rondon, também são ofertados cursos de pós-graduação, em nível de mestrado, em Engenharia Agrícola, Desenvolvimento Regional e Agronegócio e Agronomia (IPARDES, 2003a).

Apesar de tudo, o Ipardes (2003a) parece reconhecer que há uma certa deficiência na articulação entre as instituições de ensino superior, órgãos de pesquisa e demais instituições públicas e privadas, como os governos locais e empresas imbuídas na produção de gêneros derivados da cadeia produtiva agropecuária, situados na Mesorregião Oeste Paranaense, ao certificar que, na data de publicação de seu estudo, ainda era iminente a inter-relação entre esses organismos sociais. No mesmo estudo, também se defendia que o aprofundamento dessas inter-relações poderia, no futuro, representar um “embrião de um sistema local de CT&I, com perspectivas de apoio e subsídios à base produtiva regional”⁵⁴ (IPARDES, 2003a, p. 105).

O que se observa em diversos municípios da Mesorregião Oeste Paranaense é, todavia, indicativo de uma transição econômica e social que se processa no bojo das relações estabelecidas entre a cidade e o campo. Em outras palavras, não se está mais diante de um modo tradicional de produção agrária, ou seja, em que há dicotomia entre o rural e o urbano, pelo contrário, parafraseando-se Santos (1993), pode-se dizer que algumas cidades se adaptaram às demandas do

⁵⁴ CT&I: ciência, tecnologia e inovação.

campo, cuja produção se encontra, agora, repleta de ciência, tecnologia e informação: é a “urbanização do território” (p. 125).

Em 1997, na cidade de Marechal Cândido Rondon, ao proferir o discurso da aula inaugural do curso de Geografia da Unioeste, Santos (2000, p. 54) destacou:

Tudo nesta região do Brasil mostra já a produção de um outro meio geográfico diferentemente dos períodos anteriores, porque a presença da técnica e da ciência não está apenas na cidade, mas também no campo, através de uma agricultura moderna, altamente mecanizada, altamente quimicizada e modificada pelo trabalho científico.

Nesse sentido, principalmente às cidades de Cascavel e Toledo, o termo região agrícola (SANTOS, 1993, p. 65) soa bastante oportuno. Tratam-se de cidades médias que, de fato, passaram a regular a produção realizada no campo, mas que ainda são dinamizadas, sobretudo, pela produção agropecuária e agroindustrial. Em última análise, poder-se-ia dizer que, apesar de ensaiarem, em longo prazo, uma transição para o urbano de fato, Cascavel e Toledo ainda estão muito longe de lograr maior autonomia em relação às atividades que lhes deram origem. Por outro lado, a dinâmica urbana de tais cidades parece engendrar problemáticas metropolitanas propriamente ditas, o que, até bem pouco tempo, estava basicamente restrito aos grandes centros industriais localizados, principalmente, na orla litorânea do Brasil.

Braga (2005) também reconheceu a existência de problemáticas metropolitanas em cidades médias do interior do paulista. Muitos outros exemplos poderiam ser citados, já que este parece se um fenômeno que se tem dispersado, especialmente, no Centro-Sul do país.

Um elemento que parece ser de comum acordo à comunidade científica em geral que explica o surgimento de problemáticas metropolitanas em cidades médias situadas no interior do Brasil é a desconcentração das atividades produtivas (SOARES, 2005). Porém, algo que não deve ser ignorado é o fato de que as políticas públicas, orientadas pelo esforço de concentração de investimentos, acabaram privilegiando pontos específicos do território, estimulando ou simplesmente provendo as condições territoriais necessárias a um futuro processo de metropolização.

Amorim Filho (1984) ressalta, como já mencionado, que, além das metrópoles, as cidades médias também passaram a ser alvo privilegiado das políticas de planejamento urbano-regional na década de 1970. O autor cita que o primeiro plano de organização espacial que privilegiou as cidades médias brasileiras, no âmbito do governo federal, foi implementado a partir de 1976, sendo o Programa para as Cidades de Porte Médio (PCPM). Mediante muitos problemas, encerrou-se a primeira etapa deste Programa em 1977 e uma nova etapa foi iniciada em 1978. Na segunda etapa foram selecionadas novas cidades, dentre elas, Cascavel. O Programa previa investimentos para serem canalizados, em sua maior parte, ao fomento de projetos voltados à escala intra-urbana, relacionados à infra-estrutura viária e de transporte, saneamento, planejamento e administração urbana e municipal e infra-estrutura social (AMORIM FILHO, 1984).

No entanto, Amorim Filho (1984) assinala que a falta de recursos comprometeu o andamento do Programa para as Cidades de Porte Médio (PCPM), encerrado em 1979. A partir de então, passou a ser implementado o Programa para as Cidades de Porte Médio Mundial (PCPM/BIRD), realizado com o apoio do Banco Mundial. Enfim, imerso numa grande crise financeira e, mais tarde, desprovido da

centralização dos recursos mediante a Constituição de 1988, o governo federal passou a se mostrar incapaz de implementar ações que desencadeassem grande efeito sobre a organização espacial das cidades.

Na verdade, o fim da década de 1970, quando o Programa para as Cidades de Porte Médio (PCPM) fora iniciado, marca também o declínio do “milagre econômico” e início da crise financeira do país, resultante da escassez de recursos públicos. Na esteira deste processo ocorre uma forte mobilização em favor da redemocratização, o que, em outras palavras, representa o fortalecimento das esferas municipais e estaduais perante o governo federal. Como resultado, Azevedo e Guia (2004, p. 100) explicam que, “de formulador e, em grande medida, executor da política urbana do país, o governo federal passa a assumir o papel secundário na regulação de alguns programas pontuais”.

Notadamente, assim como ocorreu no âmbito do governo federal, a teoria dos pólos de crescimento também motivou as estratégias de desenvolvimento espacial no Paraná, assim como ainda parece produzir seus efeitos. As primeiras ações de planejamento executadas pelo governo deste estado ocorreram em função do I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), no início da década de 1970, estimulando a criação de três pólos industriais dinâmicos: no leste, Curitiba-Ponta Grossa; no norte, Londrina-Maringá; e no oeste, Cascavel-Toledo (SAHR, 2001).

A partir de 1977, as ações de planejamento do governo do Paraná mudaram, ao alinhar a sua estratégia de desenvolvimento espacial ao II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e ao, anteriormente citado, Programa para as Cidades de Porte Médio (PCPM) desenvolvido pelo governo federal. De acordo com Sahr (2001), fora criado o Programa Paranaense para as Cidades de Porte Médio,

cujos objetivos previam a desconcentração das atividades econômicas em direção às cidades de porte médio do estado.

Nos anos de 1980, fora concebida a Política Estadual de Desenvolvimento Urbano e, na década de 1990, a organização do espaço paranaense esteve pautada no, tão conhecido, Anel de Integração. Em linhas gerais, ambas estas políticas supunham o desenvolvimento regional e inter-regional através de uma ação desigual no espaço, o que significa que o governo estadual privilegiaria o desenvolvimento de centros estratégicos em cada região, como Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel e Guarapuava, especialmente (SAHR, 2001).

Atualmente, estão em discussão os Planos Regionais de Desenvolvimento Estratégico (PRDE). Um aspecto característico desse plano estadual de desenvolvimento é a participação popular, pretendendo uma natureza democrática. Mas o “ciclo interativo”, como é caracterizada a primeira fase dos encontros regionais aberta às “críticas e sugestões” populares, resume-se a uma fase meramente consultiva, onde questões levantadas são rebatidas com palavras escolhidas à esmo, desprovidas de reflexão e vazias de conteúdo, porém repletas de sofisticação, lembrando a crônica “a linguagem dos expertos internacionais”, de Galeano (1999). Assemelha-se, portanto, ao que se vivenciou na discussão do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, “uma orquestra falsa”, cujo objetivo é legitimar o apoio governamental às práticas corporativas (VAINER, 2000 *apud* POGGIESE, 2006, p. 491).

Com base num estudo prévio equacionado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano/Paranacidade, Ipardes e Universidade Federal do Paraná (UFPR), o governo do Paraná concluiu, no âmbito do Plano Regional de Desenvolvimento Estratégico (PRDE), que a melhor forma de promover um

desenvolvimento equilibrado entre as diversas regiões e municípios é fazer dos grandes centros regionais os pilares desta ação (PARANÁ, 2006).

Percebe-se que, desde a década de 1970, as grandes e médias cidades são prestigiadas quanto à definição das estratégias de desenvolvimento espacial adotadas no Paraná. Poder-se-ia questionar se isto não significa perpetuar o arranjo socioeconômico já característico no estado, definido por um mosaico onde se contrapõem regiões e municípios deprimidos a espaços econômicos significativos, conforme demonstra o Ipardes (2005).

É evidente que os modelos (modos) de desenvolvimento econômico assumidos pelos governos têm, em geral, privilegiado a lógica corporativa (SANTOS & SILVEIRA, 2003). Motta (2004, p. 135) alega que a característica essencial dos investimentos recentes no Brasil “é dada por seu caráter seletivo, privilegiando espaços dinâmicos e desconhecendo as áreas de baixo dinamismo, ou estagnadas economicamente”, o que, conforme a autora, torna ainda mais propensa a concentração populacional nas aglomerações urbanas, ampliando as problemáticas social e ambiental metropolitanas.

É nesse arcabouço que, segundo Braga (2005), a natureza de muitos problemas tem extrapolado os limites municipais das cidades médias e não podem ser resolvidas por intermédio de intervenções localizadas, carecendo de ações regionais. O planejamento urbano, neste contexto, teria como objetivo amenizar ou contrabalançar estas diferenças, que dizem respeito à distribuição da população, dos equipamentos urbanos, dos órgãos públicos, das empresas, dos rendimentos, etc., ou então, providenciar as ações necessárias para fazerem frente às suas conseqüências.

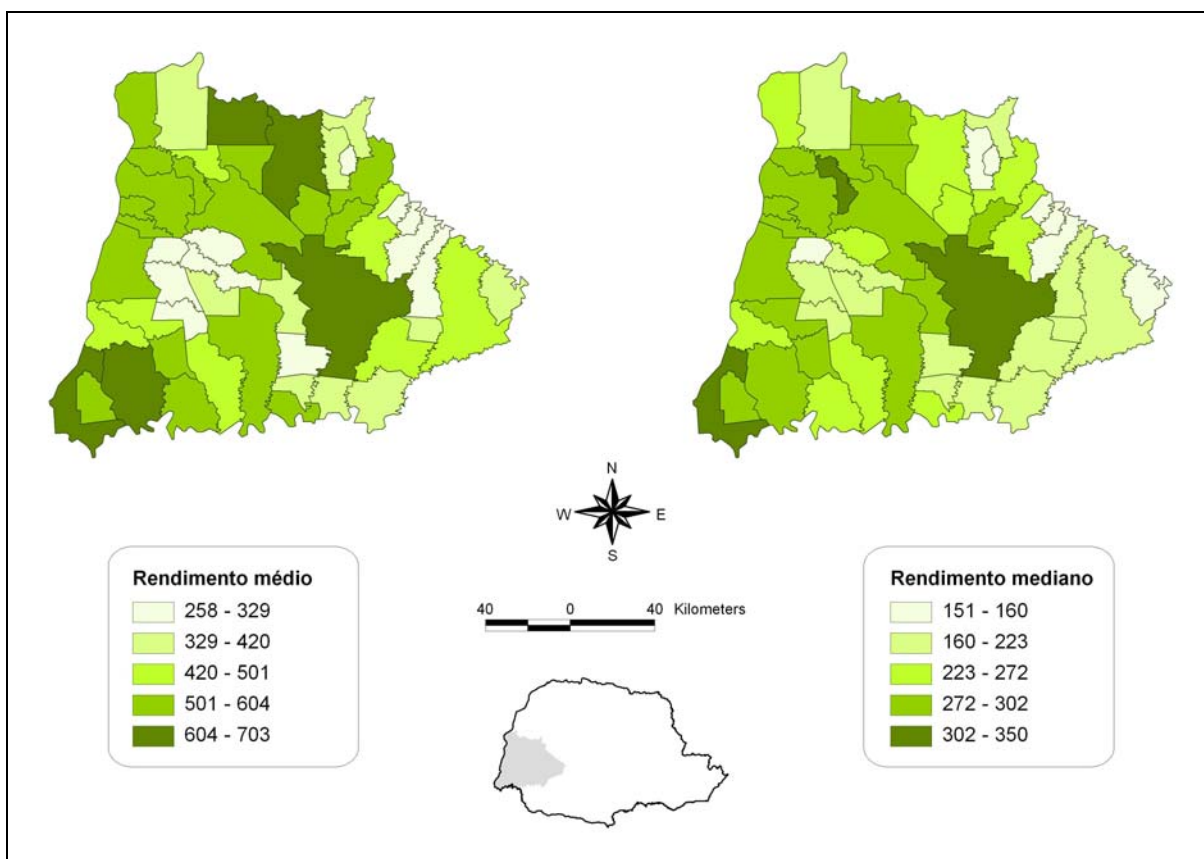
Dentre outros exemplos possíveis, a já citada concentração das instituições de ensino superior condiciona a comutação diária entre municípios, assim como a concentração dos profissionais e centros de saúde especializados e dos equipamentos médico-hospitalares.

Conforme a Pesquisa Assistência Médica Sanitária de 2002, disponibilizada pelo IBGE (2005b), quase dois terços dos médicos e odontólogos da Mesorregião Oeste Paranaense prestavam atendimento em Cascavel (36,15%), Foz do Iguaçu (16,48%) e Toledo (7,40%). Paralelamente, 36,58% dos estabelecimentos de saúde da Mesorregião estavam concentrados nestes mesmos municípios. Cascavel, Marechal Cândido Rondon e Toledo disponibilizavam 44,16% dos 3.940 leitos hospitalares da Mesorregião, chamando-se atenção ao fato de que Nova Santa Rosa, Santa Tereza do Oeste, Ouro Verde do Oeste, Serranópolis do Iguaçu, Campo Bonito, Iguatu, Iracema do Oeste, Anahy, Ibema, Diamante do Sul e Ramilândia possuíam nenhum leito. Além disso, os procedimentos médicos especializados também estavam concentrados nos principais centros – Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo –, que já que agregavam boa parte dos equipamentos de diagnóstico através de imagem, equipamentos para terapia por radiação, mamógrafos, tomógrafos, eletrocardiógrafos, equipamentos de ultra-som, eletroencefalógrafos, equipamentos de hemodiálise, equipamentos de Raios X, etc.

Outro dado importante para se entender a dinâmica socioeconômica da Mesorregião Oeste Paranaense refere-se à situação espacial das empresas. Mais de 55% das unidades da Mesorregião estão concentradas em Cascavel (25,03%), Foz do Iguaçu (19,05%) e Toledo (11,10%), conforme indicam os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), referentes ao ano de 2004.

Salienta-se, ainda, a diferença de rendimentos auferidos pelos trabalhadores do Oeste Paranaense: dados do IBGE (2000; 2003a) indicam uma variação de, respectivamente, 172 e 132% entre os maiores e menores rendimentos médio e mediano mensal entre os municípios da Mesorregião (Figura 9).

Figura 9 – Rendimento mensal médio e mediano dos municípios da Mesorregião Oeste Paranaense (2000)



FONTE: IBGE (2005b); **BASE CARTOGRÁFICA:** IBGE (2003a); **ELABORAÇÃO:** REOLON, Cleverson A.

Como se pode notar na Figura 9, boa parte dos municípios que possuem os menores rendimentos estão situados nas adjacências de Toledo e, principalmente, Cascavel, consistindo em Ouro Verde do Oeste, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguaçu, Santa Tereza do Oeste, Lindoeste, Santa Lúcia, Boa Vista da Aparecida, Catanduvas, Campo Bonito, Braganey, dentre outros.

Destarte, como proceder diante dos crescentes fluxos pendulares de pessoas que procuram por atendimentos médicos especializados, estudam e/ou, em virtude da oferta de emprego ou maiores salários, trabalham em municípios distintos daqueles onde residem: controlar a intensidade deste fenômeno ou garantir a qualidade de vida destas pessoas investindo na melhoria da infra-estrutura viária, dentre outras ações possíveis; ou fazer as duas coisas? Obviamente, a resposta não é simples, mas a solução deste problema representa um desafio que, certamente, demanda um esforço conjunto dos municípios cujas populações condicionam tal dinâmica socioeconômica⁵⁵.

Não obstante, salienta-se que a apresentação de propostas viáveis à solução das questões metropolitanas não prescinde a identificação dos limiares e limites da aglomeração urbana consolidada ou em constituição.

⁵⁵ É importante se observar que o avanço da tecnologia em favor da produção de meios de transporte cada vez mais velozes, seguros e confortáveis, tem potencializado os deslocamentos entre pontos geográficos cada vez mais distantes.

3 A AGLOMERAÇÃO URBANA DA SOJA: LIMIARES E LIMITES

Integrar-se a uma dinâmica metropolitana implica seriamente sobre as ações de planejamento municipal, pois o espaço geográfico a ser considerado, o da aglomeração urbana no caso, passa a transcender aquele que está sob a jurisdição de cada prefeitura. Antes de se pensar num modelo aplicável de gestão para uma determinada área metropolitana, no entanto, é importante se definir a espacialidade do processo de metropolização.

Todavia, não se trata de determinar a espacialidade da aglomeração urbana visando, simplesmente, a instituição de uma unidade regional que venha contemplar seus limites. Independente disso, e com maior importância, considera-se que a identificação dos limites de uma aglomeração urbana auxilia a definição de estratégias de desenvolvimento a serem adotadas pelo poder público, além disso, também ajuda a compreender o espaço geográfico. Por exemplo, atualmente se sabe que não faz sentido analisar a dinâmica urbana do município de São Paulo isoladamente, tendo em vista que esta unidade político-administrativa representa apenas um fragmento de uma realidade geográfica maior, que é a área metropolitana de São Paulo. Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é chamar atenção acadêmica e política a um fenômeno recente ao interior do Brasil, fomentando discussões e iniciativas que dêem conta das demandas dos cidadãos metropolitanos, cujos territórios, segundo Firkowski e Moura (2001), excedem os limites de um único município, assim como os problemas que os cercam.

Não obstante, desde já é importante salientar a dificuldade em se delimitar uma aglomeração urbana, especialmente ao se tratar de aglomerações em fase de constituição, como neste caso. Para Soares (1968), isto se deve tanto à

imprecisão dos limites da aglomeração quanto à plasticidade que o processo de metropolização confere a estes limites. Em outras palavras, a autora sugere que o processo de metropolização se caracterize como um fenômeno social concreto, mas muito dinâmico, de forma que a delimitação da espacialidade de uma certa aglomeração urbana seja, por mais criteriosa que possa parecer, tanto mais fluida quanto maior o tempo que tenha decorrido a partir de tal ato. Soares (1968) salienta que uma forma de amenizar este problema é utilizar critérios menos rígidos e em maior número possíveis a fim de permitirem uma visão global e mais realista do fenômeno em questão.

Tendo em vista as características do processo de metropolização, a escolha dos critérios que servem de base à delimitação de uma aglomeração urbana, em geral, parte de três premissas básicas, quais sejam, considerar a aglomeração de pessoas em espaço restrito (habitat urbano), a existência de atividades características da vida urbana e o grau de integração entre os centros analisados (SOARES, 1968).

Sob esta perspectiva, como uma primeira aproximação à escolha dos critérios, Soares (1968), Galvão *et al.* (1969) e Caracterização (2001) pensaram em três categorias semelhantes quanto à sua agregação, de acordo com a natureza de cada um: demográfica, de estrutura ocupacional e de integração.

Deve-se observar, porém, que os critérios a serem selecionados precisam se adequar à realidade socioeconômica e ao grau de desenvolvimento tecnológico da região estudada (SOARES, 1968). Decorre daí as dificuldades desta etapa da pesquisa.

Excetuando-se Caracterização (2001), desconhece-se a existência de qualquer outro trabalho de pesquisa que tenha objetivado a identificação da

espacialidade de aglomerações urbanas situadas no interior do país. Mesmo no referido estudo não são adotados critérios de integração. Sendo assim, a pesquisa se limita a comparações e adequações possíveis mediante a existência de trabalhos análogos.

A propósito da Mesorregião Oeste Paranaense, viu-se que ela passou a ser sistematicamente ocupada apenas a partir de meados do século XX. Além disso, caracterizada, de um modo geral, como uma região marcadamente dependente das atividades agropecuárias, ela apresenta grandes extensões territoriais mormente dedicadas ao cultivo de grãos ou à criação de animais. Todavia, é um espaço dinâmico do ponto de vista social e econômico, notadamente acolhido pelos novos conteúdos do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2000), o que confere ao meio urbano uma certa intensidade relacional, tanto no sentido urbano-rural, e vice-versa, quanto urbano-urbano.

Estas peculiaridades proporcionam à Mesorregião Oeste Paranaense um paradoxo quanto à dinâmica socioeconômica reconhecida nos grandes centros litorâneos do país: por um lado seu dinamismo é diferenciado, mas por outro é correlato, embora se apresente com menor intensidade, obviamente.

O grande desafio que está posto, portanto, é adequar os critérios para a delimitação da espacialidade de aglomerações urbanas, que estão baseados em indicadores que se encaixam à análise de espaços urbanos densamente ocupados situados na orla costeira do país, a um espaço que possui uma dinâmica, de certo modo, diferenciada, sabendo-se que aí vigora um processo de metropolização, preliminarmente identificado em Caracterização (2001) – conforme ilustração da Figura 3 – mas cuja espacialidade efetiva ainda está por ser “mapeada”.

Finalmente, algo que interessa tanto quanto os dados estatísticos a serem utilizados é a escolha da unidade político-administrativa sobre a qual tais dados devem ser equacionados.

No Brasil, os dados estatísticos oficiais estão dispostos de acordo com os níveis territoriais administrativos, correspondendo, grosso modo, ao país, grandes regiões, unidades da federação, mesorregiões, microrregiões, unidades regionais⁵⁶, municípios, distritos, subdistritos, setores censitários e, finalmente, setores censitários urbanos.

Como se percebe, os territórios oficiais listados estão ordenados segundo uma lógica determinada pela extensão de sua área. Justamente, pode-se dizer que a variedade e disponibilidade dos dados são paralelas à extensão de cada unidade territorial, ou seja, quanto menor a unidade, também menor será a quantidade e de maior difícil acesso serão os dados estatísticos disponíveis para a pesquisa. Este é um fato que, invariavelmente, desencoraja pesquisas baseadas em estatísticas de caráter muito local, embora sempre exista a possibilidade de se coletar informações através da aplicação de inquéritos. Sendo assim, no âmbito da pesquisa acadêmica, é o município a principal unidade político-administrativa sobre a qual os dados demográficos e econômicos, dentre outros, são pensados, coletados, organizados e analisados.

Entretanto, Soares (1968) salienta que os dados de pesquisa que derivam da escolha dos critérios à delimitação de aglomerações urbanas deveriam ser equacionados sobre uma unidade político-administrativa cuja escala geográfica fosse eficaz do ponto de vista do reconhecimento dos limites da aglomeração. A

⁵⁶ Regiões integradas de desenvolvimento, regiões metropolitanas e aglomerações urbanas instituídas.

autora explica que unidades muito grandes não permitem avaliar a dimensão do processo de metropolização, pois acabariam incluindo grandes percentuais de áreas rurais à aglomeração urbana. Por isso, sugere que o distrito seja a unidade político-administrativa prioritária neste tipo de pesquisa⁵⁷.

Sendo assim, ponderando-se as contribuições de Soares (1968) à disponibilidade e dificuldade de acesso aos dados estatísticos, procurou-se, sempre que possível, privilegiar o distrito como unidade político-administrativa básica ao equacionamento dos dados e estimativas a serem utilizados para se determinar a espacialidade da aglomeração urbana em questão.

3.1 CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E DE ESTRURA OCUPACIONAL DOS MUNICÍPIOS E/OU DISTRITOS DA MESORREGIÃO OESTE PARANAENSE

Analisando-se os trabalhos desenvolvidos por Galvão *et al.* (1969) e Soares (1968) e, ainda, Caracterização (2001), nota-se que os critérios demográficos e de estrutura ocupacional mais comumente utilizados para se definir a espacialidade de aglomerações urbanas estão relacionados ao tamanho populacional da cidade central (ou das cidades centrais) da área de pesquisa, à taxa de crescimento da população dos centros pesquisados, à sua densidade demográfica e ao seu contingente populacional vinculado ao desenvolvimento de

⁵⁷ Conforme o Dicionário Eletrônico Aurélio, o verbete distrito faz referência à divisão administrativa de um município ou cidade (FERREIRA, 2004). Alguns municípios são constituídos por dois ou mais distritos, enquanto outros são formados por apenas um, servindo como respectivos exemplos, na Mesorregião Oeste Paranaense, os municípios de Cascavel e Cafelândia ou Toledo e Ouro Verde do Oeste (Apêndices A e B). No Brasil, o município e seu distrito-sede normalmente possuem a mesma designação.

atividades de caráter urbano – o que se traduz pela População Economicamente Ativa (PEA) urbana⁵⁸.

Como já discutido em capítulo anterior desta dissertação, o tamanho populacional da cidade central (ou das cidades centrais) da área pesquisada não constitui uma condição que permite ou não descartar a existência de uma aglomeração urbana, por isso rejeitou-se a utilização de um critério baseado em número de habitantes.

3.1.1 A TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL

Embora Soares (1968) e Galvão *et al.* (1969) afirmem que elevadas taxas de crescimento populacional apresentadas pelos municípios adjacentes ao núcleo (ou núcleos) de uma aglomeração urbana sugiram um processo de metropolização, considera-se que a taxa de crescimento deva ser tomada com um indicador meramente aproximativo na delimitação de sua espacialidade, pois, para Cunha (2005), certificar a ocorrência de um fenômeno metropolitano de transbordamento com base em índices de crescimento é muito relativo.

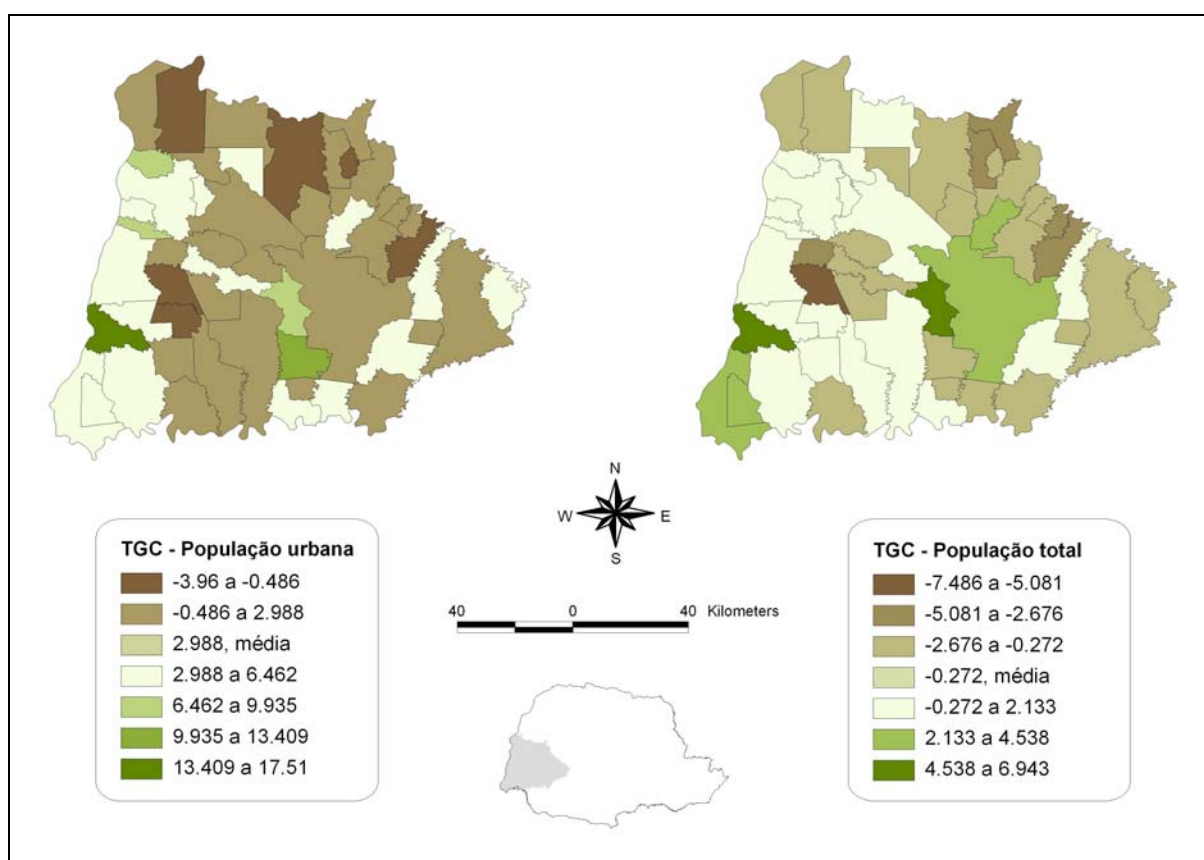
De fato, examinar as taxas de crescimento populacional pode orientar o desenvolvimento do trabalho, mas este indicador, por si só, não configura um elemento suficientemente concreto para assegurar a existência de inter-relações entre as unidades pesquisadas.

⁵⁸ A taxa de crescimento populacional é indexada por Soares (1968) aos critérios de integração, enquanto Galvão *et al.* (1969) submetem-na aos critérios demográficos, o que aparenta ser mais apropriado.

Sendo assim, procurou-se analisar as taxas geométricas de crescimento dos municípios da Mesorregião Oeste Paranaense, sem, no entanto, estabelecer-se qualquer critério para auxiliar a definição da espacialidade da aglomeração urbana em questão.

Percebe-se que, ao lado de grupos de municípios cujas populações total e/ou urbana cresceram constantemente desde a década de 1970 (ou desde a sua emancipação), como Foz do Iguaçu, Cascavel, Toledo e Medianeira, também existem pelo menos outros dois grupos de municípios que apresentaram elevado crescimento populacional no período mais recente (entre 1991 e 2000) (Figura 10).

Figura 10 – Taxas geométricas de crescimento da população urbana e total dos municípios da Mesorregião Oeste Paranaense (1991-2000)



FONTE: Ipardes (2004b); **BASE CARTOGRÁFICA:** IBGE (2006b); **ELABORAÇÃO:** REOLON, Cleverson A.

O primeiro grupo de municípios é composto por aqueles cuja população urbana cresceu, anualmente, muito além da média (2,99%), estando incluídos Entre Rios do Oeste (7,83%), Mercedes (8,07%), Santa Tereza do Oeste (9,67%), Lindoeste (11,02%) e Itaipulândia (17,51%). O segundo grupo é formado pelos municípios que apresentaram crescimento anual de sua população total elevado em comparação à média dos municípios da Mesorregião Oeste Paranaense (-0,27%), constituindo-se por Cascavel (2,73%), Santa Terezinha de Itaipu (2,97%), Foz do Iguaçu (3,51%), Cafelândia (3,65%), Itaipulândia (5,62%) e Santa Tereza do Oeste (6,53%).

Como se pode observar, Cafelândia, Lindoeste e Santa Tereza do Oeste, assim como Itaipulândia e Santa Terezinha de Itaipu, configuram-se como municípios contíguos aos dois principais pólos da Mesorregião – Cascavel e Foz do Iguaçu, respectivamente.

Segundo Endlich (2006), que procurou compreender a dinâmica populacional dos pequenos municípios da região que denominou noroeste do Paraná, uma das causas do extraordinário crescimento populacional positivo destes municípios pode ser o fato de estarem se integrando a uma dinâmica metropolitana, já que, em regra, o que se constatou foi a diminuição de sua população devido às transformações na agricultura e à atratividade socioeconômica exercida pelas áreas de concentração de investimentos, notadamente as aglomerações urbanas, especialmente a Região Metropolitana de Curitiba.

Uma generalização das conclusões de Endlich (2006) à Mesorregião Oeste Paranaense parece ser pertinente, tendo em vista que as características de ocupação das duas áreas pesquisadas são semelhantes, sendo, ambas, pautadas sobre uma base econômica agrícola, estruturada, em geral, por pequenas e médias

propriedades, embora no noroeste tenha predominado a cultura do café, enquanto no Oeste as principais atividades agrícolas foram o cultivo da soja e a criação de suínos para o abate⁵⁹.

Dessa maneira, de acordo com o cartograma da Figura 10, poder-se-ia identificar mais um grupo de municípios, quais sejam, aqueles que apresentaram elevado decréscimo anual de sua população total no período compreendido entre os anos de 1991 a 2000, composto por Braganey (2,93%), Jesuítas (2,92%), Iguatu (3,20), Formosa do Oeste (3,22%), São José das Palmeiras (3,42%) e Diamante D'Oeste (6,93%).

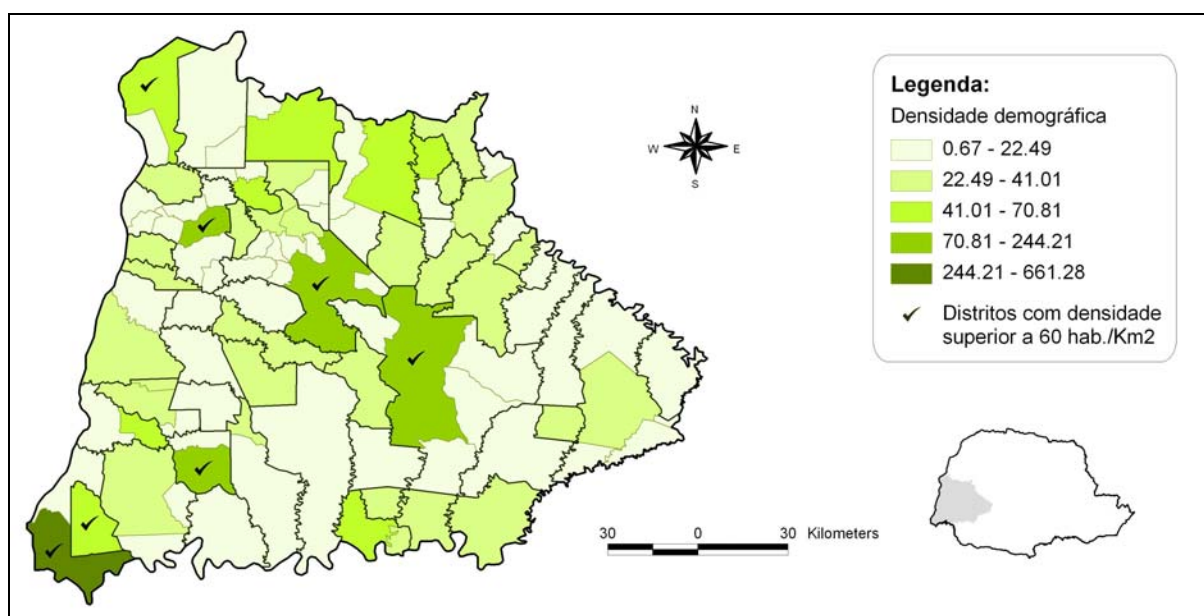
3.1.2 A DENSIDADE DEMOGRÁFICA

Em relação à densidade demográfica, Soares (1968), Galvão *et al.* (1969) e Caracterização (2001) concordam que 60 habitantes por quilômetro quadrado seja suficiente para constituir um critério passível de aplicação para a identificação da espacialidade de aglomerações urbanas. Galvão *et al.* (1969) sustentam que este critério está associado ao predomínio de uma população urbana sobre a rural.

⁵⁹ Baseando-se no estudo denominado Tipologia dos Municípios Brasileiros, publicado pelo IBGE em 1991, o Iparde (2002), tomando como referência a população de 2000, certifica que apenas Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo configuram municípios urbanos de grande e média dimensão, os demais 47 municípios da Mesorregião são urbanos de pequena dimensão ou estão em transição para o urbano de pequena dimensão (Assis Chateaubriand, Cafelândia, Corbélia, Guaíra, Ibema, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Palotina e Santa Terezinha de Itaipu; Anahy, Boa Vista da Aparecida, Capitão Leônidas Marques, Céu Azul, Diamante D'Oeste, Entre Rios do Oeste, Formosa do Oeste, Iguatu, Iracema do Oeste, Itaipulândia, Jesuítas, Maripá, Matelândia, Nova Aurora, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Pato Bragado, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, São Pedro do Iguaçu, Terra Roxa, Tupãssi e Vera Cruz do Oeste) ou, ainda, são rurais de pequena dimensão (Braganey, Campo Bonito, Catanduvas, Diamante do Sul, Guaraniaçu, Lindoeste, Mercedes, Missal, Quatro Pontes, Ramilândia, Santa Helena, Serranópolis do Iguaçu e Três Barras do Paraná).

Entretanto, na Mesorregião Oeste Paranaense, apenas sete distritos possuem densidade superior a 60 habitantes por quilômetro quadrado, correspondendo aos distritos-sede dos municípios de Guaíra (63,07 hab./Km²), Santa Terezinha de Itaipu (70,81 hab./Km²), Toledo (138,27 hab./Km²), Medianeira (157,37 hab./Km²), Cascavel (241,19 hab./Km²), Marechal Cândido Rondon (244,21 hab./Km²) e Foz do Iguaçu (661,28 hab./Km²) (Figura 11; Apêndice B)⁶⁰.

Figura 11 – Densidade demográfica dos distritos da Mesorregião Oeste Paranaense (2000)



FONTE: IBGE (2005a); **BASE CARTOGRÁFICA:** IBGE (2006b); **ELABORAÇÃO:** REOLON, Cleverson A.

Este fato reforça a tese de que a Mesorregião Oeste Paranaense é, em geral, uma região agrícola, mas não oferece subsídios à compreensão de sua dinâmica urbana. Nesse sentido, buscou-se analisar a densidade relativa dos seus distritos: trata-se da análise da densidade por anéis, sugerida por Soares (1968).

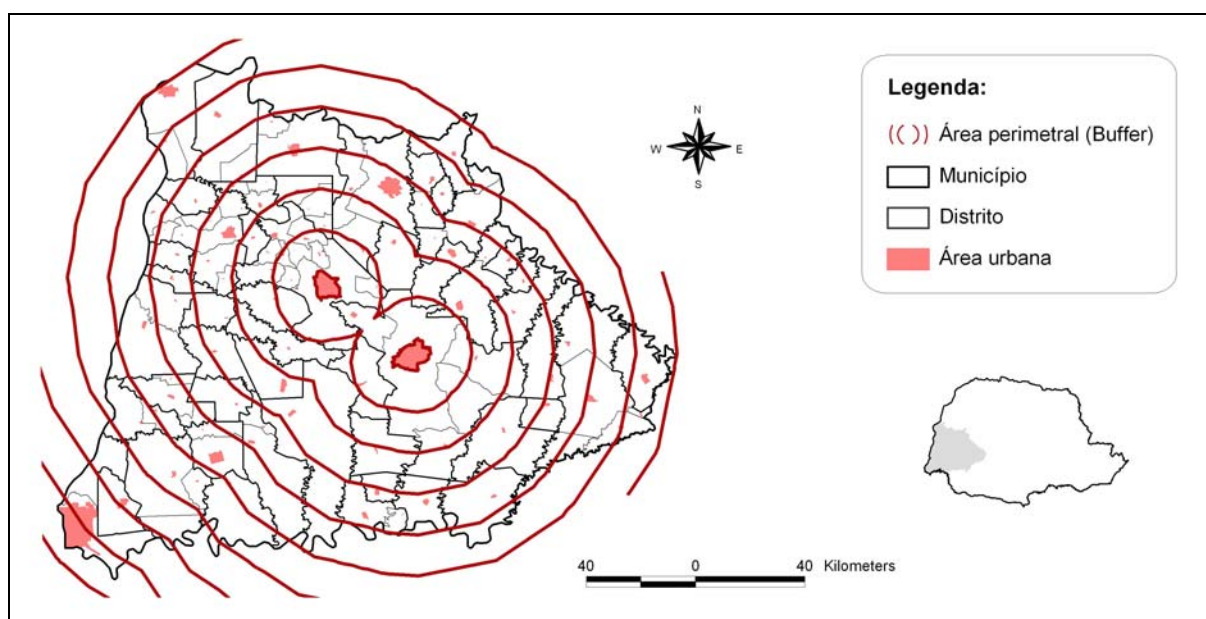
⁶⁰ Os dados populacionais referentes ao Censo Demográfico de 2000 foram compatibilizados com a área territorial de 2001, presente em IBGE (2006b).

A autora enfatiza que o critério de densidade por anéis foi utilizado, pela primeira vez, em 1959, pelo *International Urban Research Center*, da Califórnia, visando determinar as áreas metropolitanas do mundo todo. Soares (1968, p. 105) assegura que, sobretudo por sua relatividade, este critério “se assenta muito bem aos países como o Brasil, dotados de grandes diferenças regionais quanto ao grau de desenvolvimento tecnológico e às densidades populacionais”. Ela explica que a aplicação deste critério se inicia pelo agrupamento dos municípios em torno do núcleo da aglomeração urbana, representando a forma de um anel, salientando, ainda, que uma unidade político-administrativa deveria ser incluída na aglomeração urbana quando: 1) contígua ao núcleo, apresentasse, no mínimo, duas vezes a densidade do anel seguinte; 2) não contígua ao núcleo, apresentasse metade da densidade do anel anterior ou duas vezes a densidade do anel seguinte.

Primeiramente, portanto, a análise da densidade relativa requer a identificação do núcleo da aglomeração. De acordo com *Caracterização* (2001), o núcleo da aglomeração urbana de Cascavel, conforme o próprio nome indica, é o município de Cascavel. Mas existem razões para se contrapor a esta visão, sendo, as principais, referentes ao deslocamento populacional exercido internamente à Mesorregião Oeste Paranaense. Tais dados são analisados em item posterior, mas cabe adiantar que os resultados apontam, com segurança, que Toledo é palco de destino preferencial para a população de alguns municípios da Mesorregião, ao mesmo tempo em que promove com Cascavel, numa relação de reciprocidade, uma das dinâmicas populacionais mais intensas do Oeste Paranaense. Destarte, diferentemente de *Caracterização* (2001), assume-se que Cascavel e Toledo compõem o núcleo da aglomeração urbana em questão.

Sob esta perspectiva, preterindo-se o fato de uma unidade político-administrativa compor fronteira com outra, a definição dos anéis de densidade demográfica foi realizada por meio da seleção das áreas urbanas que distam, em linha reta, 15, 30, 45 e assim progressivamente até atingir 120 quilômetros contados a partir dos limites das áreas urbanas de Cascavel ou Toledo. A Figura 12, por meio da representação de áreas perimetrais (*buffers*) de 15 quilômetros, dispostas consecutivamente até cobrir toda a extensão da Mesorregião Oeste Paranaense, ilustra este procedimento⁶¹.

Figura 12 – Áreas perimetrais, representando anéis constituídos a cada 15 quilômetros em torno das áreas urbanas de Cascavel e Toledo (2000)



BASE CARTOGRÁFICA: IBGE (2006b); **ELABORAÇÃO:** REOLON, Cleverson A.

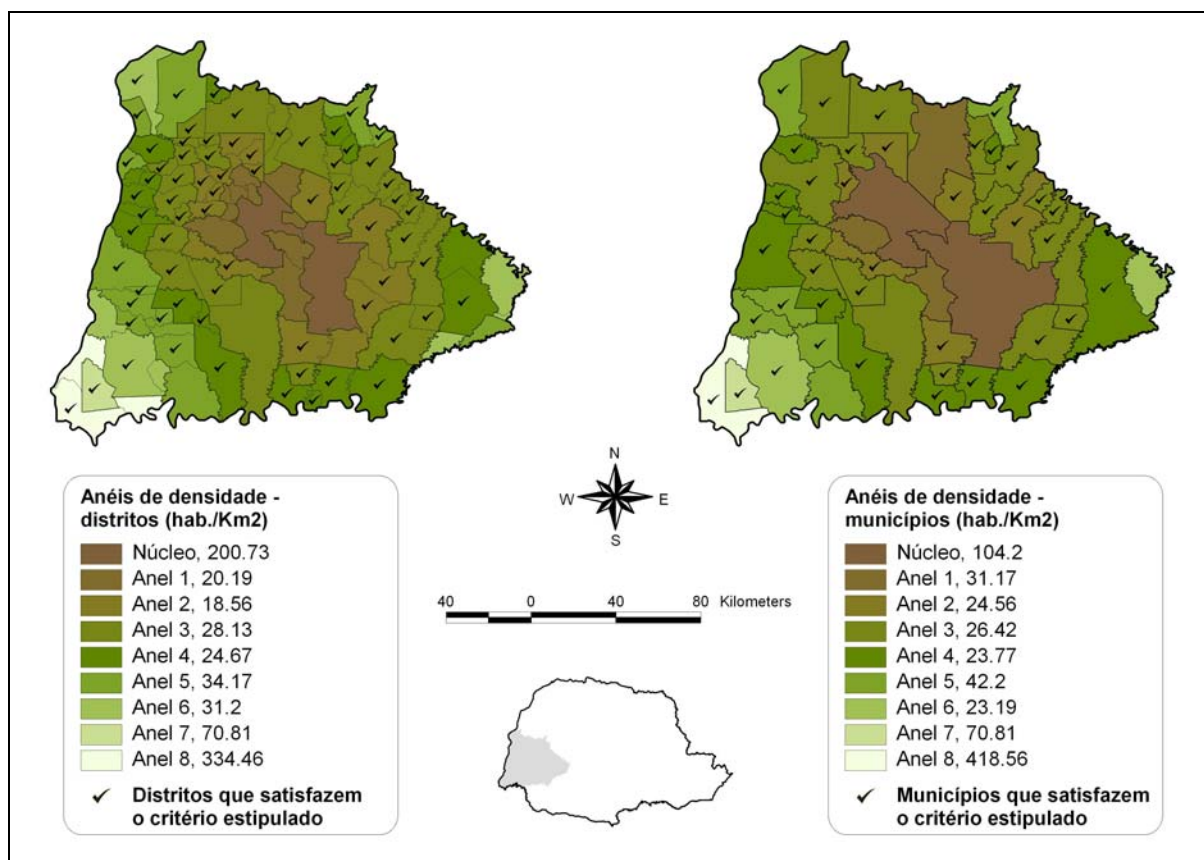
Transposta esta etapa, cada área urbana passou a figurar em apenas um anel de densidade.

⁶¹ Acredita-se que o termo geográfico que melhor represente o significado da palavra *buffer* seja área perimetral, já que, segundo o dicionário Oxford (2005), da língua inglesa, *buffer zone* corresponde a uma área situada entre dois exércitos ou países opostos. Para efeito dos sistemas de informações geográficas (SIG's) *buffer* expressa uma zona disposta em torno de uma feição geográfica cuja extensão fora calculada em unidades de distância ou tempo.

A composição dos anéis, segundo as unidades político-administrativas, obedeceu ao encaixe das áreas urbanas aos seus respectivos distritos e municípios. No caso dos distritos, o procedimento foi simples, pois cada área urbana corresponde a um distrito. Porém, como existem tantas áreas urbanas quantos distritos, a composição dos anéis utilizando-se a base cartográfica municipal obedeceu ao encaixe do município no anel que incluísse a área urbana mais próxima do núcleo da aglomeração.

Todavia, os resultados obtidos a partir da aplicação do critério de densidade por anéis, tanto em relação aos distritos quanto aos municípios, talvez pela homogeneidade quanto à distribuição populacional na Mesorregião Oeste Paranaense, revelaram-se insatisfatórios. Nenhum distrito contido no anel 1 satisfaz o critério estipulado, pois os distritos-sede de Cascavel e Toledo apresentaram elevada densidade demográfica em relação aos distritos adjacentes. Por outro lado, a partir do primeiro anel de densidade, praticamente todos os distritos superaram o limite mínimo imposto à sua inclusão na aglomeração urbana (Figura 13).

Figura 13 – Anéis de densidade populacional configurados pelos distritos e municípios da Mesorregião Oeste Paranaense (2000)



FONTE: IBGE (2005a); **BASE CARTOGRÁFICA:** IBGE (2006b); **ELABORAÇÃO:** REOLON, Cleverson A.

No caso dos municípios, o resultado foi semelhante, de forma que 41 (82%) deles satisfizeram o critério estipulado, mas entre estes não estavam inclusos Santa Tereza do Oeste, Assis Chateaubriand e Ouro Verde do Oeste, que pertenciam ao primeiro anel de densidade e que, portanto, eram contíguos ao núcleo da aglomeração.

A fragilidade da aplicação deste critério, pelo menos às regiões com características semelhantes às apresentadas pela Mesorregião Oeste Paranaense, revelaram-se a partir do momento em que Santa Tereza do Oeste, especialmente, não superou o limiar imposto a sua inclusão na aglomeração, enquanto outros distritos/municípios como Braganey, Iguatu, Três Barras do Paraná, por exemplo, o

fizeram. O fato é que Santa Tereza do Oeste é um município dormitório de Cascavel, conforme destacam Reolon e Souza (2006), com densidade demográfica superior à registrada nos distritos/municípios citados.

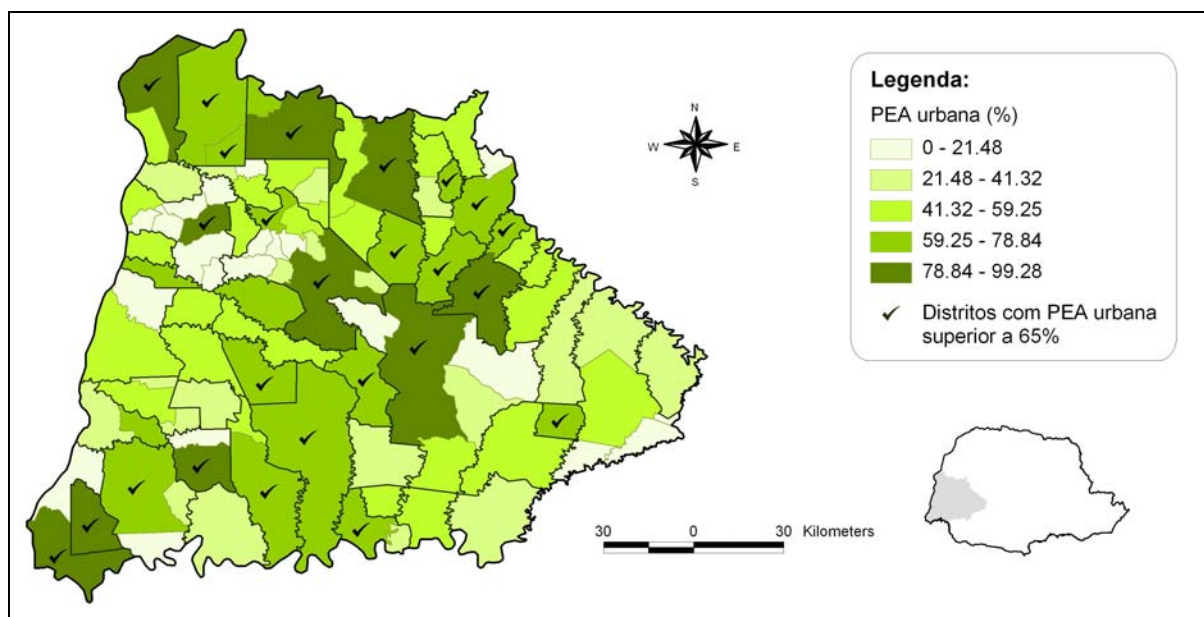
3.1.3 A POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA URBANA

População Economicamente Ativa (PEA) corresponde à parcela da população em idade ativa (entre 10 e 65 anos) que está trabalhando ou que está em busca de trabalho. A divisão da PEA total em PEA urbana e rural simplifica a análise da estrutura ocupacional das unidades político-administrativas pesquisadas, auxiliando a compreensão de sua dinâmica econômica.

Como a metropolização é um fenômeno, em parte, imanente ao fato urbano, Soares (1968) e Caracterização (2001) estabeleceram um critério para a definição da espacialidade de aglomerações urbanas onde se prevê que a PEA urbana mínima da unidade político-administrativa correspondente seja igual ou superior a 65% da PEA total.

A Figura 14 denota que 26,04% dos distritos da Mesorregião Oeste Paranaense apresentam PEA urbana superior a 65%, com destaque a Foz do Iguaçu, Cascavel, Toledo e Marechal Cândido Rondon, onde a população empregada em atividades urbanas é superior a 90%. Apenas três distritos que não são sedes de municípios se adequaram a este critério: Ouro Verde do Piquiri (Corbélia); Santa Rita D'Oeste (Terra Roxa); e Novo Sarandi (Toledo).

Figura 14 – População Economicamente Ativa (PEA) urbana dos distritos da Mesorregião Oeste Paranaense (2000)



FONTE: IBGE (2006c); BASE CARTOGRÁFICA: IBGE (2006b); ELABORAÇÃO: REOLON, Cleverson A.

3.2 CARACTERÍSTICAS DE INTEGRAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E DISTRITOS DA MESORREGIÃO OESTE PARANAENSE

Tal como asseveram Galvão *et al.* (1969), este é um item que merece especial atenção, dada a sua importância. Soares (1968) e Caracterização (2001) atestam que a análise de estatísticas relacionadas à integração entre unidades político-administrativas possui o mérito de dirimir dúvidas em relação à espacialidade das aglomerações urbanas.

Justamente pela, já citada, ausência de análise de integração entre os municípios brasileiros, devido à inexistência de informações oficiais desta natureza, Caracterização (2001) salienta que o quadro de aglomerações urbanas obtido a partir da aplicação dos demais critérios (demográficos e de estrutura ocupacional) possui caráter preliminar, o que significa que está sujeito à adequações.

Tendo em vista esta lacuna e baseando-se também nas sugestões e exemplos fornecidos pelos três autores citados – Soares (1968), Galvão *et al.* (1969) e *Caracterização* (2001) –, buscou-se conhecer e analisar, no âmbito da Mesorregião Oeste Paranaense, o número de pessoas que desempenham suas atividades de trabalho, estudo, lazer, etc., em municípios vizinhos àqueles onde residem, ou seja, objetivou-se a coleta e análise de dados relacionados aos movimentos pendulares, ou alternantes⁶².

Sob esta perspectiva, mediante contato com o Iparides, obteve-se acesso aos microdados do IBGE que tratam do número de pessoas que trabalham e/ou estudam fora do município de residência, cujo levantamento procede do Censo Demográfico de 2000⁶³.


Segundo o IBGE (2004b, p. 93), “em resposta à necessidade evidenciada quando da definição das regiões metropolitanas, em 1969”, foi incorporado ao questionário do Censo Demográfico de 1970 a questão “município onde trabalha ou estuda”, com o objetivo de se mensurar a quantidade e destino de habitantes que promovem movimentos pendulares. No Censo de 1980 a pergunta se repetiu, sendo descontinuada no Censo de 1991 e, sob protestos de geógrafos e

⁶² O número de ligações telefônicas interurbanas foi outro critério de integração utilizado por Galvão *et al.* (1969) e também recomendado pelo *United States Census Bureau*, conforme comenta Soares (1968). Nestes casos, a prática utilizada foi encontrar um indicador que representasse o número de ligações telefônicas interurbanas, por aparelho, realizadas para o núcleo da aglomeração. Ramos (1998), Nacif (1993) e Becker, Zillmer e Marafon (1995) e, também, Carvalho e Sergei (2001), também utilizaram dados relacionados ao número de ligações telefônicas para pesquisar as redes urbanas de São Paulo, do Sudeste brasileiro, do Rio Grande do Sul e do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, respectivamente. Inspirando-se nestes autores, pretendia-se estipular um critério baseado no número de ligações telefônicas interurbanas efetuadas, a partir de linhas fixas, entre os municípios da Mesorregião Oeste Paranaense para auxiliar a definição da espacialidade da aglomeração urbana composta pelas unidades administrativas pesquisadas. Todavia, tanto a Brasil Telecom quanto a Embratel, que acredita-se serem as operadoras de telefonia mais representativas na região, em termos de número de ligações, reservaram-se no direito de não colaborar com a pesquisa, embora tenham reconhecido a importância da mesma.

⁶³ O estudo *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil* não foi equacionado com dados do Censo Demográfico de 2000, já que sua conclusão ocorreu em fins da década de 1990, sendo, sua primeira publicação, em 1999.

planejadores urbanos em particular, foi retomada no Censo de 2000, sendo reformulada para “em que município e unidade da federação ou país estrangeiro trabalha ou estuda?” (Figura 15).

Figura 15 – Fragmento do questionário do Censo Demográfico de 2000, equacionado pelo IBGE

4.27 - EM QUE MUNICÍPIO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU PAÍS ESTRANGEIRO TRABALHA OU ESTUDA?		1 <input type="checkbox"/> 1 - NESTE MUNICÍPIO	<input type="checkbox"/> 2 - NÃO TRABALHA, NEM ESTUDA																																											
Registre XX nas quadriculas referentes à sigla da UF, se preencher o nome do País Estrangeiro	NOME DO MUNICÍPIO OU DO PAÍS ESTRANGEIRO																																													
SIGLA DA UF	3 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	4 <table border="1"> <tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> </table>																																												
 <small>Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística</small>																																														

FONTE: IBGE (2000)

Suscita, porém, um grande problema do procedimento adotado pelo IBGE ao combinar as informações obtidas a partir da questão 4.27 do questionário do Censo Demográfico com aquelas referentes ao local de residência da população buscando estimar os movimentos pendulares exercidos pelos habitantes de determinado município, levando-se em consideração que estes movimentos representam o deslocamento diário de casa para o trabalho e/ou local de estudo.

Tal questão resulta do fato de a população residente, concebida no Censo Demográfico de 2000, ser constituída por pessoas que tinham o domicílio como local de residência habitual e que estavam presentes ou ausentes por período que não tenha sido superior a 12 meses em relação à data do recenseamento por motivos diversos, como: viagens a passeio, a serviço, a negócio ou a estudo; internações em estabelecimentos de ensino ou hospedagem em outro domicílio, visando facilitar a freqüência à escola durante o ano letivo; detenção sem sentença definitiva declarada; internação temporária em hospital ou estabelecimento similar; e

embarque marítimo a serviço (IBGE, 2000). Desse modo, um trabalhador ou estudante, que, temporariamente, se hospedasse em um imóvel numa outra cidade, retornando ao local de residência habitual com certa frequência (de seis em seis meses, por exemplo), seria tido como uma pessoa que promove deslocamento diário, o que, em muitos casos, não é compatível com a realidade.

Não obstante este fato, os deslocamentos de curta distância, como algo em torno de 50 quilômetros, possuem grande possibilidade de configurarem movimentos pendulares. Já os fluxos de maiores distâncias permitem a mensuração dos movimentos periódicos, ou seja, exercidos em maiores intervalos de tempo em comparação ao movimento pendular.

No intuito de se estimar o deslocamento diário de pessoas entre um ponto e outro do território, em período mais recente, procedeu-se ao estudo do sistema de mobilidade populacional proporcionado pelo serviço de transporte coletivo intermunicipal, tal como sugerem Soares (1968) e Galvão *et al.* (1969), analisando-se as linhas oferecidas, os municípios e distritos contemplados pelo referido serviço na Mesorregião Oeste Paranaense e o número de passageiros que o utilizam⁶⁴.

É importante chamar atenção ao fato de que, por intermédio da análise da escala de horários disponíveis, o fluxo de passageiros que utilizam o transporte coletivo intermunicipal pode evidenciar, em parte, os motivos da integração entre as unidades político-administrativas pesquisadas.

⁶⁴ Como já mencionado, transporte coletivo intermunicipal é a expressão utilizada neste trabalho para designar o que o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) chama de transporte metropolitano. Os ônibus convencionais e leitos foram preteridos na análise porque os “metropolitanos” possuem o valor da passagem muito mais acessível à classe estudantil e trabalhadora de média e baixa renda sem condições de ter ou utilizar automóvel particular para o deslocamento, além de tal modalidade de transporte possuir uma escala de horários mais ampla e distribuída ao longo do dia nas linhas em que o fluxo de passageiros é significativo.

Conforme Horner (2004), é perfeitamente sabido que grande parte das pessoas que trabalham saem de casa no início do dia, retornando ao final da tarde; e isto não é uma exclusividade dos Estados Unidos – foco do estudo do referido autor. As características da dinâmica de deslocamento a que estão submetidos os estudantes também não diferem muito das características de deslocamento para o trabalho, observando-se que grande parte das aulas dos colégios e universidades possuem duração de apenas meio período comercial diário, promovendo três situações: a) podem iniciar ao amanhecer, encerrando-se próximo das 12 horas; b) podem começar após as 12 horas e acabar ao final da tarde; c) podem iniciar ao anoitecer, encerrando-se entre 22 e 23 horas⁶⁵. Nesse sentido, um fluxo de passageiros distribuído ao longo do dia pode sugerir outras finalidades de deslocamento além do exercício de trabalho e/ou estudo, como aquisição de mercadorias ou procura por serviços especializados não ofertados no local de residência dos indivíduos que promovem os movimentos pendulares.

Portanto, os dados sobre deslocamentos de população, coletados pelo IBGE (2000), conjugados aos dados referentes ao número de passageiros que utilizam o transporte coletivo intermunicipal, denotam constituir significativos subsídios para a análise da integração entre os municípios e distritos da Mesorregião Oeste Paranaense.

⁶⁵ Sabe-se que existem muitos veículos que efetuam o transporte de estudantes universitários entre os municípios do Oeste Paranaense, o que torna a dinâmica populacional desta Mesorregião ainda mais complexa. Porém, em virtude da quantidade de instituições de ensino superior presentes na Mesorregião e também em razão da inexistência de uma associação ou alguma outra entidade que represente os responsáveis pelo referido serviço, torna-se praticamente inexecutável qualquer tentativa de registro de tais estatísticas, o que justifica a utilização dos dados referentes ao transporte coletivo intermunicipal como a principal referência para se dimensionar o movimento pendular regional.